

Resenha

de Política Exterior do Brasil

número 126, 1º semestre de 2020

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
Arquivo Central – DCA
Divisão de Comunicações e Arquivo - DCA

RESENHA DE POLÍTICA EXTERIOR DO BRASIL

Arquivo Central - DCA

Número 126, 1º semestre de 2020 – Ano 46, ISSN 01012428

© 2020 Todos os direitos reservados. A reprodução ou tradução de qualquer parte desta publicação será permitida com a prévia permissão do Editor.

A **Resenha de Política Exterior do Brasil** é uma publicação semestral do Ministério das Relações Exteriores, organizada e editada pelo Arquivo Central da Divisão de Comunicações e Arquivo (DCA).

- Ministro de Estado das Relações Exteriores

Embaixador Ernesto Henrique Fraga Araújo

- Secretário-Geral das Relações Exteriores

Embaixador Otávio Brandelli

- Secretaria de Gestão Administrativa

Embaixadora Cláudia Fonseca Buzzi

- Diretor do Departamento de Tecnologia e Gestão da Informação

Ministro Maurício Medeiros de Assis

- Chefe da Divisão de Comunicações e Arquivo

Primeiro Secretário Augusto César Teixeira Leite

- Chefe do Arquivo Central – Divisão de Comunicações e Arquivo

Conselheiro Pedro Frederico de Figueiredo Garcia

Resenha de Política Exterior do Brasil / Ministério das Relações Exteriores, Departamento de Comunicações e Documentação: Coordenação-Geral de Documentação Diplomática. – Ano 1, n. 1 (jun. 1974)-. – Brasília : Ministério das Relações Exteriores, 1974 - .

108p.

ISSN 01012428

Semestral.

1.Brasil – Relações Exteriores – Periódico. I.Brasil. Ministério das Relações Exteriores.

CDU 327(81)(05)



Departamento de Comunicações e Documentação

SUMÁRIO

04

DISCURSOS	09
ATOS INTERNACIONAIS EM VIGOR	24
COMUNICADOS, NOTAS, MENSAGENS E INFORMAÇÕES	34
ARTIGOS	98
ENTREVISTAS	100
INDICE REMISSIVO	106

SUMÁRIO

DISCURSOS

Conferência “A nova política externa brasileira”, proferida pelo Ministro Ernesto Araújo no Ministério das Relações Exteriores do Paraguai – Assunção, 3 de fevereiro de 2020	09
Intervenção do Ministro Ernesto Araújo no café-da-manhã sobre o ingresso do Brasil na OCDE – Brasília, 13/02/2020	15
Intervenção do Ministro Ernesto Araújo por ocasião da reunião informal do Conselho de Segurança das Nações Unidas relativa aos 75 anos do fim da 2ª Guerra Mundial – 8 de maio de 2020	17
Participação do ministro Ernesto Araújo na 34ª Reunião do Conselho de Governo - 9 de junho de 20/20	19
Conferência Ministerial 'Eliminar o Fosso Digital: a Resposta Digital à Covid-19' - 1º de julho de 2020	22

ATOS INTERNACIONAIS EM VIGOR

Programa de Intercâmbio Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Índia para o período 2020-2024	25/01/20	24
Memorando de Entendimento entre a República Federativa do Brasil e a República da Índia sobre Cooperação em Bioenergia	25/01/20	26
Acordo de Complementação Econômica Nº 18 celebrado entre Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai (AAP.CE/18)	17/04/20	30
Acordo de Complementação Econômica Nº 18 celebrado entre Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai (AAP.CE/18)		32

COMUNICADOS, NOTAS, MENSAGENS E INFORMAÇÕES

Acontecimentos no Iraque e luta contra o terrorismo	03/01/2020	34
Convocação de eleições na Bolívia	05/01/2020	34
Declaração do Grupo de Lima	05/01/2020	34
Declaração do Grupo de Lima	06/01/2020	35
Queda de aeronave ucraniana no espaço aéreo iraniano	09/01/2020	37
Falecimento do Sultão Qaboos bin Said al Said	11/01/2020	37
Ataque terrorista no Níger	16/01/2020	37
III Conferência Ministerial Hemisférica de Luta contra o Terrorismo – Comunicado Conjunto	20/01/2020	38
Calendário de eventos entre 27 de janeiro e 2 de fevereiro de 2020	24/01/2020	41

Assinatura de Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos entre o Brasil e a Índia 25/01/2020	42
Visita de Estado do Senhor Presidente da República à Índia – Documentos adotados – Nova Delhi, 25/01/2020	42
Plano de Ação para fortalecer a Parceria Estratégica entre o Brasil e a Índia – 25 de janeiro de 2020	43
Comunicado Conjunto Brasil-Índia por ocasião da Visita de Estado do Presidente da República Federativa do Brasil à Índia (25-27 de janeiro de 2020) 25/01/2020	46
75 anos da liberação do campo de concentração nazista em Auschwitz-Birkenau – 27 de janeiro de 2020	56
Formação de Novo Governo do Líbano 27/01/2020	57
Terremoto na Turquia 28/01/2020	57
Plano de paz e prosperidade do Presidente Trump para solucionar o conflito israelense-palestino 29/01/2020	57
Calendário de eventos entre 1 e 8 de fevereiro de 2020 31/01/2020	58
Repatriação dos brasileiros que se encontram em Wuhan/Hubei, China, em decorrência da epidemia de Coronavírus – Nota Conjunta do Ministério das Relações Exteriores e do Ministério da Defesa 02/02/2020	59
Visita de trabalho do Ministro dos Negócios Estrangeiros da Polônia, Jacek Czaputowicz – 4 de fevereiro de 2020 03/02/2020	60
Reunião do Grupo de Trabalho do “Processo de Varsóvia” sobre questões humanitárias e de refugiados – Brasília, 4 a 6 de fevereiro de 2020 04/02/2020	60
Declaração Conjunta Brasil-Polônia - 4 de fevereiro de 2020 04/02/2020	61
Assinatura do Acordo de Complementação Econômica Nº 74 e do Acordo Automotivo entre o Brasil e o Paraguai - Nota Conjunta do Ministério das Relações Exteriores e do Ministério da Economia 11/02/2020	62
Missão da OEA é impedida de entrar na Venezuela 04/02/2020	62
Repatriação de cidadãos brasileiros em decorrência do surto de Coronavírus na China. Agradecimentos aos governos da China, Polônia e Espanha 08/02/2020	62
Nota Conjunta do Ministério das Relações Exteriores e do Ministério da Defesa 08/02/2020	63
Calendário de eventos entre 10 e 15 de fevereiro de 2020 10/02/2020	64

Assinatura do Acordo de Complementação Econômica Nº 74 e do Acordo Automotivo entre o Brasil e o Paraguai - Nota Conjunta do Ministério das Relações Exteriores e do Ministério da Economia 11/02/2020	65
Visita ao Brasil do Ministro de Relações Exteriores, Comércio Internacional e Culto da Argentina, Felipe Solá - Brasília, 12 de fevereiro de 2020 12/02/2020	66
Calendário de eventos entre 18 e 22 de fevereiro de 2020 18/02/2020	66
Ataque a igreja protestante no Burkina Faso 19/02/2020	68
Calendário de eventos entre 22 e 29 de fevereiro de 2020 21/02/2020	68
Levantamento da suspensão das exportações de carne bovina in natura do Brasil pelos Estados Unidos 21/02/2020	71
Declaração do Grupo de Lima 01/03/2020	71
Visita do Ministro das Relações Exteriores de Angola, Manuel Domingos Augusto – Brasília, 2 de março de 2020 02/03/2020	72
Calendário de eventos entre 2 a 7 de março de 2020 02/03/2020	73
Anúncio de formação de governo de transição no Sudão do Sul 02/03/2020	74
Falecimento do Embaixador Javier Pérez de Cuéllar 05/03/2020	75
Declaração Conjunta entre os Governos do Brasil e dos Estados Unidos da América sobre a 5ª Reunião da Comissão Mista Brasil-EUA de Cooperação Científica e Tecnológica Brasília, 6 de março de 2020 06/03/2020	75
Calendário de eventos entre 7 a 14 de março de 2020 06/03/2020	76
Atentado à Embaixada dos Estados Unidos na Tunísia 06/03/2020	78
Declaração Conjunta do Presidente Jair Bolsonaro e do Presidente Donald J. Trump 08/03/2020	78
Tentativa de assassinato do Primeiro-Ministro do Sudão 11/03/2020	79
Declaração presidencial do PROSUL sobre ações conjuntas para enfrentar a pandemia do Coronavírus 17/03/2020	79
Nota à Imprensa 19/03/2020	82
Declaração dos Presidentes do MERCOSUL sobre coordenação regional para a contenção e mitigação do coronavírus e seu impacto 19/03/2020	82

Reeleição de Luis Almagro como Secretário-Geral da Organização dos Estados Americanos (OEA) 20/03/2020	83
Repatriação de brasileiros retidos no Peru - Nota conjunta do Ministério das Relações Exteriores e do Ministério da Defesa 24/03/2020	84
Comunicado conjunto Brasil-Chile para facilitação do trânsito de seus nacionais	84
Chegam ao Brasil voos da FAB com nacionais repatriados do Peru - Nota conjunta do Ministério das Relações Exteriores e do Ministério da Defesa 25/03/2020	85
Cúpula extraordinária dos líderes do G20 - Declaração sobre COVID-19 26/03/2020	85
Declaração dos Ministros de Comércio e Investimentos do G20 - 30 de março de 2020 30/03/2020	89
Proposta de Moldura Institucional para a Transição Democrática na Venezuela 01/04/2020	90
Comunicado do Grupo de Lima 02/04/2020	91
Iniciativa do MERCOSUL no combate ao novo Coronavírus - Nota conjunta do Ministério das Relações Exteriores e do Ministério da Economia 03/04/2020	92
Repatriação dos integrantes da representação diplomática e das repartições consulares do Brasil na Venezuela – Nota conjunta do Ministério das Relações Exteriores e do Ministério da Defesa 17/04/2020	92
Comunicado Conjunto Brasil-EUA – Fortalecimento da Parceria Econômica e Comercial Bilateral 17/04/2020	92
Cooperação internacional leva à prisão de Gilberto Aparecido dos Santos, o Fuminho - Nota conjunta do Ministério da Justiça e Segurança Pública, do Ministério da Defesa e do Ministério das Relações Exteriores 19/04/2020	93
Declaração Conjunta Brasil-México 25/04/2020	93
Intervenção do Ministro Ernesto Araújo por ocasião da reunião informal do Conselho de Segurança das Nações Unidas relativa aos 75 anos do fim da 2ª Guerra Mundial – 8 de maio de 2020 08/05/2020	94
Centenário do estabelecimento das relações diplomáticas Brasil – Polônia – Nota Conjunta 27/05/2020	96
Declaração Conjunta dos Governos da República Federativa do Brasil e dos Estados Unidos da América relativa à Cooperação em Saúde 31/5/2020	96
Comunicado do Grupo de Lima 16/06/2020	97

ARTIGOS

ENTREVISTAS

- President Bolsonaro, PM Modi share views on the idea of a nation" ("The Hindu", Índia, 25/01/2020) [Inglês] 25/01/2020 100
- O Brasil grande de novo" (Brasil sem Medo, 14/02/2020) 14/02/2020 101
- Violence: Nigeria requires uncompromising political will" (Guardian Nigeria, 16/02/20) [Inglês] 17/02/2020 102
- Canciller de Brasil: "Estamos listos para una propuesta de acuerdo comercial con Guatemala" (Prensa Libre, Guatemala, 21/02/2020) [Espanhol] 21/02/2020 102

DISCURSOS

Conferência “A nova política externa brasileira”, proferida pelo Ministro Ernesto Araújo no Ministério das Relações Exteriores do Paraguai – Assunção, 3 de fevereiro de 2020

Muy buenas tardes, señor Canciller, señora Ministra, ministros, embajadores, colegas, amigos. Es una grande alegría estar acá con ustedes, compartir ese momento. El Canciller, querido amigo Antonio Rivas nos recordaba el tiempo cuando empezábamos en la carrera diplomática ahí por 1995, en Bruselas. Y me recuerdo mucho de esa época, época en que sentía, creo que nosotros todos sentíamos, el entusiasmo por la construcción o reconstrucción de nuestros países, teniendo la integración entre nosotros como uno de los instrumentos de esa reconstrucción; un sueño que, por distintas razones, se disipó a lo largo de las décadas, pero que estamos recuperando, que estamos recuperando de una manera muy intensa. El sentido de reconexión con nuestra esencia, con nuestro destino, atado al destino común de nuestras regiones, y muy especialmente de esta hermandad Brasil-Paraguay.

Como mencionaba también al Canciller, tuve el honor inmenso de recibir la condecoración del mérito de la República de Paraguay. Es algo que tomo como un reconocimiento de todo esfuerzo que el Gobierno brasileño, y Paraguay también, y muy especialmente los presidentes Mario Abdo y Jair Bolsonaro, están haciendo para hacer realidad ese anhelo de nuestros pueblos. Y, en ese sentido, una vez escuché al Presidente Mario

Abdo decir una expresión muy importante, me parece que me sirve de inspiración, siempre que me recuerdo de esa expresión. Decía una cosa así, el Presidente Mario Abdo: “el error de nuestra región ha sido que nos basamos solamente en intereses y olvidamos los valores”, o algo así – quiero pedir que transmita al Presidente si no cité exactamente sus palabras, pero es el sentido que, creo, tenía él.

Eso es algo que me parece absolutamente fundamental: pensar ese binomio de intereses y valores de la manera correcta. En un sentido distinto, para hacer un contraste, el otro día escuchaba un colega de otro órgano del gobierno de Brasil, una persona muy buena, pero creo que tenía un concepto que trae una equivocación, una frase que se atribuye al primer ministro británico Palmerston, si no me equivoco, que es que “entre países no hay amistades, hay solamente intereses”. Yo no creo que sea así, y creo que Brasil y Paraguay prueban que no es así, que existen amistades, y esas amistades son fundamentales para que conduzcamos los intereses de nuestros pueblos.

Muchos creen que son incompatibles intereses y valores, intereses y amistades. Muchos creen que la promoción de los intereses requiere el abandonar de sus valores. Realmente no creo que sea así, y nuestra política exterior está hoy fundada en la proposición de que los valores, la identidad nacional, los ideales del pueblo son la base de la defensa de nuestros intereses. Y también que el principal de nuestros intereses es garantizar el espacio para el ejercicio de nuestros valores. Así, se trata de construir una política a partir de valores e identidad. Me parece que eso

es un imperativo, sea en el plan nacional, sea regional, sea mundial.

A nivel nacional, Brasil ha vivido recientemente una crisis, que fue sobre todo una crisis moral, más que económica. La corrupción que ha imperado, de una gran manera, en Brasil es solamente una parte del fenómeno. Porque, más fondo que eso, se ha tratado de destruir el tejido social de Brasil, destruir la familia, la unidad nacional, creando falsos conflictos (por ejemplo, de raza o de género); se trató de ocupar las mentes de las personas desde la primera infancia y enseñárlas a odiar lo suyo, sea la familia, sea la patria, y enaltecer una determinada línea política, o peor aún, un determinado partido político. Y además, todo eso, dentro de una tolerancia, casi una valorización del crimen, de la criminalidad.

¿Dónde quedaban los valores? Se hablaba de ellos alguna vez, pero en realidad se trataba de utilizar falsos conceptos para controlar el discurso. Y quien controla el discurso controla el pensamiento, y quien controla el pensamiento controla los flujos económicos y el poder, no a la inversa. Así que la dimensión, digamos, filosófica de los valores, de la identidad, es algo completamente determinante para lo que acontece en el terreno económico. Por lo menos es la proposición, la premisa de la cual partimos.

Delante de ese cuadro en que vivimos, la salida de esa crisis es algo que exigió un proyecto no solamente de recomposición de la política fiscal o de recomposición de la infraestructura, por ejemplo, sino un proyecto de regeneración moral. De cambio en la escala de valores, de replantear qué es el bien y qué es el mal. De combatir directamente el crimen, reconquistar los conceptos que estaban manipulados por un sistema corrupto,

como el concepto de justicia, el concepto de derechos humanos, el concepto de igualdad. Es una tarea que sigue, pero hemos empezado.

Abro un paréntesis: me parece que ese es el gran mecanismo, o uno de los principales mecanismos, de los proyectos totalitarios que intentaron confirmar su poder sobre toda nuestra región y nuestros países. Un mecanismo de secuestrar y pervertir, tomar conceptos, ideales que son nobles, y manipularlos para que se transformen en instrumentos de poder. Derechos humanos, por ejemplo. En Brasil, en gran medida, el concepto de derechos humanos ha sido pervertido, y hoy, cuando se habla de ese concepto, se piensa en los derechos solamente de los criminales (que existen, claro, como de todo ser humano), pero no se piensa en los derechos de las víctimas.

Escuchaba una entrevista de una señora que hizo una película sobre la historia reciente de Brasil, de una manera que nos parece completamente equivocada; y ella decía que estaba muy preocupada con el crecimiento de los homicidios de la policía, que en 2019 crecieron un 20%, lo que ella llama de “homicidios cometidos por la policía”. Y se olvidaba deliberadamente de decir que la tasa de homicidios general en Brasil ha bajado un 23% en el 2019, como resultado de las nuevas políticas y actitudes. Pero, claro, nada bueno puede ser reconocido a nuestro gobierno por parte de los que quieren volver al sistema corrupto anterior. Y, con eso, distorsionan conceptos, distorsionan la realidad, y hacen parecer que la policía está del lado de mal y que los criminales están del lado del bien. Con eso nos enfrentamos todos los días.

De manera que ese sistema sigue intentando volver y perpetuarse, y

volver al poder. Quieren seguir controlando el lenguaje y las relaciones entre las personas, quieren fragmentar completamente la sociedad, quieren crear una sociedad de individuos atomizados, sin pasado y sin futuro, separados de los suyos, y cada uno separado de sí mismo. Creo que no es solamente en Brasil, creo que es un fenómeno mundial. Quieren destruir la infancia y la inocencia, quieren desensibilizar la gente con la violencia, quieren crear una masa de autómatas para poder controlarlos con más facilidad.

Brasil despertó contra eso, contra ese proyecto. No solamente contra el mal manejo de la economía. La economía, por supuesto, es fundamental, pero los brasileños nos dimos cuenta de que la economía es una parte del desafío. Nos dimos cuenta de que la libertad económica es esencial a la libertad política. Una economía bajo el control del estado, en gran medida, como la que teníamos, sea directamente a través de las compañías estatales, sea de manera aún más perversa, a través de un sistema político, donde cada decisión de inversión dependía de conexiones políticas, de mil licencias y autorizaciones, sea de las grandes empresas, sea de las pequeñas. Una economía de esa naturaleza nutría el sistema de corrupción, que a su vez nutría el sistema de degradación de los valores.

Ese sistema requería una economía cerrada al exterior, una vez que en una economía abierta al exterior ya no se puede, o es mucho más difícil, practicar los sistemas de poder, de privilegios, de la economía de los amigos, de circulación ilícita o semi ilícita de recursos y de captura de los recursos de la nación por los que manejan el poder. Así, la apertura económica tiene dos ventajas: por un lado, claro, la competitividad y el

crecimiento que estimula, la reubicación del país en las cadenas globales de valor, como incluso discutíamos antes, hoy día; pero también la quiebra de ese sistema de corrupción material y moral y la consustanciación, la construcción de una verdadera libertad.

Yo creo que es por ese concepto de que libertad económica y libertad política están unidas en un nuevo proyecto, es por eso que conseguimos los grandes logros del MERCOSUR, por ejemplo, el año pasado, los acuerdos con la Unión Europea y el EFTA; por eso que vemos hoy un MERCOSUR tan entusiasmado y dinámico y que sigue entusiasmado y dinámico ahora bajo la presidencia paraguaya, algo que es tan fundamental para nosotros y que nos permite volver a esos sueños del comienzo de la década de 90, de un MERCOSUR como un proyecto basado en el libre comercio, en la integración abierta y en la democracia.

Brasil está iniciando un ciclo de crecimiento, no solamente por la calidad de las políticas fiscales y monetarias, sino también, quizás principalmente, por la determinación política del Presidente Bolsonaro, de todo su equipo, pero a partir de su liderazgo, de romper un sistema, un sistema de pensamiento, un sistema de mala circulación de ideas y de mala circulación de recursos. Por eso es que estamos acá pudiendo hablar de las nuevas oportunidades para nuestros países.

Brasil empieza su primer ciclo de crecimiento basado en la inversión privada y que va a ser seguramente un crecimiento sostenible y que, si Dios quiere, nos va a permitir concretar esa idea que el Canciller Antonio Rivas mencionaba, de una prosperidad compartida como núcleo de nuestra relación.

En el plan regional, ¿qué es lo que encontramos cuando llegamos al comienzo de esa administración? Encontramos una cierta indiferencia, por parte de Brasil, hacia la cuestión democrática en la región. Empezamos por romper esa indiferencia; desde el primer día, la rompimos; desde el primer día, empezamos a intentar defender directa y activamente la democracia en la región. Decían, y siguen diciendo, algunos, que eso es un movimiento ideológico; seguimos diciendo que la democracia no es una ideología, que la democracia es un compromiso y un sistema de libertad.

Dicen que es ideológico hablar, por ejemplo, del Foro de São Paulo. El Foro de São Paulo existe, lo siento. ¿Qué es el Foro de São Paulo? Ustedes saben: es una articulación de partidos radicales y proyectos totalitarios de Latinoamérica que se reunió y se formó a comienzos de los años 90 con objetivo explícito de reconstruir, en Latinoamérica, el bloque socialista que había desaparecido en Europa del Este. Y desde entonces coordinó los regímenes radicales, totalitarios de la región; se mescló al narcotráfico – si es que ya no estaba mesclado antes –, al crimen, al terrorismo, a la corrupción sistémica.

Es como si fuera un octópodo, un pulpo de mil tentáculos, que se oculta, que oculta su cabeza – quizás no tenga cabeza, tenga solamente los tentáculos –, y por eso se hace más eficiente en sus objetivos, y alterna su estrategia entre una estrategia de intimidación y una estrategia de, digamos, falsa indignación. O dicen que no existen o dicen que es solamente un tipo de foro de discusión teórica. Ahora quieren adquirir alguna respetabilidad creando una organización de fachada, el Grupo de Puebla, que atrae a algunos desavisados, a algunas figuras de la izquierda europea, de la social

democracia latinoamericana, para intentar ganar alguna respetabilidad, pero que, por detrás de esa fachada, siguen conspirando.

Hay que reconocer esa realidad – ojalá no existiera, pero existe –, para que nos ubiquemos y trabajemos por la libertad en la región, sea en Venezuela o en otra parte. Los venezolanos saben muy bien de lo que estoy hablando. Fueron amigos venezolanos, desde el comienzo del año pasado, que me llamaron la atención para el hecho de que el problema de Venezuela, la dictadura en Venezuela, no es solamente una cuestión venezolana; es parte de un proyecto hemisférico, y que, por lo tanto, debe ser tratado como tal. Si no, no se va a resolver. El hecho de que el régimen dictatorial de Nicolás Maduro siga manejando el poder es una prueba de que no se trata solamente de una cuestión venezolana, sino de parte de un sistema que tiene recursos, que tiene todavía una red que lo sustenta.

Así que la democracia no vendrá gratis, hay que luchar cada día, hay que seguir luchando. No bastan las elecciones. Hemos visto recientemente como se puede intentar fraudar una elección en nuestro común vecino, Bolivia.

Hay que reconocer el mundo por lo que es, y no por lo que nos gustaría. En el mundo ideal, hay una alternancia entre una izquierda y una derecha; una izquierda definida, quizás, por más atención a gastos sociales y compañías estatales; la derecha por un búsqueda de eficiencia y privatización. Esa es la visión un poco idílica de la alternancia izquierda-derecha. En el mundo real, la cosa es bastante más fea: hay la libertad, y hay el proyecto de reconstrucción de falsas utopías de partido único con control social total. No son izquierda y derecha, en nuestra región. Creo que son conceptos que es

difícil manejar, porque, en realidad, no hay distintas filosofías o distintas maneras de buscar el bien. Lo que hay son proyectos completamente diferentes, uno atado a la dignidad humana y otro atado a la deshumanización.

Nos dicen “ideológicos” a los que hablamos de eso. Puede ser que seamos, pero no importa; importa que reconozcamos como es la realidad. Nos dicen “ideológicos” porque la palabra tiene mala reputación, a culpa de aquellos que manejan esa otra ideología, y no a culpa de nosotros. Y nos dicen “ideológicos” porque quieren crear una niebla para seguir, por detrás de ella, practicando su estrategia de opresión sin que sean perturbados.

Creo que para nosotros, que creemos en la libertad y en la democracia, no habrá tranquilidad mientras no tengamos una verdadera democracia en toda la región, y eso exige una acción coordinada. Y Brasil y Paraguay hoy están en la vanguardia de esa acción. Podría extenderme más sobre eso como en otros puntos, pero voy a pasar al nivel mundial de nuestros desafíos.

Se cree muchas veces que hay que construir una economía eficiente sobre la base de una sociedad fragmentada, sin valores, sin identidades nacionales, sobre la base de lo “políticamente correcto”. Eso es bien un gran error, directamente atado a aquél que mencionaba en la expresión que mencioné del presidente Mario Abdo, de olvidar los valores y seguir hacia los intereses.

Creo que el mundo ha intentado, está intentando desde el comienzo de la globalización, construir esa estructura de una economía eficiente, globalizada, en base a una no sociedad, a una sociedad fragmentada,

sin naciones, sin familias, sin identidades. Y lamentablemente, muchos organismos internacionales, con sus famosos temas globales, se han vuelto a mecanismos de implementación de ese tipo de agenda. Todos los temas globales, cuando los miramos, al fin y al cabo son temas para sacarnos la soberanía, sacarles la soberanía a las naciones y para someter los pueblos a algún tipo de filosofía materialista y reduccionista.

Si uno mira bien ese tipo de concepción de los temas globales y lo que está pasando en esos 30 años últimos, en Latinoamérica, uno se da cuenta de que existe un arco ideológico, que va del “socialismo del siglo XXI”, concebido acá en esa región, a lo políticamente correcto y a las corrientes materialistas en Europa y Estados Unidos, que quieren construir algún tipo de sociedad utópica – ya no la llaman comunismo, pero en gran medida sigue siendo la falsa utopía comunista. Quieren construirla no en contra el capitalismo, pero adentro del capitalismo, a partir de una sociedad de consumo completamente desespiritualizada y desnacionalizada.

Vean, por ejemplo, la señorita Greta Thunberg, que habla de los osos polares – cuya población, por lo demás, está en realidad aumentando, según los científicos –, pero que jamás habla de la democracia, jamás habla del sufrimiento de los niños en Venezuela, por ejemplo, o de las persecuciones religiosas en África, causadas por el terrorismo, que son los problemas reales de la mayoría de la gente. Entonces, uno empieza a preguntarse si hay algún tipo de conexión entre ese arco ideológico. No es negar que haya problemas climáticos, pero es preguntarse porqué se habla de determinados problemas y

no de otros, que son más cercanos y más urgentes a la gente.

Se dice, por ejemplo, que crisis migratorias son producidas a partir de África por la cuestión climática en el Sahel, y que las personas huyen de la sequía, o de algún tipo de crisis climática. En realidad, si uno mira los datos, en gran parte esa región de Sahel, esa franja del Saara, se está volviendo más verde, como quizás un fenómeno positivo del calentamiento – es anatema decir eso, pero quizás sea esa la realidad. No están huyendo de crisis climática, están huyendo del terrorismo que se practica en esa región. Brutal. Que expulsa a la gente y le hace buscar el exilio en otras partes. Esa es por lo menos parte de la realidad de la que nadie habla.

Bien, Brasil hoy se posiciona muy claramente por la democracia y por la libertad económica. Algunas de esas corrientes del Primer Mundo hablan muy frecuentemente de la democracia liberal como el sistema, el modelo que debe ser seguido. Pero cuando aparece un país con las características que tiene Brasil, con la relevancia que puede tener Brasil en el mundo, y se posiciona claramente por la democracia y por la libertad económica, creímos que íbamos a ser un poco más bien recibidos por esas corrientes ideológicas en Europa. En realidad, lo que hacen es inventar falsos problemas ambientales para atacarnos con base en fotografías de hace veinte años.

¿Qué se puede pensar delante de eso? Todavía no lo sé, no terminé de pensarlo. Pero quizás eso apunte a una conexión entre las corrientes del “socialismo del siglo XXI” que nutren una buena parte de la oposición, básicamente todo lo que hay de oposición política en Brasil y, a partir de Brasil, nutren esa falsa narrativa en Europa – sobre todo en Europa; en

otras partes también, pero sobre todo en Europa –, donde encuentran ese terreno fértil a partir de la ideología de lo políticamente correcto. Entonces, hay que pensar, hay que examinar si es que existen esas conexiones y posicionarse delante de eso.

Brasil también intenta ser hoy una fuerza en contra de la desnacionalización en el mundo. Se dice que tenemos problemas con los sistemas multilaterales. No tenemos absolutamente nada en contra de los órganos, mecanismos multilaterales, pero creemos que esos tienen que ser espacios de convivencia entre naciones.

Hay que cesar de hablar un poco de temas globales y volver a hablar de temas internacionales. Hay una gran diferencia. Cuando escuchamos el adjetivo “global”, sabemos que alguien en alguna parte está queriendo limitar nuestra soberanía. Nosotros queremos dar una lógica internacional a los temas mundiales. Y, siempre que posible, combatir las falsedades de lo políticamente correcto, que tiene que ver con ese sistema de capturar buenos conceptos, conceptos nobles, como justicia, como derechos humanos, y transformarlos en alguna otra cosa. Es una proposición que hago, de estudio, que el políticamente correcto del Primer Mundo es el primo rico del “socialismo del siglo 21” latinoamericano.

De manera que intenté apuntar muy rápidamente que las tres dimensiones de nuestra actuación doméstica regional e internacional se conectan. Eso es lo que quería sobre todo mencionar. Se conectan con base a una lógica que es una lógica de un análisis de la realidad internacional. Puede que estemos equivocados, pero intentamos hacer un análisis, y no copiar una serie de clichés, de lugares comunes que andan por el mundo y pensar el mundo

a partir de nuestras propias ideas y de las aspiraciones de los brasileños. Eso es lo que intentamos hacer. Y esas tres dimensiones se interconectan, se interconectan sobre todo en base a aquello que es nuestro principal valor y nuestro principal interés, que es la libertad.

Muchas gracias.

Intervenção do Ministro Ernesto Araújo no café-da-manhã sobre o ingresso do Brasil na OCDE – Brasília, 13/02/2020

Bom dia a todos. Muito bem vindos aqui, no Itamaraty, Sala Brasília.

Quero saudar muito especialmente o ministro Onyx Lorenzoni, o ministro Jorge Oliveira, que nos honram aqui com sua presença e que copresidem conosco aqui esse café da manhã, que é um momento para falarmos com colegas, embaixadores, países da União Europeia, países-membros da OCDE e países em processo de adesão, sobre o nosso impulso de adesão à OCDE. Quero saudar nossos colegas aqui, o secretário especial do Ministério da Economia, Marcos Troyjo, o secretário-geral das Relações Exteriores, nossos colegas embaixadores, queridos amigos. É realmente uma satisfação muito grande estar aqui com os senhores hoje.

A política externa brasileira vivenciou um processo, como sabem, um profundo de reformulação desde o início deste governo. A nossa atuação no exterior é pautada pelas linhas mestras traçadas pelo presidente Jair Bolsonaro, em consonância com as ideias por ele defendidas durante a campanha presidencial e que foram validadas pelo povo brasileiro.

Em 2019, neste início de 2020, procuramos lançar os fundamentos de uma nova atuação internacional do Brasil, fundada na democracia, na liberdade, na soberania e na prosperidade. Essa nova atuação buscou, e busca, fortalecer, entre outros objetivos, a integração do país às cadeias transnacionais de valor, de modo a incrementar a produtividade, a competitividade da economia brasileira em benefício da nossa população. E é nesse contexto que se insere a prioridade que conferimos ao processo de adesão à OCDE. Mas não é apenas isso. Não é apenas nesse objetivo central que a OCDE pode contribuir no nosso projeto. Boa governança, eficiência na administração pública, transparência, uma política ambiental sólida em todos esses campos, a OCDE pode inspirar e exponencializar os nossos esforços. Na educação, por exemplo, a OCDE - e é uma das nossas grandes expectativas - pode nos ajudar a que o Brasil se alinhe ao que há de melhor no mundo, e não a um padrão fracassado, que consistia na educação para militância política e que, graças ao esforço do governo, muito especialmente do ministro Abraham Weintraub, nós estamos superando.

O Brasil vem avançando bastante na convergência com os padrões da OCDE, mesmo antes de sermos membro pleno. Nossa país já aderiu a 81 instrumentos da Organização e já solicitou a adesão a mais 65, de um universo total de 254 – aqui eu não vou fazer a soma, porque de manhã ainda não dá para fazer matemática, mas eu acho que são 146 de um total de 254, em que nós estamos aderidos ou em processo de adesão. Somos o país não-membro com o maior número de adesão a instrumentos da OCDE.

Essas normas importantes da Organização às quais o Brasil aderiu,

entre elas permito-me mencionar a decisão sobre as orientações da OCDE para empresas multinacionais, pelo qual o governo se compromete a oferecer tratamento nacional a empresas controladas por estrangeiros, e a declaração sobre inovação do setor público, que define um conjunto de princípios norteadores das iniciativas nacionais sobre inovação.

Quero mencionar também, à guisa de exemplo, algumas das recomendações da OCDE adotadas pelo Brasil que definem diretrizes e modo de atuação em cada área, como inteligência artificial, proteção do consumidor no comércio eletrônico, prevenção contra concorrência fiscal nociva e prestação de qualidade no ensino superior transfronteiriço.

O Brasil encontra-se, no momento, também em processo de adesão aos códigos de liberalização de capitais, instrumentos basilares de nosso processo de adesão à Organização. Mas, além desses pontos específicos e na base de tudo, nós interpretamos que a OCDE significa uma opção, nossa opção por um modelo de liberdade política e liberdade econômica, que não é simplesmente uma questão de eficiência técnica, mas uma escolha de modelo de sociedade. Queremos ser uma nação soberana e livre, uma economia de mercado e adesão aos valores civilizacionais, esses valores que formam a base das sociedades mais livres e, ao mesmo tempo, mais bem-sucedidas no mundo, e não por acaso são as mais livres e as mais bem-sucedidas, não de ontem, não do século passado, mas talvez desde o renascimento, e talvez mesmo antes, desde o mundo greco-romano. Não sei como é OCDE em grego, mas vou aprender.

À parte nossos esforços de adesão aos instrumentos da OCDE, nós temos hoje também uma ampla participação

em fóruns da Organização. Temos a presença regular em aproximadamente 30 desses órgãos, incluindo por exemplo o Comitê do Aço, o Fórum Global Tributário, a Agência Internacional de Energia e o Grupo de Trabalho sobre Suborno em Transações Comerciais Internacionais. Em 2019, o Brasil registrou-se para participar de quase 400 reuniões da OCDE em variados temas, o que aumentou nossa familiaridade com a agenda e facilitou a convergência. Nós desenvolvemos, ademais, nossos instrumentos permanentes para acompanhamento dos trabalhos da OCDE. Dispomos de uma equipe específica da maior competência na Embaixada em Paris, chefiada pelo querido amigo Embaixador Carlos Márcio Bicalho Cozendey, que tem permitido o seguimento sistemático, graças à eficiência e qualidade de seu trabalho de todo esse processo – quero aqui agradecer [publicamente] o trabalho extraordinário que vem sendo feito pelo Embaixador Carlos Márcio, em coordenação, claro, com nossa equipe que acompanha a OCDE, aqui em Brasília.

O governo criou, em paralelo, o Conselho Brasil-OCDE e seu comitê gestor, o que favorece esse enfoque de compromisso de todo o governo com o processo. O Congresso Nacional, por sua vez, constituiu o Grupo de Amigos da OCDE, o que facilitará considerar as referências da Organização dentro do exercício legislativo. Os nossos esforços de aproximação com a OCDE, como sabem, começaram antes deste atual governo, mas, como em muitos outros temas, acho que podemos dizer que a determinação política e a coragem política do presidente Jair Bolsonaro é o que está fazendo a diferença. Os ministros mais diretamente envolvidos – ministro Onyx, ministro Jorge, ministro Paulo Guedes e respectivas equipes - nos

sentimos permanentemente orientados, respaldados pelo presidente da República nesse esforço de aproximação, de adesão à OCDE. Damos prioridade total a esse processo, porque, como dizia, um governo comprometido com a implementação de mudanças sociais e econômicas profundas, abertura para o mundo, e maior integração global. É um esforço que vai além do discurso, que já produziu resultados concretos, como a reforma da previdência, a celebração de acordos comerciais amplos e ambiciosos, entre eles com grande destaque para o acordo com a União Europeia, e como EFTA também, e a aprovação da Lei de Liberdade Econômica e outras mudanças, como sabem, estão a caminho. São todas elas reformas que há muito tempo o Brasil sabia que precisava mas que estão se tornando realidade agora. E não por acaso, é por essa coragem, essa determinação que nos vem do presidente da República.

A entrada na OCDE não é, portanto, simplesmente um objetivo em si, mas a decorrência de uma agenda nacional e internacional, de uma estratégia de reconstrução nacional e de inserção no mundo. Acreditamos que com todos os países atualmente membros da OCDE e com aqueles em processo de adesão compartilhamos não só interesses profundos, mas também valores muitos profundos, esses valores da democracia liberal, da sociedade aberta, da prosperidade baseada na democracia. Então, queria agradecer o apoio que já foi dado à candidatura brasileira pelos atuais países-membros da OCDE, agradeço muito especialmente o apoio muito enfático dado pelos Estados Unidos recentemente, confirmando uma determinação de já um ano atrás do presidente Donald Trump, na visita do presidente Bolsonaro a Washington. Isso é decisivo para nós e nos anima o

apoio de todos os países-membros a seguir adiante e começar o mais rápido possível esse processo. Para nós é fundamental que esse apoio se torne operacional, com base no entendimento consensual dos atuais membros, para o início do nosso processo. Esperamos contar com esse apoio continuado e temos a certeza de que isso será retribuído pelo Brasil sob a forma de uma contribuição muito viva, muito presente a todos os objetivos da Organização e dos seus estados-membros.

Muito obrigado. Bom café da manhã.

Intervenção do Ministro Ernesto Araújo por ocasião da reunião informal do Conselho de Segurança das Nações Unidas relativa aos 75 anos do fim da 2ª Guerra Mundial – 8 de maio de 2020

Obrigado senhor presidente, prezados colegas e amigos,

Começo congratulando o ministro Urmas Reinsalu da Estônia por organizar esta reunião, no dia que marca o 75º aniversário do fim da Segunda Guerra Mundial na Europa e no momento em que enfrentamos, talvez, o maior desafio à comunidade das nações desde aqueles dias trágicos.

Por que se lutou a Segunda Guerra Mundial? As pessoas lutaram pela dignidade humana, contra o racismo e contra o antisemitismo. E as pessoas lutaram por liberdade. Não devemos nos esquecer disto. Liberdade não vem de graça. Liberdade requer disposição permanente para lutar, para protegê-la e promovê-la. Esperemos nunca mais precisar lutar pela liberdade em

guerras totais como aquela, embora devamos lutar pela liberdade todos os dias.

Aqui, hoje, celebramos a paz – a Paz que vem da luta, a luta justa e necessária. Muitos milhões de indivíduos derramaram seu sangue pela liberdade naquele momento, dentre os quais muitos brasileiros, visto que o Brasil teve importante participação no esforço de guerra, enviando 25.000 soldados para lutar na Itália com os Aliados contra as forças nazistas. Ter ajudado a liberar a Itália e, portanto, a Europa da tirania nazifascista talvez seja o maior orgulho do Brasil.

Há setenta e cinco anos a liberdade e a democracia prevaleceram contra o totalitarismo graças ao sacrifício de pessoas reais: de americanos, russos, britânicos, poloneses, estonianos, canadenses, franceses, chineses, brasileiros e muitos outros. Mas outra forma de totalitarismo, depois da Guerra, lançou sua sombra por muito tempo sobre metade da humanidade. Essa forma de totalitarismo, durante as décadas seguintes, tentou manipular as Nações Unidas a seu favor. Essa forma de totalitarismo tentou sequestrar e perverter essa nobre iniciativa que é a Organização das Nações Unidas. Infelizmente, a ideologia no centro dessa forma de totalitarismo não está morta. Ao longo dos anos, essa ideologia sempre trabalhou com o mesmo princípio de sequestro e perversão. Tentaram sequestrar e perverter causas e conceitos nobres, como direitos humanos, justiça, proteção ambiental. Não permitamos que a saúde seja mais uma vítima a ser sequestrada por essa ideologia e pervertida para servir a objetivos totalitários.

Vamos libertar todas essas boas e

nobres causas, como direitos humanos, justiça e meio ambiente. Vamos libertá-las da manipulação e da escravização pelas ideologias totalitárias.

Estamos comprometidos a trabalhar de maneira construtiva em fóruns internacionais. Mas creio que devemos evitar a palavra "multilateralismo" ao falar de instituições internacionais ou de multilaterais. Palavras terminadas em "ismo" normalmente designam ideologias: Fascismo, Nazismo e Comunismo. Não vamos fazer do "multilateralismo" uma ideologia. O oposto de todas as ideologias não é outra ideologia. O oposto de todas as ideologias é a liberdade. Note que não dizemos "liberdadismo". Dizemos liberdade. Portanto, não tornemos o multilateralismo outro sistema de pensamento que nega a realidade e que tenta impor-se à realidade. Vamos fazer das instituições multilaterais uma plataforma para trabalhar pela verdade e pela liberdade.

A pandemia do COVID é provavelmente a maior crise desde a Segunda Guerra Mundial. Não vamos deixar outra forma de totalitarismo emergir agora, como a que emergiu após a Segunda Guerra Mundial. De fato, uma nova ordem certamente emergirá desta crise, só não sabemos ainda o formato que assumirá.

Essa nova ordem a emergir terá mais liberdade ou menos liberdade. Terá mais dignidade humana ou menos dignidade humana. E a opção que todos preferimos, o caminho que todos desejamos percorrer, o caminho em direção a mais liberdade e mais dignidade humana, é o caminho das nações.

Nações não são o problema. As nações são os bons moços nesta foto. Nações,

agindo em coordenação, obviamente, por meio desta ONU e de outros foros. A Organização das Nações Unidas deve, portanto, ser um espaço de coordenação entre nações independentes, e não um instrumento para substituí-las.

Os países aqui reunidos devem fazer uso deste espaço para identificar os desafios enfrentados atualmente pela humanidade. Se a Organização das Nações Unidas ignorar os desafios reais de hoje e, em vez disso, optar por jargões politicamente corretos, seu papel estará diminuído.

A ONU não deve ser um esforço para encontrar uma base comum entre liberdade e totalitarismo, e muito menos para promover o totalitarismo sub-repticiamente.

A liberdade e a democracia devem estar no centro das ações da ONU. E a fonte da democracia são as pessoas. Pessoas organizadas nos Estados-nação, com sua soberania, orgulhosas de si mesmas.

O Brasil, hoje, coloca-se inequivocamente em favor da democracia e da soberania. A soberania do povo livre. Não caiamos no equívoco de vilipendiar aqueles que defendem a soberania, não desprezemos os que defendem o sentimento nacional. Sem nações soberanas, não há liberdade. Esse postulado não deriva da lógica abstrata, e sim da história, do sacrifício real de milhões de pessoas, da natureza das coisas, da essência do ser humano.

Portanto, o sentimento nacional não é o problema do mundo atual. Ao contrário, o problema é a erosão da soberania, que deixa as nações sujeitas à perda de liberdade.

No Brasil, estamos empenhados em colocar o “demos”, o povo, de volta à democracia, conforme o preceito de nossa Constituição de que todo poder emana do povo. Esse é o caminho para a liberdade. E o Brasil hoje, assim como fizemos na Segunda Guerra Mundial, defende a liberdade.

Obrigado.

Participação do ministro Ernesto Araújo na 34ª Reunião do Conselho de Governo - 9 de junho de 2020

Bom dia Presidente, Vice-Presidente, senhores ministros.

Ações do Itamaraty no contexto da COVID:

Queria começar falando do que é certamente a maior operação de apoio a brasileiros na história do Itamaraty, que é a operação de repatriação. Até o momento, nós já repatriamos mais de 33 mil brasileiros, sendo mais de 24 mil por via aérea e mais de 9 mil por via terrestre. Esses por via aérea foram por 31 voos fretados até o momento pelo Itamaraty; 87 países foram objeto dessa operação (ou seja, trouxemos brasileiros de 87 países); mobilizamos 117 embaixadas e consulados; mais de 300 servidores aqui no Brasil trabalhando diretamente nisso e centenas de outros servidores trabalhando no exterior.

Essa repatriação, quando nós vemos o quadro, mostra claramente que não deixamos e não estamos deixando nenhum brasileiro para trás. Há desde países como Portugal, de onde repatriamos mais de 8 mil brasileiros; Bolívia, mais de 5 mil; Argentina mais de 4 mil; Peru, México, Paraguai e Espanha (todos mais de mil

brasileiros), até países de onde trouxemos um brasileiro, como Sudão, Belize e Mauritânia. Trouxemos brasileiros de lugares isolados e de difícil conexão, como Laos, Camboja, São Tomé, por exemplo. Dez brasileiros no caso do Laos, nove no Camboja, ou seja, acho que estamos atualizando e complementando o princípio que nos inspira, o lema do Barão do Rio Branco: “lembra-se da pátria em todos os lugares”. Acho que hoje nós podemos dizer “lembra-se dos brasileiros em todos os lugares”. E isso está claramente refletido nessa ação de repatriação.

Outra dimensão, a coordenação regional com nossos vizinhos e países sul-americanos, tanto no âmbito propriamente regional através do Prosul, novo mecanismo de coordenação sul-americano, criado no ano passado e que vem funcionando, assim como no âmbito bilateral. Então [há] preocupação, por exemplo, em manter fronteiras funcionando em benefício das populações de fronteira, muito especificamente com o Uruguai: conseguimos o entendimento com o Uruguai para manter em funcionamento a circulação de fronteira beneficiando 800 mil pessoas – 500 mil do lado do Brasil e 300 mil do lado do Uruguai. Acompanhamos a situação com todos os vizinhos. São políticas diferentes e exigem contatos bilaterais. Com a Colômbia, por exemplo, sobre a questão de saúde na fronteira. Com o Chile nós fizemos um memorando para permitir que as pessoas em conexão no Brasil pudessem ir para o Chile, e também para que os brasileiros em conexão no Chile pudessem retornar ao Brasil. Enfim, toda uma série de ações com nossos vizinhos para permitir a maior facilidade possível na repatriação e no atendimento aos brasileiros.

Na dimensão de equipamento hospitalar, de medicamentos, nós conduzimos ações com vários parceiros e recebemos doações, organizamos vinda de equipamentos, vinda de medicamentos. Dos Estados Unidos, por exemplo, recebemos mil ventiladores e dois milhões de doses de hidroxicloroquina, além de 6 milhões de dólares em ajuda para combate à pandemia. Com a Coreia do Sul, por exemplo, identificamos exportadores sul-coreanos de insumos e equipamentos, inclusive nesse caso em coordenação com governos estaduais em benefício, por exemplo, dos estados de Minas Gerais e do Amazonas. Trabalhamos muito também nesse nível dos estados, apoiando sem nenhuma diferenciação todos os estados da federação que precisaram desse nosso apoio. Trabalhamos com a Suíça, por exemplo, e com a China, no apoio a 50 voos para trazer 240 milhões de máscaras, implantação de 3 milhões de testes de COVID e outras ações. Com a Índia, graças a contatos tanto do presidente com o primeiro-ministro da Índia, quanto meus com o chanceler indiano, conseguimos a liberação de quase quatro toneladas de insumo para hidroxicloroquina, estamos trabalhando para liberar mais nove toneladas. Algo difícil, pois há muita demanda mundial pela hidroxicloroquina. E temos conseguido os insumos para permitir a nossa oferta. Com Israel, trabalhamos na tecnologia para fabricação de respiradores. Com os Emirados Árabes, tecnologia de testagem. Ou seja, utilizando todos os nossos contatos bilaterais em benefício da capacitação do Brasil no combate à pandemia.

Outra dimensão que já foi mencionada aqui: a OMS. O Itamaraty, claro, sempre em coordenação com o Ministério da Saúde, acompanha o

papel da OMS, com muita preocupação. Falta de independência da OMS, aparentemente. Falta de transparência e coerência, sobretudo. Falta de coerência no posicionamento, na orientação sobre aspectos essenciais, como a origem do vírus, o compartilhamento de amostras, o contágio por humanos, os modos de prevenção, e de quarentena, o uso da hidroxicloroquina, a indumentária de proteção e agora a transmissibilidade por assintomáticos. Em todos esses aspectos, a OMS foi e voltou. Às vezes, mais de uma vez. Isso nos causa preocupação. Esse é um problema sistêmico, não é um problema acidental. Temos que examinar. É uma questão de influência política? É uma questão de influência de atores não estatais na OMS? É uma questão de métodos de transparência? Precisamos examinar. Para isso, o Brasil está proondo, junto com um grupo de outros países, uma investigação, um processo de reforma, esperamos, da OMS. Estamos nos coordenando com a Austrália, com a União Europeia, e com outros países para esse imprescindível exame do que aconteceu, do que está acontecendo com a OMS. Alguns dizem que tem que esperar o fim da pandemia para examinar o que está acontecendo com a OMS. Eu acho que claramente não, porque a cada dia as decisões e esse “vai-e-vem” da OMS prejudicam os esforços de todos os países. Isso tem a ver com uma política que nós temos, desde o começo, que é de revalorizar e recentralizar os países, as nações nos organismos internacionais. Isso faz parte também de um problema sistêmico, nós acreditamos, em organismos internacionais. Mas enfim, com a OMS, é muito claramente o caso.

Por fim, retomada econômica, já pensando adiante. E aí, claro, sempre em coordenação com o Ministério da

Economia. Participamos de reuniões de ministros do Comércio do G20, onde se procura manter o comércio internacional em funcionamento. Participamos de vários grupos informais que se têm criado em nível ministerial, em nível de chanceleres. Um grupo, por exemplo, criado pelo Canadá, muito útil, que tem Alemanha, Austrália, França, Indonésia, Itália e vários outros países. Um grupo de coordenação que se criou com Brasil, Estados Unidos, Índia, Japão, Austrália, Coreia e Israel, muito interessante, para discutir os caminhos para a retomada econômica no novo cenário internacional pós-coronavírus. Participei, ontem, de um exercício muito interessante, no Fórum Econômico Mundial, chamado “Grupo de Ação Global” que está sendo criado, para o qual nós fomos convidados, e que está discutindo essa nova estrutura do sistema internacional.

Diálogos bilaterais. Tínhamos, já antes da pandemia, uma agenda comercial muito ativa, sem precedentes talvez, já tendo concluído grandes acordos. E não paramos. Ao contrário, aceleramos, falando com a União Europeia para a ratificação do acordo que nós concluímos no ano passado, abrindo com os Estados Unidos o caminho para uma parceria econômica muito profunda e dando andamento a outras negociações. Falando com a Arábia Saudita, por exemplo, para a vinda de investimentos, assim como com os Emirados Árabes e também com Israel. Nesse contexto, sempre centralizando no futuro imediato e nas oportunidades que estão surgindo neste momento. Há uma tendência muito clara, já em andamento, de reestruturação dos fluxos mundiais de investimentos. Estamos preparando o Brasil para se beneficiar intensamente dessa reorganização em benefício da retomada econômica, em benefício do

emprego, em benefício da renda aqui no Brasil.

Muito obrigado.

Conferência Ministerial "Eliminar o Fosso Digital: a Resposta Digital à Covid-19" - 1º de julho de 2020

Muito obrigado, Sr. Viik. Em primeiro lugar, gostaria de parabenizar a Estônia e Singapura, em especial o ministro Reinsalu e o ministro Balakrishnan, por terem convocado esta conferência sobre a resposta digital à Covid-19.

O Brasil está moldando uma economia próspera, mas hoje a tecnologia digital também é essencial para nossa vibrante democracia. Nesse sentido, acreditamos firmemente que a liberdade da Internet e a liberdade de expressão são absolutamente fundamentais em uma sociedade democrática, e que a proteção e o aprimoramento da liberdade da Internet são a resposta digital mais fundamental para a Covid-19. A população do Brasil é uma das mais conectadas no mundo: 99,2% das famílias têm acesso à Internet por telefone celular e 57% das empresas vendem bens ou serviços online. O Brasil está transformando sua governança com tecnologias digitais, com o ambicioso objetivo de disponibilizar digitalmente todos os serviços públicos - mais de 3 mil serviços - até 2022.

A atual crise da Covid-19 aumentou ainda mais o papel de uma infraestrutura digital robusta e da digitalização generalizada dos serviços. Implementamos diversas medidas para manter o Brasil conectado durante a pandemia de coronavírus, principalmente para garantir a disponibilidade de serviços

de telecomunicações e de acesso à Internet para todos. Por exemplo: um serviço de validação digital de documentos, que permite a médicos, pacientes e farmacêuticos trabalharem 100% online e trocarem documentos com segurança. [Outro exemplo é] o fornecimento de conectividade aprimorada a mais de 14 mil unidades de saúde pública, hospitais, centros de saúde e demais serviços essenciais, além da otimização do gerenciamento coordenado de rede entre os provedores de serviços para garantir o máximo de tráfego na Internet, inclusive para "home offices" e ensino à distância. Destaco, também, um importante sistema de pagamentos eletrônicos, que permitiu que 50 milhões de brasileiros, especialmente os mais vulneráveis, recebessem um benefício de emergência por 3 meses, o qual acaba de ser estendido por igual período.

De fato, as tecnologias digitais são fundamentais para o processo de recuperação econômica, o que nos permitirá salvar empregos e meios de subsistência e, em última instância, também salvar vidas e os nossos serviços de saúde. As transações eletrônicas aumentaram impressionantes 20% nos últimos dois meses em relação ao ano passado. Isso indica que, no mundo pós-Covid-19, é evidente que a economia digital será substancialmente mais importante do que antes da pandemia, e isso deve ser levado em consideração em todas as políticas, não apenas nas políticas econômicas. Deve também ser levado em consideração em nossa abordagem da própria estrutura de nossas sociedades, do tipo de sociedade em que queremos viver.

A liberdade da Internet será ainda mais crucial do que antes. O poder da informação para criar riqueza, mas também para criar significado para a

vida das pessoas, só pode ser conquistado através da Internet livre. A Internet deve manter e aprimorar seu papel como ferramenta não apenas para criar prosperidade, mas, também, para promover a democracia. O processo de globalização dos últimos 30 anos estava cego para a questão da democracia. Esse foi um erro trágico. E a crise causada pela Covid-19 pode ser uma oportunidade para lidar com ele e corrigi-lo. Isso se aplica especialmente ao mundo digital, uma vez que as tecnologias digitais podem ser o principal instrumento de liberdade, por um lado, mas também o principal instrumento de controle social totalitário, por outro. Temos que usar essa oportunidade para criar valor, para criar liberdade e enfrentar a ameaça do totalitarismo. Podemos emergir dessa pandemia não apenas melhores, mais fortes e mais iguais, como foi mencionado aqui, mas também mais livres.

Vamos trabalhar para esse objetivo. O fosso digital não é apenas uma questão de acesso a infraestrutura, serviços e dispositivos digitais, mas, também, ao conteúdo e às liberdades básicas, especialmente a liberdade de expressão. Esse debate é urgente.

Muito obrigado.

ATOS INTERNACIONAIS EM VIGOR

PROGRAMA DE INTERCÂMBIO CULTURAL ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA DA ÍNDIA PARA O PERÍODO 2020- 2024 25/01/20

O Governo da República Federativa do Brasil

E

o Governo da República da Índia

(doravante denominados conjuntamente como “as Partes” e individualmente como “Parte”);

Evocando a implementação do Acordo de Cooperação Cultural entre a República Federativa do Brasil e a República da Índia, celebrado em 23 de setembro de 1968;

Desejando fortalecer os laços de amizade entre as Partes de modo a aprofundar as relações culturais entre elas; e

Tendo em conta a experiência de implementação do Programa Executivo de Intercâmbios Culturais entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Índia para o período de 2012-2014;

Acordaram o seguinte Programa de Intercâmbio Cultural para o período 2020-2024.

Artigo 1

Disposições Gerais

Em consonância com o Acordo Cultural, as Partes buscarão organizar, preferencialmente a cada 2 anos, reuniões da Comissão Mista Cultural em local e data a ser determinado de comum acordo. Encontros adicionais poderão ser organizados preferencialmente via videoconferência.

As disposições deste Programa de Intercâmbio Cultural não impedirão que as Partes celebrem outros acordos que julgarem convenientes.

Artigo 2

Áreas de Cooperação

As Partes cooperarão no aprofundamento das relações culturais nas seguintes áreas:

- a) Audiovisual, incluindo cinema, televisão;
- b) Música e dança;
- c) Teatro;
- d) Literatura;
- e) Exposições, Seminários e Conferências de Arte Moderna e Contemporânea
- f) Arquivos Históricos Nacionais;
- g) Bibliotecas;
- h) Museus, preferencialmente Centros e Museus de Ciências;
- i) Festivais Culturais; e

j) Outras áreas que venham a ser mutuamente acordadas entre as Partes, que se enquadrem no escopo deste Programa de Intercâmbio Cultural.

Artigo 3

Formas de Intercâmbio Cultural

a) As Partes intercambiarião informações sobre as áreas listadas no artigo 2, incluindo uma lista anual de exposições, festivais, publicações e outros eventos culturais, a ocorrerem durante o ano;

b) As Partes encorajarão e facilitarão a participação de artistas, grupos artísticos, autores, curadores, especialistas e empreendedores culturais de seus respectivos países em eventos culturais no território do outro. As Partes também encorajarão a participação de filmes brasileiros em festivais de cinema indianos e filmes indianos em festivais de cinema brasileiros.

c) As Partes promoverão o intercâmbio de publicações e a tradução de obras literárias de ambos os países.

d) As Partes facilitarão o intercâmbio de atividades de suas respectivas instituições culturais. Para este fim, as Partes encorajarão a assinatura de Acordos e Memorandos de Entendimento entre instituições culturais de ambos os países.

e) As Partes se empenharão em buscar meios para realização de

coproduções cinematográficas e televisivas.

Artigo 4

Disposições Finais

a) As condições financeiras para a implementação da cooperação mencionada no presente Programa serão negociadas caso a caso, com base na reciprocidade, diretamente entre as instituições interessadas ou por meio dos canais diplomáticos.

b) Qualquer disputa entre as Partes decorrente da interpretação, aplicação ou implementação deste Programa de Intercâmbio Cultural será resolvida de forma amigável por meio de consultas ou negociações entre as Partes.

c) O presente Programa de Intercâmbio Cultural terá efeito na data de sua assinatura por representantes das Partes devidamente autorizados e permanecerá em efeito até 31 de dezembro de 2024, a não ser que seja denunciado por quaisquer das Partes por meio escrito dirigido à outra Parte, com antecedência mínima de 6 meses da data desejada para o fim da vigência do presente acordo.

Acordado e assinado em Nova Delhi, no dia 25 de janeiro de 2020, em dois originais em português, inglês e hindi, sendo todos os textos igualmente autênticos. Em caso de dúvidas de interpretação, o texto em inglês prevalecerá.

PELA
REPÚBLICA
FEDERATIVA
DO BRASIL

Ernesto Araújo

Ministro de Estado
das Relações
Exteriores

PELA
REPÚBLICA
DA ÍNDIA

**Sr. S.
Jaishankar**

Ministro das
Relações
Exteriores

MEMORANDO DE ENTENDIMENTO ENTRE A REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E A REPÚBLICA DA ÍNDIA SOBRE COOPERAÇÃO EM BIOENERGIA 25/01/20

O Governo da República Federativa do Brasil

E

o Governo da República da Índia

(doravante
denominados "Partes"),

Convencidos da importância de buscar e promover avanços na bioenergia, a fim de aumentar sua eficiência econômica, fortalecer seus benefícios sociais e reforçar seu uso sustentável, contribuindo para os objetivos de desenvolvimento sustentável;

Desejando intensificar os laços já fortes entre os dois países por meio da cooperação em bioenergia;

Considerando o trabalho estreito e a colaboração próxima de ambos os países na iniciativa "Plataforma para o Biofuturo" e no "Desafio de Inovação em Biocombustíveis Sustentáveis" da

iniciativa "Missão de Inovação", para a promoção de um diálogo político sólido e da colaboração em pesquisa nos campos da bioenergia e da bioeconomia sustentável de baixo carbono;

Reconhecendo as diversas atividades de cooperação do diálogo bilateral em bioenergia realizadas no passado recente, incluindo o intercâmbio de visitas técnicas e a realização de reunião bilateral sobre cooperação em bioenergia, em Nova Déli;

Observando o crescente interesse da academia e do setor privado em relação à cooperação em bioenergia e biocombustíveis e o grande potencial de intercâmbio de conhecimentos e compartilhamento de lições;

Considerando as semelhanças e diferenças de ambos os países em relação à bioenergia e produção agrícola e às políticas de transportes e biocombustíveis;

Concordando que este Memorando de Entendimento expressa a disposição de ambos os países em cooperar em bioenergia, incluindo biocombustíveis;

Chegaram ao seguinte entendimento:

Artigo I

Objetivo

Por meio deste Memorando, as Partes intensificam sua cooperação em biocombustíveis, com base nos princípios de igualdade e vantagens mútuas, para promover a produção e o uso de biocombustíveis, incluindo

etanol, biodiesel, bioquerosene e biogás, bem como bioenergia e coprodutos e subprodutos adequados oriundos de biomassa, levando em consideração a experiência acumulada pelos dois países.

Artigo II

Alcance e Modalidades

1. As Partes concordam em realizar atividades conjuntas e intercâmbio de informações, de acordo com suas respectivas leis e regulamentos, nas seguintes áreas de interesse, entre outras que podem ser acordadas pelas Partes, conforme decidido pelo Grupo de Trabalho Conjunto:

- i) Intercâmbio de informações sobre produção e uso sustentável de biocombustíveis, incluindo políticas e regulamentos e outras áreas de interesse relacionadas;
- ii) Diálogo, cooperação e promoção de investimentos nas cadeias produtivas de biocombustíveis, bioeletricidade e biogás, incluindo os setores de matéria-prima, conversão industrial, distribuição e uso final;
- iii) Intercâmbio de políticas e práticas para garantia da qualidade e sustentabilidade da bioenergia;
- iv) Intercâmbio de informações sobre práticas e políticas agrícolas relacionadas à biomassa para bioenergia, incluindo cana-de-açúcar, milho, arroz, oleaginosas e culturas lignocelulósicas;
- v) Intercâmbio de informações sobre tecnologias avançadas para produção de bioenergia, incluindo

conversão lignocelulósica e outros biocombustíveis avançados;

vi) Intercâmbio de informações sobre políticas de redução dos níveis de emissão de gases de efeito estufa com base no uso de biocombustíveis, utilizando avaliação do ciclo de vida e emissão de certificados de redução de emissões negociados em mercado organizado;

vii) Intercâmbio de informações a respeito de leis e regulamentos de mandatos de mistura, estratégias de desenvolvimento e abordagens para os desafios de implementação;

viii) Intercâmbio de experiências sobre aspectos comerciais e promoção de posição conjunta para abordar o acesso a mercados e a sustentabilidade de biocombustíveis, incluindo biocombustíveis avançados;

ix) Incentivo ao uso eficiente de biocombustíveis, em particular bioetanol e biodiesel, e discussão sobre possíveis desenvolvimentos em biocombustíveis sustentáveis para o transporte aéreo e marítimo;

x) Otimização de índices de mistura, visando ao melhor desempenho de motores;

xi) Eventuais modificações/ajustes no motor e no combustível veicular, para utilização de diferentes percentuais de mistura de biocombustíveis em combustíveis fósseis;

xii) Seleção dos materiais apropriados à compatibilização dos componentes do sistema de combustível com os biocombustíveis;

xiii) Compartilhamento de informações sobre desempenho veicular sob diferentes opções de mistura e condições climáticas, e externalidades positivas na redução das emissões de gases de efeito estufa e na melhora do meio ambiente;

xiv) Desenvolvimento de estabilizadores, aditivos e desnatrantes, em particular para utilização em misturas;

xv) Regulação e infraestrutura de fornecimento e distribuição de biocombustíveis;

xvi) Intercâmbio de análises laboratoriais e equipamentos necessários para determinar níveis de mistura;

xvii) Promoção de tecnologias mais eficientes em veículos automotores, incluindo célula de combustível a etanol para motores elétricos.

2. A cooperação sob este Memorando de Entendimento pode adotar as seguintes modalidades:

i) Organização de seminários e grupos de trabalho, inclusive por videoconferência e outros meios digitais;

ii) Organização de reuniões de facilitação de investimentos e rodadas de negócios;

iii) Diálogo técnico e de alto nível sobre políticas, investimentos e marcos regulatórios;

iv) Desenvolvimento de pesquisas conjuntas ou projetos técnicos sobre assuntos de interesse mútuo;

v) Troca de visitas de funcionários do governo e especialistas técnicos para o compartilhamento de experiências sobre práticas, políticas, regulamentações, incentivos e tecnologias de energia renovável;

vi) Diálogo e coordenação diretos em foros e organizações internacionais pertinentes, incluindo a Plataforma para o Biofuturo, Agência Internacional de Energia (AIE), Agência Internacional de Energia Renovável (IRENA), BRICS e o Grupo de Trabalho do G20 sobre Transições Energéticas, entre outros;

vii) Exploração da possibilidade de cooperar na criação de centros de excelência em bioenergia nos dois países; e

viii) Outras modalidades acordadas pelo Grupo de Trabalho Conjunto.

Artigo III

Grupo de Trabalho Conjunto

1. A fim de coordenar a implementação dos objetivos e atividades acima mencionados, as Partes concordam em estabelecer um "Grupo de Trabalho Conjunto" (GTC) que terá as seguintes atribuições:

i) Deliberar e acordar a realização de ações e projetos específicos, de acordo com a área e as modalidades prioritárias identificadas neste Memorando;

ii) Identificar, designar e/ou incentivar entidades relevantes em cada país, inclusive nos setores público e privado, para participação no apoio à implementação das ações e projetos acordados;

iii) Deliberar e acordar, conforme necessário, novas áreas e modalidades de cooperação em bioenergia;

iv) Monitorar e avaliar as atividades de cooperação.

2. A coordenação das atividades relacionadas a este Memorando, pelo lado brasileiro, será coexercida por representantes designados pelo Ministério de Minas e Energia e pelo Ministério das Relações Exteriores.

3. A coordenação das atividades relacionadas a este Memorando, pelo lado indiano, será coexercida por representantes designados pelo Ministério de Minas e Energia e pelo Ministério das Relações Exteriores.

4. Cada um dos Ministérios coordenadores de cada Parte designará formalmente um ponto focal principal e um ponto focal alternativo para o GTC.

5. Os quatro pontos focais principais e quatro pontos focais alternativos estão listados no anexo a este memorando e podem ser atualizados a qualquer momento, por meio de comunicação formal por escrito, por quaisquer das Partes.

6. O GTC priorizará o uso de comunicações eletrônicas na condução de seu trabalho. Videoconferências e chamadas de vídeo também poderão ser utilizadas.

i) O GTC pode realizar reuniões presenciais, conforme necessário, à margem de foros internacionais dos quais participem ambas as Partes.

ii) As reuniões presenciais do GTC no Brasil ou na Índia podem ser

convocadas a qualquer momento, de comum acordo.

7. Ao implementar seu trabalho, o GTC pode convidar ou mobilizar, como parte de suas ações acordadas, membros de agências governamentais, instituições científicas, centros de pesquisa, universidades, associações empresariais, empresas ou qualquer outra entidade, como e quando considerado essencial.

Artigo IV

Propriedade Intelectual e Sigilo da Informação

Aspectos de direitos de propriedade intelectual e sigilo da informação, onde quer que se apliquem, deverão ser objeto de negociações específicas que levem em consideração a legislação nacional de cada país e as normas internacionais aceitas por ambos os países.

Artigo V

Custos de Participação

As despesas de todas as atividades sob este Memorando de Entendimento serão custeadas pelas agências participantes, em conformidade com as próprias dotações, planos e regulamentos, bem como com as condições mutuamente acordadas.

Artigo VI

Emendas

Emendas ou modificações a este Memorando de Entendimento poderão ser feitas a qualquer momento por consentimento mútuo das Partes e serão válidas quando feitas por escrito

pelas Partes ou por seus representantes autorizados e quando dispuserem especificamente que constituem emendas a este Memorando de Entendimento.

Artigo VII

Disposições finais

1. Este Memorando de Entendimento produzirá efeitos na data de sua assinatura e permanecerá válido até manifestação formal e expressa em contrário por uma das Partes.

2. Este Memorando de Entendimento não implica a assunção de encargos ou compromissos gravosos por qualquer uma das Partes.

3. Este Memorando de Entendimento pode ser terminado por qualquer uma das Partes mediante notificação à outra Parte. A terminação surtirá efeito 90 (noventa) dias após a data de recebimento da notificação pela outra Parte.

EM FÉ DO QUE os abaixo assinados, devidamente autorizados para o efeito, assinaram o presente Memorando de Entendimento.

Feito em Nova Delhi, em 25 de janeiro de 2020, em duas cópias originais, nos idiomas português, hindi e inglês, sendo todos os textos igualmente autênticos. Em caso de divergência de interpretação, o texto em inglês prevalecerá.

**PELA REPÚBLICA FEDERATIVA
DO BRASIL**

Ernesto Araújo

Ministro de Estado das Relações Exteriores

Bento Albuquerque

Ministro de Estado de Minas e Energia

**ACORDO DE
COMPLEMENTAÇÃO
ECONÔMICA Nº 18 CELEBRADO
ENTRE ARGENTINA, BRASIL,
PARAGUAI E URUGUAI
(AAP.CE/18) 17/04/20**

Centésimo Nonagésimo Quinto
Protocolo Adicional

Os Plenipotenciários da República Argentina, da República Federativa do Brasil, da República do Paraguai e da República Oriental do Uruguai, acreditados por seus respectivos Governos, segundo poderes outorgados em boa e devida forma, depositados oportunamente na Secretaria-Geral da Associação Latino-Americana de Integração (ALADI)

TENDO EM VISTA o Décimo Oitavo Protocolo Adicional ao ACE- 18E A Resolução GMC Nº 43/03

CONVÊM EM:

Artigo 1º - Incorporar ao Acordo de Complementação Econômica Nº 18 a Diretriz Nº 02/20 da Comissão de Comércio do MERCOSUL relativa a “Ações pontuais no âmbito tarifário por razões de abastecimento”, que consta como anexo e integra o presente Protocolo.

Artigo 2º - O presente Protocolo entrará em vigor trinta (30) dias depois da notificação da Secretaria-Geral da ALADI aos países signatários de que

recebeu a comunicação da Secretaria do MERCOSUL, informando a incorporação da norma MERCOSUL e de seu correspondente Protocolo Adicional ao ordenamento jurídico da República Argentina.

A Secretaria-Geral da ALADI será depositária do presente Protocolo do qual enviará cópias devidamente autenticadas aos Governos dos países signatários e à Secretaria do MERCOSUL.

EM FÉ DO QUE os respectivos Plenipotenciários assinam o presente Protocolo na cidade de Montevidéu, aos 17 dias do mês de abril de dois mil e vinte em um original nos idiomas português e espanhol, sendo ambos os textos igualmente válidos.

Pelo Governo da República Argentina, Victório Tomás Carpintieri

Pelo Governo da República Federativa do Brasil, George Ney de Souza Fernandes

Pelo Governo da República do Paraguai, Victor Verdun Bitar

Pelo Governo da República Oriental do Uruguai, Ana Inés Rocanova Rodríguez

ANEXO

MERCOSUL/CCM/DIR.Nº 02/20

AÇÕES PONTUAIS NO ÂMBITO TARIFÁRIO POR RAZÕES DE ABASTECIMENTO

TENDO EM VISTA: O Tratado de Assunção, o Protocolo de Ouro Preto e as Resoluções Nº 43/03, 08/08 e 39/11 do Grupo Mercado Comum.

CONSIDERANDO

Que a CCM analisou a solicitação apresentada pela República Argentina para aplicação de uma determinada medida tarifária no marco da situação prevista no inciso 3º do artigo 2º da Resolução GMC Nº 08/08.

Que a República Argentina apresentou a solicitação de redução tarifária nos termos dos artigos 14 e 15 da Resolução GMC Nº 08/08.

Que a CCM aprovou a redução tarifária nos termos dispostos na presente norma.

A COMISSÃO DE COMÉRCIO DO MERCOSUL APROVA A SEGUINTE DIRETRIZ:

Art. 1º - Aprovar no âmbito da Resolução GMC Nº 08/08 a redução tarifária solicitada pela República Argentina para o seguinte item tarifário, com as correspondentes especificações sobre limite quantitativo, alíquota e prazo de vigência:

NCM 3404.19 Outras

Nota Referencial: Dimero de Alquil Ceteno (AKD)

Limite quantitativo: 600 toneladas

Prazo: 6 meses

Alíquota: 2%

Art. 2º - Solicitar aos Estados Partes signatários do Acordo de Complementação Econômica Nº 18 (ACE Nº 18) que instruam suas respectivas Representações junto à Associação Latino-Americana de Integração (ALADI), a protocolizar a presente Diretriz no âmbito do ACE

Nº 18, nos termos estabelecidos na Resolução GMC Nº 43/03.

Art. 3º - Esta Diretriz necessita ser incorporada apenas ao ordenamento jurídico interno da República Argentina. Esta incorporação deverá ser realizada antes de 13/VI/2020.

**ACORDO DE
COMPLEMENTAÇÃO
ECONÔMICA Nº 18
CELEBRADO ENTRE
ARGENTINA, BRASIL,
PARAGUAI E URUGUAI
(AAP.CE/18)**

Centésimo Nonagésimo Sexto
Protocolo Adicional

Os Plenipotenciários da República Argentina, da República Federativa do Brasil, da República do Paraguai e da República Oriental do Uruguai, acreditados por seus respectivos Governos, segundo poderes outorgados em boa e devida forma, depositados oportunamente na Secretaria-Geral da Associação Latino-Americana de Integração (ALADI).

TENDO EM VISTA o Décimo Oitavo Protocolo Adicional ao ACE- 18e a Resolução GMC Nº 43/03

CONVÊM EM

Artigo 1º - Incorporar ao Acordo de Complementação Econômica Nº 18 a Diretriz Nº 03/20 da Comissão de Comércio do MERCOSUL, relativa a “Ações pontuais no âmbito tarifário por razões de abastecimento”, que consta como anexo e integra o presente Protocolo.

Artigo 2º - O presente Protocolo entrará em vigor trinta (30) dias depois da notificação da Secretaria-Geral da

ALADI aos países signatários de que recebeu a comunicação da Secretaria do MERCOSUL informando a incorporação da norma MERCOSUL e de seu correspondente Protocolo Adicional ao ordenamento jurídico da República Argentina.

A Secretaria-Geral da ALADI deverá efetuar tal notificação, se possível, no mesmo dia em que receber a comunicação da Secretaria do MERCOSUL.

A Secretaria-Geral da ALADI será depositária do presente Protocolo, do qual enviará cópias devidamente autenticadas aos Governos dos países signatários e à Secretaria do MERCOSUL.

EM FÉ DO QUE, os respectivos Plenipotenciários assinam o presente Protocolo na cidade de Montevidéu, aos 17 dias do mês de abril, de dois mil e vinte, em um original nos idiomas português e espanhol, sendo ambos os textos igualmente válidos.

Pelo Governo da República Argentina, Vitcorio Tomás Carpintieri

Pelo Governo da República Federativa do Brasil, George Ney de Souza Fernandes

Pelo Governo da República do Paraguai, Victor Verdun Bitar

Pelo Governo da República Oriental do Uruguai, Ana Inés Rocanova Rodríguez

ANEXO

MERCOSUL/CCM/DIR.Nº 03/20

**AÇÕES PONTUAIS NO ÂMBITO
TARIFÁRIO**

POR RAZÕES DE ABASTECIMENTO

TENDO EM VISTA: O Tratado de Assunção, o Protocolo de Ouro Preto e as Resoluções Nº 43/03, 08/08 e 39/11 do Grupo Mercado Comum.

CONSIDERANDO:

Que a CCM analisou a solicitação apresentada pela República Argentina para aplicação de uma determinada medida tarifária no marco da situação prevista no inciso 5º do artigo 2º da Resolução GMC Nº 08/08.

Que a República Argentina apresentou a solicitação de redução tarifária nos termos dos artigos 14 e 15 da Resolução GMC Nº 08/08.

Que a CCM aprovou a redução tarifária nos termos dispostos na presente norma

A COMISSÃO DE COMÉRCIO DO MERCOSUL APROVA A SEGUINTE DIRETRIZ:

Art 1º - Aprovar no âmbito da Resolução GMC Nº 08/08 a redução tarifária solicitada pela República Argentina para o seguinte item tarifário, com as correspondentes especificações sobre limite quantitativo, alíquota e prazo de vigência:

NCM 3204.11.00 – Corantes dispersos e preparações à base desses corantes

Limite quantitativo: 600 toneladas

Prazo: 6 meses

Alíquota: 2%

Art 2º - Solicitar aos Estados Partes signatários do Acordo de Complementação Econômica Nº 18 (ACE Nº 18) que instruam suas

respectivas Representações junto à Associação Latino-Americana de Integração (ALADI), a protocolizar a presente Diretriz no âmbito do ACE Nº 18, nos termos estabelecidos na Resolução GMC Nº 43/03.

Art 3º - Esta Diretriz necessita ser incorporada apenas no ordenamento jurídico interno da República Argentina. Esta incorporação deverá ser realizada antes de 13/VI/2020. A presente Diretriz não será aplicável antes de 18/IV/2020.

CMC (Dec. CMC Nº 20/02, Art 6º) – Montevidéu, 14/IV/20

COMUNICADOS, NOTAS, MENSAGENS E INFORMAÇÕES

Acontecimentos no Iraque e luta contra o terrorismo 03/01/2020

Ao tomar conhecimento das ações conduzidas pelos EUA nos últimos dias no Iraque, o Governo brasileiro manifesta seu apoio à luta contra o flagelo do terrorismo e reitera que essa luta requer a cooperação de toda a comunidade internacional sem que se busque qualquer justificativa ou relativização para o terrorismo.

O Brasil está igualmente pronto a participar de esforços internacionais que contribuam para evitar uma escalada de conflitos neste momento.

O terrorismo não pode ser considerado um problema restrito ao Oriente Médio e aos países desenvolvidos, e o Brasil não pode permanecer indiferente a essa ameaça, que afeta inclusive a América do Sul.

Diante dessa realidade, em 2019 o Brasil passou a participar em capacidade plena, e não mais apenas como observador, da Conferência Ministerial Hemisférica de Luta contra o Terrorismo, que terá nova sessão em 20 de janeiro em Bogotá.

O Brasil acompanha com atenção os desdobramentos da ação no Iraque, inclusive seu impacto sobre os preços do petróleo, e apela uma vez mais para a unidade de todas as nações contra o terrorismo em todas as suas formas.

O Brasil condena igualmente os ataques à Embaixada dos EUA em Bagdá, ocorridos nos últimos dias, e apela ao respeito da Convenção de Viena e à integridade dos agentes diplomáticos norte-americanos reconhecidos pelo governo do Iraque presentes naquele país.

Convocação de eleições na Bolívia 05/01/2020

Governo brasileiro felicita o Estado Plurinacional da Bolívia pela convocação oficial, por seu Tribunal Supremo Eleitoral, de novas eleições nacionais para o próximo dia 3 de maio.

O Brasil saúda a Presidente Constitucional Jeanine Añez pela determinação em fazer cumprir seu compromisso de pacificar o país e de garantir aos bolivianos o direito à escolha livre, transparente e soberana de seus dirigentes.

O Brasil permanece pronto a cooperar com o povo-irmão da Bolívia em todas as áreas e especificamente na consolidação e promoção da democracia, segurança e prosperidade em nossos países e em toda a região.

Declaração do Grupo de Lima 05/01/2020

Os governos da Bolívia, do Brasil, do Canadá, do Chile, da Colômbia, da Costa Rica, da Guatemala, da Guiana, de Honduras, do Panamá, do Paraguai, do Peru, de Santa Lúcia e da Venezuela, países do Grupo de Lima, condenam o uso da força pelo regime ditatorial de Nicolás Maduro para impedir que os deputados da Assembleia Nacional possam ingressar livremente na sessão, convocada para hoje, 5 de janeiro, para eleger democraticamente a sua Mesa Diretora.

A Assembleia Nacional tem o direito constitucional de reunir-se sem intimidações nem interferências para eleger o seu Presidente e Mesa Diretora, em razão do que não reconhecemos o resultado de eleição que não respeita esses direitos e que se deu sem a plena participação dos

deputados que desejavam participar da sessão.

O Grupo de Lima acompanha com extrema preocupação os eventos na Venezuela e faz um apelo à comunidade internacional para trabalhar de maneira conjunta em apoio à recuperação da democracia e ao restabelecimento do estado de direito nesse país.

5 de janeiro de 2020

Declaración del Grupo de Lima

Los gobiernos de Bolivia, Brasil, Canadá, Chile, Colombia, Costa Rica, Guatemala, Guyana, Honduras, Panamá, Paraguay, Perú, Santa Lucía y Venezuela, países del Grupo de Lima, condenan el uso de la fuerza por el régimen dictatorial de Nicolás Maduro para impedir que los diputados de la Asamblea Nacional puedan acceder libremente a la sesión, convocada para hoy 5 de enero, para elegir democráticamente a su Mesa Directiva.

La Asamblea Nacional tiene el derecho constitucional de reunirse sin intimidaciones ni interferencias para elegir a su Presidente y directiva, por lo que desconocemos el resultado de una elección que vulnera esos derechos y que se ha dado sin la plena participación de los diputados que acudieron a la sesión.

El Grupo de Lima sigue con extrema preocupación los eventos que se suceden en Venezuela y hace un llamado a la comunidad internacional para trabajar de manera conjunta en apoyo a la recuperación de la democracia y el restablecimiento del Estado de derecho en ese país.

5 de enero de 2020

Declaração do Grupo de Lima 06/01/2020

Os governos da Bolívia, do Brasil, do Canadá, do Chile, da Colômbia, da Costa Rica, da Guatemala, de Honduras, do Panamá, do Peru e da Venezuela, membros do Grupo de Lima:

1. Saúdam a reeleição de Juan Guaidó como Presidente da Assembleia Nacional e Presidente Encarregado da Venezuela e reiteram seu apoio aos esforços realizados sob sua liderança para buscar uma solução pacífica, conduzida pelos próprios venezuelanos, com o objetivo de restaurar a democracia e a ordem constitucional nesse país.

2. Condenam o uso da força e as práticas intimidatórias contra os parlamentares da Assembleia Nacional e rejeitam qualquer ação que vise a prejudicar o apoio a ela ou a seu Presidente. A votação de hoje pela maioria parlamentar a favor da reeleição de Juan Guaidó, respeitando a Constituição e a lei, representa uma rejeição às ações imprudentes do regime de Nicolás Maduro que buscaram impedir sua nomeação.

3. Renovam o apelo ao pronto retorno da democracia na Venezuela e, nesse sentido, reafirmam a necessidade de realizar eleições gerais inclusivas, livres, justas e transparentes, conduzidas por um Conselho Nacional Eleitoral e um Supremo Tribunal de Justiça renovados e independentes e com a presença de observadores internacionais independentes.

4. Reafirmam a condenação às violações sistemáticas de direitos humanos cometidas pelo regime ilegítimo e ditatorial de Nicolás Maduro e fazem um apelo para o envio imediato à Venezuela da Missão

de Determinação de Fatos criada pelo Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas.

5. Reiteram sua preocupação com o agravamento da crise econômica, social, humanitária e ambiental na Venezuela e, por conta da dimensão do êxodo de migrantes provenientes desse país, pedem não seja politizada o acolhimento e a concessão de assistência à população e urgem o incremento da cooperação internacional, especialmente financeira, para ajudar os migrantes venezuelanos e os países de acolhida a lidar com essa situação crítica sem precedentes na região.

6. Saúdam a incorporação do Estado Plurinacional da Bolívia ao Grupo Lima e valorizam a contribuição que este Estado proporcionará aos esforços conjuntos de vários países da região para o retorno da democracia na Venezuela.

7. Fazem um apelo à comunidade internacional para acompanhar e trabalhar de maneira conjunta em apoio ao restabelecimento do estado de direito e da ordem constitucional na Venezuela.

5 de janeiro de 2020.

Declaración del Grupo de Lima

Los gobiernos de Bolivia, Brasil, Canadá, Chile, Colombia, Costa Rica, Guatemala, Honduras, Panamá, Paraguay, Perú y Venezuela, miembros del Grupo de Lima:

1. Saludan la reelección de Juan Guaidó como Presidente de la Asamblea Nacional y Presidente Encargado de Venezuela y reiteran su respaldo a los esfuerzos realizados bajo su conducción para tender a una solución pacífica, liderada por los

propios venezolanos, encaminada a restaurar la democracia y el orden constitucional en ese país.

2. Condenan el uso de la fuerza y las prácticas intimidatorias contra los parlamentarios de la Asamblea Nacional y rechazan toda acción orientada a socavar el apoyo a ésta o a su Presidente. La votación de hoy por la mayoría parlamentaria en favor de la reelección de Juan Guaidó, ciñéndose a la Constitución y la ley, representan un rechazo a las acciones temerarias del régimen de Nicolás Maduro que buscaron impedir su designación.

3. Renuevan el llamado al pronto retorno a la democracia en Venezuela y, en ese sentido, se reafirman en la necesidad de celebrar elecciones generales incluyentes, libres, justas y transparentes, conducidas por un Consejo Nacional Electoral y un Tribunal Supremo de Justicia renovados e independientes y con la presencia de observadores internacionales independientes.

4. Reafirman su condena a las sistemáticas violaciones de derechos humanos cometidas por el régimen ilegítimo y dictatorial de Nicolás Maduro y urgen el envío inmediato a Venezuela de la Misión de Determinación de Hechos creada por el Consejo de Derechos Humanos de las Naciones Unidas.

5. Reiteran su preocupación por el agravamiento de la crisis económica, social, humanitaria y medioambiental en Venezuela, y por la dimensión del éxodo de migrantes provenientes de ese país; piden no politizar la recepción de asistencia a la población y urgir a incrementar la cooperación internacional, especialmente financiera, para ayudar a los migrantes venezolanos y a los países de acogida

para atender esta crítica situación sin precedentes en la región.

6. Saludan la incorporación del Estado Plurinacional de Bolivia al Grupo de Lima y valoran la colaboración que dicho Estado proporcionará a los esfuerzos conjuntos interpuestos por varios países de la región en aras del retorno a la democracia en Venezuela.

7. Instan a la comunidad internacional a acompañar y trabajar de manera conjunta en apoyo al restablecimiento del Estado de Derecho y el orden constitucional en Venezuela.

5 de enero de 2020.

Queda de aeronave ucraniana no espaço aéreo iraniano 09/01/2020

O governo brasileiro estende suas condolências aos familiares das 176 vítimas da queda do Boeing 737-800 da Ukrainian International Airlines, ocorrida ontem, 8 de janeiro, em território iraniano.

O Brasil espera que as autoridades competentes da área de aviação civil conduzam investigações de maneira rigorosa, com base nas diretrizes estabelecidas na Convenção sobre Aviação Civil Internacional, em colaboração com autoridades ucranianas, para identificar as causas dessa tragédia.

Falecimento do Sultão Qaboos bin Said al Said 11/01/2020

O governo brasileiro tomou conhecimento, com grande pesar, do falecimento do Sultão Qaboos bin Said Al Said, ocorrido ontem, 10/1. Descendente da 14ª geração do fundador da Casa de Al Said, o Sultão

Qaboos era o líder mais antigo do mundo árabe e do Oriente Médio.

Durante os cinquenta anos no comando do país, o Sultão Qaboos promoveu políticas de modernização e desenvolvimento de Omã. Seu governo foi responsável pelo aumento expressivo do padrão de vida da população, pela promulgação da Constituição de Omã e pela estabilidade do país. No plano internacional, o Sultão Qaboos se destacou como hábil mediador de conflitos e como exemplo de tolerância, respeito e compromisso com seu povo.

Contando, sempre, com a cooperação do Sultão Qaboos, Brasil e Omã forjaram, desde 1974, sólidos laços de amizade e cooperação, ancorados em valores comuns, como a busca constante da prosperidade de seus povos e a defesa resoluta da solução pacífica de controvérsias.

O governo brasileiro solidariza-se com o povo omani e apresenta ao Sultanato de Omã e à família do Sultão Qaboos suas mais sinceras condolências.

O Brasil faz votos de pleno êxito ao novo Sultão Haitham bin Tariq Al Said, nomeado hoje, 11/1, no desempenho de suas novas funções.

Ataque terrorista no Níger 16/01/2020

O governo brasileiro tomou conhecimento, com consternação, de ataque, em 9 de janeiro último, à base militar avançada de Chinagodrar, na República do Níger, que resultou na morte de 89 militares nigerinos. A investida soma-se às incursões terroristas, todas no sudoeste do país, em dezembro último, totalizando 174 vítimas fatais nas fileiras das Forças de Defesa e Segurança do Níger.

O governo brasileiro expressa suas condolências às famílias das vítimas, faz votos de plena recuperação aos feridos e manifesta sua solidariedade ao governo do Níger. O Brasil reitera seu repúdio a todo e qualquer ato de terrorismo, independentemente de sua motivação, e manifesta apoio a todas as iniciativas que contribuam para o estabelecimento e a consolidação da paz na região do Sahel.

III Conferência Ministerial Hemisférica de Luta contra o Terrorismo – Comunicado Conjunto 20/01/2020

Em 20 de janeiro de 2020, a República da Colômbia sediou a III Conferência Ministerial Hemisférica de Luta contra o Terrorismo, em continuidade aos esforços do hemisfério na luta contra o terrorismo e seu financiamento e em seguimento às Conferências realizadas em Washington, em 2018, e Buenos Aires, em 2019.

Com a participação dos seguintes Estados:

Argentina, Bolívia, Brasil, Canadá, Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador, Estados Unidos, El Salvador, Guatemala, Haiti, Honduras, República Dominicana, Panamá, Paraguai, Peru e Santa Lúcia.

Como observadores, assistiram: Israel, México, Uruguai, Venezuela, o Comitê das Nações Unidas contra o Terrorismo, o Comitê Interamericano contra o Terrorismo (OEA), a INTERPOL e a AMERIPOL.

Os governos participantes:

1. Condenaram o terrorismo em todas as suas formas e manifestações, quaisquer que sejam suas motivações, enfatizando que ele constitui uma ameaça à paz e à segurança dos países

e de toda a comunidade internacional, bem como aos direitos humanos, à estabilidade democrática, ao desenvolvimento econômico e social e aos cidadãos dentro e fora de seus territórios nacionais, deplorando seus efeitos no gozo dos direitos humanos e das liberdades fundamentais das vítimas. Nesse sentido, expressaram que não é admissível justificar ou validar o terrorismo como meio de ação política na democracia.

2. Reconheceram que o terrorismo transnacional desconhece fronteiras geográficas e, nesse sentido, ratificaram o compromisso indeclinável dos Estados para que neguem refúgio, asilo, abrigo e/ou qualquer tipo de apoio àqueles que financiem, planejem ou cometam atos terroristas, ou àqueles que lhes prestem colaboração, de acordo com as legislações nacionais, as obrigações do direito internacional, os tratados internacionais e as resoluções do Conselho de Segurança das Nações Unidas, dentre as quais: 1267 (1999), 1373 (2001), 1540 (2004), 1988 (2011), 2178 (2014), 2309 (2016), 2322 (2016), 2368 (2017), 2396 (2017), 2482 (2019), 2462 (2019); a Resolução 74/194 (2019) da Assembleia Geral; e em conformidade com as recomendações 5, 6, 7 e 8 do Grupo de Ação Financeira Internacional – GAFI.

3. Destacaram a importância de uma abordagem holística, que leve em consideração os vínculos existentes entre o terrorismo e seu financiamento, que podem incluir várias manifestações do crime organizado transnacional. Nesse sentido, reafirmaram a responsabilidade dos Estados de negar apoio financeiro, operacional ou outro aos terroristas e de coloca-los à disposição da justiça. Além disso, condenaram as ações daqueles atores

que intencionalmente forneçam apoio ou proteção a grupos ou organizações terroristas, perpetradores, organizadores e patrocinadores do terrorismo.

4. Afirmaram que as organizações terroristas ISIS/Daesh e Al-Qaida, e suas organizações afiliadas, constituem uma ameaça à segurança coletiva, à segurança dos cidadãos dentro e fora de seus territórios e a todas as pessoas dentro de suas respectivas jurisdições.

5. Expressaram sua preocupação com as atividades que redes do Hezbolá continuam a realizar em algumas áreas do hemisfério ocidental. Saudaram as ações recentes de Estados da região no sentido de contra-arrestar as atividades das redes do Hezbolá. Também instaram outros governos a buscar formas mais efetivas de tratar dessa ameaça.

6. Reconheceram como uma ameaça à estabilidade da região a ação do autodenominado Exército de Libertação Nacional (ELN), que perpetra atos terroristas e atividades criminosas de violência inaceitável e obtém financiamento de origem ilícita. Ademais, expressaram seu repúdio às atividades criminosas do Sendero Luminoso.

7. Condenaram o atentado terrorista perpetrado pelo autodenominado Exército de Libertação Nacional – ELN contra a Escola de Cadetes de Polícia General Santander, em 17 de janeiro de 2019, no qual vinte e um cadetes colombianos e uma cadete equatoriana foram covardemente assassinados, e outros cadetes foram feridos.

8. Expressaram seu repúdio e sua condenação às ações terroristas e atividades criminosas, como aquelas perpetradas pelo autodenominado Exército de Libertação Nacional –

ELN – e pelo Grupo Armado Organizado Residual – GAO-r, que constituem uma ameaça à paz e à segurança internacionais, à liberdade, ao regime democrático e aos Direitos Humanos.

9. Reconheceram como ameaça à estabilidade da região as ações terroristas de organizações como o autodenominado Exército de Libertação Nacional (ELN), as quais perpetram atos de violência e barbárie inaceitáveis, e obtêm seu financiamento de atividades ilícitas relacionadas com o Crime Organizado Transnacional.

10. Expressaram sua preocupação que organizações que cometem atos terroristas, como o autodenominado Exército de Libertação Nacional – ELN, possam amparar-se em situações de debilidade institucional, conflito interno e outros similares, como por exemplo na Venezuela, para potencializar atos terroristas e atividades delituosas na região.

11. Reafirmaram seu compromisso de fortalecer a cooperação contra os crimes transnacionais e o terrorismo, melhorando a coordenação estatal para responder à ameaça do terrorismo em todos os ambientes (físico e digital).

12. Concordaram na necessidade de promover e implementar as iniciativas hemisféricas de combate ao terrorismo, de tal forma que permitam uma adequada articulação regional para combater as ações das organizações terroristas transnacionais.

13. Destacaram a importância de incrementar a cooperação internacional, e o fortalecimento de cenários de articulação regional, principalmente no âmbito do Comitê Interamericano Contra o Terrorismo (CICTE), em matéria de capacitação, intercâmbio de informações e

inteligência, bem como de cooperação internacional em matéria judicial, extração e implementação de alertas de viagem.

14. Incentivaram os governos da região a usar as ferramentas e as capacidades da Organização Internacional de Polícia Criminal INTERPOL, inclusive o sistema seguro de comunicação global I-24/7 e as notificações e divulgações, para prevenir e dificultar o movimento de terroristas e reprimir o financiamento do terrorismo, como preconizam as resoluções 2178 (2014), 2396 (2017) e 2462 (2019) das Nações Unidas. Ademais, expressaram sua vontade de fortalecer a Comunidade de Polícias das Américas – AMERIPOL, como mecanismo regional efetivo para combater a associação do terrorismo ao crime organizado transnacional.

15. Expressaram seu compromisso de participar e fazer uso, no âmbito da Organização dos Estados Americanos (Comitê Interamericano Contra o Terrorismo OEA / CICTE), da nova Rede Interamericana contra o Terrorismo, proposta na Reunião Preparatória de Santiago do Chile e acordada pelos Estados na II Conferência contra o terrorismo em Buenos Aires, e que está aberta 24 horas por dia, 7 dias por semana, com o objetivo de facilitar o adequado intercâmbio de informações a fim de responder de forma mais efetiva às ameaças terroristas.

16. Destacaram que práticas como a participação na Rede Interamericana contra o Terrorismo 24/7 estão entre as ferramentas mais efetivas de que dispõem os Estados para detectar e prevenir viagens de terroristas e outras ameaças, conforme a Resolução 2396 (2017) do Conselho de Segurança das Nações Unidas e outros compromissos internacionais.

17. Enfatizaram a importância de prevenir, combater, neutralizar e reprimir o uso da Internet, das novas tecnologias, das plataformas virtuais FINTECH, das redes sociais e de ativos virtuais para fins terroristas, como meio para o planejamento, a radicalização, o recrutamento de indivíduos, a arrecadação de fundos e o financiamento do terrorismo; ao mesmo tempo em que se adotam medidas para manter uma Internet aberta, livre e um ciberespaço seguro, respeitando plenamente a privacidade e a liberdade de expressão.

18. Reafirmaram seu compromisso de redobrar esforços para combater as fontes de financiamento do terrorismo, inclusive aquelas resultantes de lavagem de dinheiro.

19. Ressaltaram a necessidade de continuar fortalecendo seus marcos legais nacionais para implementar sanções financeiras e outras medidas eficazes para congelar ativos vinculados a organizações terroristas; e para evitar que grupos armados organizados e grupos criminosos organizados transnacionais utilizem sistemas financeiros e/ou econômicos a fim de simular a legalidade ou ocultar a origem ilícita desses ativos.

20. Renovaram seu compromisso de fortalecer suas unidades de inteligência financeira, a fim de criar espaços de cooperação regional, a fim de localizar, rastrear, recuperar e apreender os bens de organizações criminosas em suas jurisdições.

21. Reafirmaram seu compromisso de fortalecer suas capacidades em controle de fronteiras, equipes conjuntas de investigação, inteligência, incluindo inteligência financeira, transporte transfronteiriço de dinheiro e valores mobiliários negociáveis, para combater o terrorismo, o crime organizado e seus

meios de financiamento, bem como impedir o fluxo de combatentes terroristas retornados na região.

22. Sublinharam as ações de que as autoridades dos Estados dispõem no nível dos mecanismos bilaterais, em conformidade com as resoluções das organizações internacionais. Nesse sentido, apoiaram experiências bem-sucedidas entre países e organizações internacionais, que fomentam novas formas de cooperação.

23. Reafirmaram a convicção de que os esforços dos Estados na luta contra o terrorismo e seu financiamento, tanto no âmbito das respostas individuais quanto das coletivas, devem ser realizados no âmbito do estado de direito e da legislação nacional, do respeito aos direitos humanos e liberdades fundamentais, de acordo com o Direito Internacional vigente.

24. A Delegação do Peru anunciou sua oferta de sediar a IV Conferência Ministerial Hemisférica de Combate ao Terrorismo.

Bogotá, 20 de janeiro de 2020

Calendário de eventos entre 27 de janeiro e 2 de fevereiro de 2020 24/01/2020

20/JAN a 31/JAN – Genebra, Suíça. 35^a sessão do mecanismo de Revisão Periódica Universal no âmbito do Conselho de Direitos Humanos.

20/JAN a 7/FEV – Genebra, Suíça. 83^a sessão do Comitê para os Direitos da Criança.

27/JAN – Genebra, Suíça. Revisão de Suécia e Granada no âmbito do mecanismo de Revisão Periódica Universal.

27/JAN – Roma, Itália. Organização das Nações Unidas para a Alimentação

e Agricultura (FAO). Comitê de Segurança Alimentar Mundial (CSA). Reunião do Grupo de Trabalho de Composição Aberta (OEWG) sobre Agroecologia.

27/JAN a 31/JAN – Genebra, Suíça. 25^a sessão do Grupo de Trabalho sobre Situações (Conselho de Direitos Humanos).

27/JAN a 31/JAN – Nova York, Estados Unidos. 27^a sessão do Grupo de Trabalho sobre a questão da discriminação contra a mulher na lei e na prática.

28/JAN – Roma, Itália. Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO). Comitê de Segurança Alimentar Mundial (CSA). Reunião do Bureau e do Grupo Consultivo.

28/JAN – Genebra, Suíça. Conferência do Desarmamento, Sessão de 2020, Reunião Plenária.

28/JAN – Genebra, Suíça. Revisão de Turquia e Kiribati no âmbito do mecanismo de Revisão Periódica Universal.

29/JAN – Genebra, Suíça. Revisão de Guiana e Kuwait no âmbito do mecanismo de Revisão Periódica Universal.

29/JAN – Roma, Itália. Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO). Comitê de Segurança Alimentar Mundial (CSA). Reunião do Grupo de Trabalho de Composição Aberta (OEWG) sobre Sistemas Alimentares e Nutrição.

29/JAN a 31/JAN – Genebra, Suíça. 31^a reunião do Comitê de Programas, Orçamento e Administração da OMS.

30/JAN – Genebra, Suíça. Adoção dos relatórios de Suécia, Granada e Turquia no âmbito do mecanismo de Revisão Periódica Universal.

31/JAN – Genebra, Suíça. Adoção dos relatórios de Kiribati, Guiana e Kuwait no âmbito do mecanismo de Revisão Periódica Universal.

31/JAN – Roma, Itália. Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO). Comitê de Segurança Alimentar Mundial (CSA). Reunião do Bureau.

31/JAN – Roma, Itália. Programa Mundial de Alimentos (PMA). Primeira reunião trimestral sobre Ética.

31/JAN – Roma, Itália. Programa Mundial de Alimentos (PMA). Primeira reunião trimestral sobre o trabalho do Gabinete do Ombudsman e Serviços de Mediação.

31/JAN – Helsinque, Finlândia. Encontro da Rede de Inovação Brasil-Finlândia, sobre o tema "Pesquisa, Inovação e Tecnologia Aplicadas à Educação", na Universidade de Ciências Aplicadas de Turku.

Assinatura de Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos entre o Brasil e a Índia 25/01/2020

Foi assinado, por ocasião da visita do Presidente da República, Jair Bolsonaro, a Nova Delhi, Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos (ACFI) entre Brasil e Índia. Trata-se do primeiro instrumento a estabelecer regime de investimentos entre o Brasil e um país asiático e contribuirá para estreitar ainda mais a cooperação econômica bilateral.

A Índia tem importante participação no Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) brasileiro, particularmente em transmissão de

energia elétrica, com investimentos previstos da ordem de R\$ 7 bilhões. O país também está presente nos setores de indústrias de transformação e extractivas, atividades financeiras, seguros e serviços relacionados, agricultura, pecuária, produção florestal e aquicultura. As empresas brasileiras, por sua vez, investem nos setores indianos de motores elétricos, siderurgia, automação bancária e comercial e mineração.

O Brasil terá, assim, firmado seu 15º ACFI, instrumento inovador que consagra, como elementos-chave da promoção de investimentos, a cooperação entre governos, o apoio prático e constante destes aos investidores e a prevenção de disputas.

Visita de Estado do Senhor Presidente da República à Índia – Documentos adotados – Nova Delhi, 25/01/2020

A) Comunicado conjunto

B) Plano de Ação para Fortalecer a Parceria Estratégica

Acordos e Memorandos de Entendimento:

- 1) Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos (ACFI)
- 2) Acordo de Previdência Social
- 3) Acordo sobre Assistência Jurídica Mútua em Matéria Penal
- 4) Memorando de Entendimento sobre Cooperação em Bioenergia
- 5) Programa de Intercâmbio Cultural para o período 2020-2024
- 6) Memorando de Entendimento sobre Cooperação na área de Segurança Cibernética

- 7) Memorando de Entendimento em Cooperação no Campo da Saúde e da Medicina
- 8) Memorando de Entendimento sobre Cooperação no Campo dos Sistemas Tradicionais de Medicina e Homeopatia
- 9) Memorando de Entendimento sobre Cooperação no Campo da Geologia e Recursos Minerais
- 10) Memorando de Entendimento para Cooperação no Setor de Petróleo e Gás Natural
- 11) Programa de Cooperação Científica e Tecnológica para implementação do Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica (2020-2023)
- 12) Memorando de Entendimento na Área de Primeira Infância
- 13) Declaração Conjunta sobre Colaboração na Área de Pecuária e Produção Leiteira
- 14) Memorando de Entendimento sobre Cooperação para Estabelecer Centro de Excelência na Índia para Conduzir Pesquisa em Bioenergia
- 15) Memorando de Entendimento entre a Agência de Promoção de Exportações do Brasil-APEX e a Invest India

Plano de Ação para fortalecer a Parceria Estratégica entre o Brasil e a Índia – 25 de janeiro de 2020

O governo da República Federativa do Brasil
e

O governo da República da Índia,

CONSIDERANDO:

Os sólidos laços de amizade que unem o Brasil e a Índia, que se preparam para celebrar 75 anos do estabelecimento de relações diplomáticas em 2023;

Os valores compartilhados pelo Brasil e pela Índia, duas grandes democracias e sociedades plurais; e

O estabelecimento, em 2002, da Comissão Mista de Cooperação Política, Econômica, Científica, Tecnológica e Cultural Brasil-Índia (doravante referida como “Comissão Mista”), presidida pelos respectivos Ministros das Relações Exteriores, e as decisões tomadas em seu âmbito durante as sete ocasiões em que se reuniu;

DECIDEM aprofundar a Parceria Estratégica lançada em 2006, mediante a adoção do presente Plano de Ação:

I – Objetivos Gerais

O Brasil e a Índia estabelecem os seguintes objetivos gerais para o presente Plano de Ação:

1. Fortalecer os mecanismos institucionais estabelecidos e as consultas políticas e promover a coordenação em temas bilaterais, plurilaterais e multilaterais de interesse comum, com base nos princípios da igualdade e confiança mútua;
2. Acompanhar de modo coordenado os resultados e as atividades dos mecanismos institucionais existentes e a implementação das iniciativas de cooperação em todas as áreas do relacionamento bilateral, bem como promover o intercâmbio de experiências nacionais em áreas de interesse mútuo; e
3. Possibilitar o monitoramento do progresso alcançado em todas as áreas de cooperação.

II – Áreas Temáticas

Os mecanismos em vigor, bem como as metas deste Plano de Ação, serão agrupados nas seis grandes áreas temáticas a seguir especificadas:

a) Coordenação político-estratégica

Mecanismos:

- Reunião de Consultas Políticas; e
- Diálogo Estratégico.

Metas:

- Promover contatos frequentes entre os Ministérios de Relações Exteriores dos dois países;
- Identificar áreas prioritárias para cooperação bilateral, bem como promover o diálogo nesses setores; e
- Promover o intercâmbio tempestivo e aprofundado de visões sobre política externa e a coordenação bilateral em temas internacionais de interesse mútuo.

b) Comércio, Investimentos, Agricultura, Aviação Civil e Energia

Mecanismos:

- Diálogo Econômico e Financeiro;
- Mecanismo de Monitoramento do Comércio;
- Grupo de Trabalho Conjunto em Bioenergia;
- Grupo de Trabalho Conjunto em Petróleo e Gás Natural;
- Grupo de Trabalho Conjunto em Geologia e Recursos Minerais; e
- Fórum de Líderes Empresariais Brasil-Índia.

Metas:

- Fomentar diálogo sobre a situação da economia global e das respectivas economias nacionais, bem como temas da agenda econômica internacional;

- Apoiar iniciativas que estimulem a economia do conhecimento;

- Implementar o Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos;

- Assinar e implementar o Protocolo à Convenção Destinada a Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre a Renda;

- Realizar reuniões periódicas do Mecanismo de Monitoramento do Comércio com o objetivo de promover interesses comerciais assim como a identificação e eliminação de barreiras ao comércio;

- Finalizar e implementar um plano de trabalho no âmbito do Memorando de Entendimento sobre Cooperação nas Áreas de Genética de Gado Zebu e Técnicas de Reprodução Assistida entre a Embrapa e o Departamento de Pecuária e Lácteos (DAHD);

- Finalizar e implementar um plano de trabalho no âmbito do Memorando de Entendimento sobre Cooperação nas Áreas de Recursos Genéticos, Agricultura, Pecuária, Recursos Naturais e Pesqueiros entre a Embrapa e o Conselho Indiano de Pesquisa Agrícola (ICAR);

- Implementar o Memorando de Entendimento para Cooperação no Setor de Petróleo e Gás Natural;

- Implementar o Memorando de Entendimento sobre Cooperação em Bioenergia;

- Implementar o Memorando de Entendimento entre o Serviço Geológico do Brasil (CPRM) e o Serviço Geológico da Índia (GSI) sobre Cooperação no Campo da Geologia e Recursos Minerais;

- Promover maior interação entre empresas de ambos os lados por meio

da participação em feiras comerciais realizadas pelos dois países e da organização do Fórum de Líderes Empresariais Brasil-Índia;

- Promover a cooperação sob o Memorando de Entendimento entre a Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex-Brasil) e a Agência Indiana de Promoção e Facilitação de Investimentos (Invest India);

- Fomentar negociações com vistas à expansão do Acordo de Comércio Preferencial (ACP) entre o MERCOSUL e a Índia; e

- Implementar integralmente o Acordo sobre Serviços Aéreos entre o Brasil e a Índia, assinado em 2011.

c) Ciência, Tecnologia e Inovação; Cooperação Espacial; Meio Ambiente e Cooperação Técnica; Saúde

Mecanismos:

- Comissão Mista sobre Cooperação Científica e Tecnológica;

- Grupo de Trabalho Conjunto sobre Meio Ambiente; e

- Mecanismo sobre Temas Cibernéticos Globais.

Metas:

- Implementar o Programa de Cooperação Científica e Tecnológica para 2020-2023;

- Estimular as atividades do Conselho Científico Brasil-Índia;

- Identificar oportunidades de maior cooperação na área espacial, em particular no desenvolvimento de satélites e lançadores, incluindo a formação de Grupo de Trabalho Conjunto para discutir assuntos relacionados à cooperação espacial;

- Trabalhar em iniciativas de cooperação para promover o

desenvolvimento sustentável, assegurando a integração das dimensões econômica, social e ambiental;

- Implementar planos para o Programa Agritech Brasil-Índia de Incubação Cruzada, a fim de incentivar a implementação de novas tecnologias no setor agrícola;

- Trabalhar em prol da conclusão do Programa de Cooperação Bilateral em Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação entre a EMBPRAPII do Brasil e a Aliança Global de Inovação e Tecnologia (GITA) da Índia;

- Ativar o Grupo de Trabalho Conjunto sobre Meio Ambiente, no âmbito do Memorando de Entendimento sobre Cooperação na Área de Meio Ambiente; e

- Implementar o Memorando de Entendimento em Cooperação no Campo da Saúde e da Medicina e o Memorando de Entendimento sobre Cooperação no Campo dos Sistemas Tradicionais de Medicina e Homeopatia;

- Implementar o Memorando de Entendimento sobre Cooperação na Área de Primeira Infância.

d) Defesa e Segurança

Mecanismos:

- Comitê Conjunto de Defesa; e

- Comitê Conjunto de Segurança Cibernética.

Metas:

- Intensificar os encontros de autoridades das Forças Armadas dos dois países para explorar novas possibilidades de cooperação e de intercâmbio;

- Estimular maior colaboração entre as respectivas bases industriais de defesa, inclusive mediante a consolidação do

Grupo de Trabalho Conjunto sobre Cooperação Industrial de Defesa estabelecido no âmbito do Comitê Conjunto de Defesa;

- Implementar o Memorando de Entendimento sobre Cooperação na área de Segurança Cibernética; e

- Trabalhar conjuntamente com vistas a concluir um acordo sobre cooperação no combate ao terrorismo internacional e ao crime organizado transnacional.

e) Cultura e Educação

Mecanismo:

- Comissão Conjunta Cultural.

Metas:

- Considerar possíveis atividades para a comemoração do ano 2023 como Jubileu de Platina para a celebração do estabelecimento de relações diplomáticas entre o Brasil e a Índia;

- Implementar o Programa Executivo de Intercâmbio Cultural para 2020-2024, que estimule o intercâmbio nas áreas de cultura, ensino superior, ciência e artes, bem como a troca de material cultural, científico e educacional; e

- Explorar o potencial de mobilidade acadêmica entre os dois países.

f) Temas Consulares, Previdência social e Cooperação jurídica

Mecanismo:

- Mecanismo de Consulta sobre Assuntos Consulares e de Mobilidade.

Metas:

- Impulsionar a cooperação na área consular, inclusive por meio da realização de reuniões de consultas consulares;

- Implementar o Acordo de Previdência Social; e

- Implementar o Acordo sobre Assistência Jurídica Mútua em Matéria Penal e concluir as negociações sobre o Acordo de Cooperação Jurídica em Matéria Civil e Comercial.

III – Arranjos institucionais

1. Na qualidade de principal mecanismo de diálogo político de alto nível e de cooperação entre os dois países, a Comissão Mista de Cooperação Política, Econômica, Científica, Tecnológica e Cultural Brasil-Índia será o principal foro de acompanhamento da implementação do Plano de Ação da Parceria Estratégica.

2. A Comissão Mista reunir-se-á, em princípio, uma vez a cada dois anos e orientará e avaliará a cooperação bilateral em todas as áreas do relacionamento bilateral, nos termos do presente Plano de Ação.

3. Futuros mecanismos institucionais que venham a ser instituídos para atender às necessidades das relações bilaterais terão suas atividades adequadas ao presente Plano de Ação para Fortalecer a Parceria Estratégica.

Comunicado Conjunto Brasil-Índia por ocasião da Visita de Estado do Presidente da República Federativa do Brasil à Índia (25-27 de janeiro de 2020) 25/01/2020

1. O Presidente da República Federativa do Brasil, Sua Excelência o Senhor Jair Bolsonaro, realizou visita de Estado à Índia de 25 a 27 de janeiro de 2020, a convite do Primeiro-Ministro Narendra Modi. Trata-se da primeira visita de Estado à Índia do Presidente Bolsonaro, na qual também participou como convidado de honra das comemorações do Dia da

República da Índia, em 26 de janeiro de 2020, o que reflete a importância atribuída ao relacionamento bilateral. O Presidente Bolsonaro esteve acompanhado de delegação de alto nível, que incluiu o Ministro das Relações Exteriores; o Ministro-Chefe, substituto, da Casa Civil; a Ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; o Ministro de Minas e Energia; o Ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações; o Ministro-Chefe da Secretaria de Governo e o Ministro-Chefe do Gabinete de Segurança Institucional, além de parlamentares, altas autoridades do governo brasileiro e de extensa delegação empresarial.

2. O Presidente Bolsonaro foi recebido em cerimônia de boas-vindas no dia 25 de janeiro de 2020 no pátio principal do Rashtrapati Bhavan (Palácio Presidencial), em Nova Delhi. O Presidente Bolsonaro prestou homenagem a Mahatma Gandhi, Pai da Nação, no Raj Ghat (Memorial Mahatma Gandhi). O Presidente Ram Nath Kovind ofereceu banquete em homenagem ao dignitário visitante. O Vice-Presidente da Índia, Venkaiah Naidu, e o Ministro dos Negócios Exteriores da Índia, Dr. Subrahmanyam Jaishankar, encontraram-se com o Presidente do Brasil.

3. O Presidente Bolsonaro e o Primeiro-Ministro Modi mantiveram encontro privado e reunião ampliada, sob atmosfera calorosa, cordial e amistosa, e intercambiaram pontos de vista sobre temas bilaterais, regionais e internacionais de interesse mútuo.

4. O Primeiro-Ministro Modi recordou com apreço sua visita a Brasília durante a XI Cúpula do

BRICS, em novembro de 2019, e parabenizou o Presidente Bolsonaro pela exitosa realização da Cúpula. Os líderes concordaram em trabalhar conjuntamente para fortalecer a cooperação no âmbito do BRICS para o benefício e o bem-estar de seus povos e para fortalecer seus tradicionais laços de amizade.

Fortalecimento da Parceria Estratégica

5. Ambos os lados sublinharam seu compromisso de dinamizar e fortalecer o estreito e duradouro relacionamento estratégico. Ambos os líderes reafirmaram que as relações entre o Brasil e a Índia se baseiam em valores comuns, em ideais democráticos compartilhados e em compromisso com a promoção do crescimento econômico de seus países.

6. Com o objetivo de fortalecer e revitalizar compromissos existentes e de fomentar novas áreas de cooperação, os líderes adotaram o Plano de Ação para Fortalecer a Parceria Estratégica entre o Brasil e a Índia. O Plano de Ação constitui documento abrangente e inovador que define ações em todas as esferas de cooperação, inclusive (a) Coordenação Político-Estratégica; (b) Comércio, Investimentos, Agricultura, Aviação Civil e Energia; (c) Ciência, Tecnologia e Inovação. Ambos os líderes reiteraram apoio mútuo à aspiração de seus países a assento permanente em um Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) ampliado. Reafirmaram seu compromisso com a reforma da Organização das Nações Unidas (ONU), em particular do CSNU, mediante a expansão de assentos nas categorias permanente e não permanente, com aumento da

representação de países em desenvolvimento em ambas, a fim de aprimorar sua representatividade, efetividade, eficiência e legitimidade e de melhor atender aos desafios contemporâneos enfrentados pela comunidade internacional. Ambos os líderes ressaltaram a prioridade atribuída por seus governos à reforma da ONU para torná-la mais efetiva e alinhada com a realidade atual.

7. Cooperação Espacial, Cooperação Técnica e em Meio Ambiente, Saúde; (d) Defesa e Segurança; (e) Cultura e Educação; e (f) Temas Consulares, Previdência Social e Cooperação Jurídica.

8. O Brasil e a Índia continuarão a trabalhar conjuntamente no âmbito do G4 com vistas a concretizar suas aspirações de servir como membros permanentes em um CSNU reformado e ampliado, de modo a tornar o órgão mais democrático, representativo e alinhado à ordem mundial transformada.

9. O Primeiro-Ministro Modi agradeceu o Presidente Bolsonaro por reiterar o apoio brasileiro à candidatura da Índia ao Grupo de Supridores Nucleares (NSG). Os dois líderes enfatizaram o compromisso comum de seus países com o desarmamento nuclear e a não proliferação e reafirmaram o direito aos usos pacíficos da energia nuclear.

Cooperação abrangente na área de defesa

10. Os líderes reiteraram a importância da cooperação bilateral abrangente na área de defesa para fortalecer a Parceria Estratégica. Nesse

contexto, estimularam diálogos estruturados e destacaram os avanços obtidos durante a reunião do Comitê Conjunto de Defesa, ocorrida em Brasília, em fevereiro de 2019. Tomaram nota da realização de evento sobre a indústria de defesa, que ocorrerá em 27 de janeiro de 2020, em Nova Delhi.

11. Reconhecendo a “expertise” da indústria de defesa de ambos os países, os líderes instaram a pronta realização da primeira reunião da Comissão Conjunta de Trabalho sobre Cooperação Industrial na Área de Defesa e exortaram as autoridades de ambos os lados a trabalhar em áreas de cooperação a serem identificadas pela Comissão.

12. Os dois líderes reconheceram a importante contribuição de ambos os países para as missões de paz das Nações Unidas. Expressaram satisfação com o frequente intercâmbio – que decidiram fortalecer – entre suas Forças Armadas, por meio da continuada interação entre especialistas em áreas de interesse mútuo no que se refere a treinamento, temas operacionais e conceituais. Ressaltaram que os exercícios marítimos IBSAMAR têm contribuído para melhorar a segurança marítima. Reiteraram seu desejo de colaborar no treinamento, assim como no intercâmbio de informações sobre operações de paz das Nações Unidas. Expressaram sua intenção de fortalecer ainda mais a coordenação entre o Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil e o Centro Indiano para Operações de Paz das Nações Unidas. Concordaram, igualmente, em explorar possibilidades de cooperação em áreas como defesa cibernética e sistemas de defesa, entre outras.

13. A Índia saudou a participação de delegação de alto nível do Brasil e de sua indústria de defesa na DEFEXPO, agendada para o período de 5 a 8 de fevereiro de 2020, em Lucknow, Índia.

Incentivo ao potencial de cooperação espacial

14. Os dois líderes expressaram desejo de fortalecer a cooperação em pesquisa espacial em áreas como sensoriamento remoto, compartilhamento de dados, pequenos satélites e previsão meteorológica. Tomaram nota, igualmente, de que as agências espaciais do Brasil e da Índia mantiveram, recentemente, contatos frutíferos e que anseiam progredir na cooperação em áreas de interesse mútuo e no compartilhamento de conhecimento para benefício comum por meio do Grupo de Trabalho Conjunto em Cooperação Espacial. Os dois líderes enfatizaram, igualmente, o potencial para a cooperação comercial bilateral no setor espacial.

Combate ao crime e ao terrorismo e cooperação em segurança cibernética

15. Convencidos da necessidade de ampliar a cooperação bilateral em segurança, a fim de combater o terrorismo internacional, o crime organizado transnacional e o tráfico ilícito de drogas e entorpecentes, os dois líderes manifestaram confiança na rápida conclusão do Acordo para Cooperação no Combate ao Terrorismo Internacional e ao Crime Organizado Transnacional.

16. Os líderes reafirmaram que o terrorismo internacional constitui uma das ameaças mais sérias à paz e à segurança e enfatizaram a necessidade

de ação concertada e coordenada da comunidade internacional com o objetivo final de erradicar o terrorismo em todas as suas formas e manifestações, inclusive o terrorismo transfronteiriço. Reafirmaram seu apoio à implementação de medidas de combate ao terrorismo previstas em resoluções do Conselho de Segurança da ONU e ressaltaram que a cooperação internacional para combater o terrorismo deve ser conduzida em conformidade com os princípios da Carta da ONU, o direito internacional e as convenções internacionais pertinentes.

17. O Primeiro-Ministro da Índia e o Presidente do Brasil também reiteraram seu interesse em trabalhar de maneira próxima no Grupo de Ação Financeira Internacional (GAFI) em temas relacionados a lavagem de dinheiro, financiamento ao terrorismo, terrorismo patrocinado por estados, entre outros. Encorajaram a pronta adoção da Convenção Abrangente sobre Terrorismo Internacional. Conclamaram, também, todos os países a trabalhar com vistas a eliminar refúgios e infraestruturas usados pelo terrorismo, desmantelar redes terroristas e canais de financiamento, além de sustar movimentos transfronteiriços de terroristas. Sublinharam a necessidade de os países assegurarem que seus territórios não sejam utilizados para o lançamento de ataques terroristas contra outros países. Ressaltaram a necessidade de uma parceria internacional mais intensa para conter o terrorismo e o extremismo violento, inclusive mediante maior compartilhamento de informações de inteligência completas, tempestivas e úteis. Incentivaram, ainda, cooperação bilateral ampliada a esse respeito e concordaram em cooperar contra

ameaças terroristas específicas identificadas por cada país.

18. Cientes do grande potencial das tecnologias de informação e comunicação (TICs) para a promoção de objetivos econômicos e sociais, o Presidente Jair Bolsonaro e o Primeiro-Ministro Narendra Modi coincidiram sobre a importância de um espaço cibernético aberto, livre, seguro, estável, pacífico e acessível, que possibilite o crescimento econômico e a inovação. Em particular, reafirmaram o enfoque multisectorial para a governança da internet e seu desejo de aprofundar discussões sobre a aplicabilidade ao espaço cibernético do direito internacional e de normas estabelecidas de comportamento responsável dos Estados, à luz de graves desafios de segurança causados pelo aumento preocupante dos usos maliciosos das TICs. Ao destacar sua intenção de ampliar a cooperação bilateral em temas relacionados às TICs, os dois líderes saudaram o estabelecimento de um Grupo de Trabalho Aberto da ONU e de nova edição do Grupo de Especialistas Governamentais, em consonância, respectivamente, com as Resoluções A/RES/73/27 e A/RES/73/266, que constituem mecanismos consultivos importantes para a promoção do comportamento responsável dos Estados no espaço cibernético mediante princípios, normas e regras acordados. Saudaram, também, a assinatura do Memorando de Entendimento sobre Cooperação na área de Segurança Cibernética.

Estímulo à cooperação econômica por meio do comércio e de investimentos

19. Os dois líderes notaram com satisfação os fortes laços econômicos entre o Brasil e a Índia e comprometeram-se a trabalhar de forma mutuamente benéfica e orientada a resultados, por meio de renovado ímpeto a amplas relações econômicas entre os dois países. Os líderes manifestaram confiança em poder alcançar uma meta de US\$ 15 bilhões no comércio bilateral até 2022. O Primeiro-Ministro Modi convidou o empresariado brasileiro a explorar oportunidades de negócios na Índia em infraestrutura, processamento de alimentos, biocombustíveis e outras fontes de energia renovável, bem como nos setores de pecuária e agricultura. O Presidente Bolsonaro também convidou empresários indianos a identificar oportunidades de negócios no Brasil nos setores automotivo, de couros, petróleo e gás, inclusive refino, farmacêutico, elétrico e químico. Os líderes tomaram nota do progresso realizado na 5^a reunião do Mecanismo de Monitoramento do Comércio (MMC), ocorrida em 24 de janeiro de 2020, em Nova Delhi. Concordaram em convocar a próxima edição do MMC no Brasil no ano seguinte.

20. Ao reafirmar o compromisso de facilitar um ambiente favorável à ampliação do comércio bilateral e dos investimentos, os líderes:

21. a) saudaram a assinatura do Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos (ACFI) e expressaram confiança na pronta conclusão do Protocolo Alterando a Convenção Destinada a Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre a Renda, bem como do Acordo para o Reconhecimento Mútuo dos

respectivos Programas de Operadores Econômicos Autorizados.

22. b) saudaram a assinatura do Acordo de Previdência Social, que avaliaram como passo importante para facilitar o movimento de profissionais e empresários, bem como um avanço na melhoria das condições de mobilidade de pessoas entre os dois países.

23. c) saudaram a realização do Fórum Empresarial Brasil-Índia em 27 de janeiro de 2020, ocasião em que lideranças empresariais de diversos setores do Brasil e da Índia terão oportunidade de interagir. Estimularam ambos os lados a organizar contatos empresariais regulares com vistas a atingir o pleno potencial de complementariedade das duas economias.

24. Ambos os líderes enfatizaram que a Organização Mundial do Comércio é elemento central para o apoio ao crescimento de países em desenvolvimento. Ao reconhecer a natureza complementar entre comércio e investimentos, coincidiram também em que os mecanismos bilaterais existentes poderiam ser devidamente utilizados para estimular maior cooperação.

Índia-MERCOSUL

22. O Brasil e a Índia destacaram a importância da diversificação do comércio entre os dois países e reiteraram o interesse de ambos na expansão do Acordo de Comércio Preferencial MERCOSUL-Índia com vistas a acordo mais abrangente e aprofundado.

Rumo a uma parceria mais sólida em petróleo e gás, bioenergia e outras fontes de energia renovável

23. Ambos os países desempenham importante papel na segurança energética de cada um. O petróleo e produtos derivados têm sido os principais itens da pauta comercial bilateral. Há significativo potencial para fortalecer a parceria energética, considerando que a Índia é um dos principais países responsáveis pelo crescimento da demanda global por petróleo e que o Brasil espera aumentar exponencialmente sua produção petrolífera na próxima década, tornando-se um dos maiores exportadores dessa commodity e contribuindo para a segurança energética mundial. Os líderes comprometeram-se, portanto, a explorar formas de aprofundar as relações bilaterais no campo energético.

24. Ao reconhecer o papel estratégico dos biocombustíveis para reduzir a dependência de combustíveis fósseis e para diversificar nossa matriz energética, bem como a importância da energia renovável para a segurança e a eficiência energéticas, os líderes saudaram a assinatura do Memorando de Entendimento sobre Cooperação em Bioenergia e do Memorando de Entendimento para Cooperação no Setor de Petróleo e Gás Natural. Registraram, também, a assinatura do Memorando de Entendimento entre o Centro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais – CNPEM e a Indian Oil Corporation Limited para o estabelecimento de um centro de excelência na Índia para conduzir pesquisa em bioenergia. Os líderes convidaram empresários de ambos os países a alavancar sua “expertise” e investir no setor de bioenergia no Brasil e na Índia. Os dois lados

reconheceram a importância da cooperação bilateral no setor de bioenergia para alcançar seus objetivos econômicos, energéticos e ambientais. Nesse sentido, registraram o grande potencial para aumento da produção de etanol e sua adoção na matriz de combustíveis india e manifestaram expectativa de ampliação da cooperação entre os dois países nesse tema, inclusive mediante a conferência “Mobilidade Sustentável: Discussões sobre o Etanol” (Sustainable Mobility: Ethanol Talks), a ser realizada em Nova Delhi, em fevereiro de 2020.

25. Ambos os lados estimularão suas empresas a explorar maneiras de promover investimentos e cooperação nas áreas de exploração, refino e distribuição (upstream, midstream and downstream), por meio de cooperação técnica, compartilhamento de experiências e conhecimento técnico, transferência de tecnologia, inclusive por meio de pesquisa aplicada e atividades conjuntas de desenvolvimento em projetos de petróleo e gás no Brasil e na Índia, além de projetos conjuntos em terceiros países. Registrou-se que o setor brasileiro de petróleo e gás oferece oportunidades de investimentos para empresas indianas em razão da liberalização de políticas públicas, assim como de programas de desinvestimento da Petrobras nos setores de transporte e distribuição de gás e refino de petróleo. Registrou-se, também, que o setor de petróleo e gás indiano oferece oportunidades de investimentos para empresas brasileiras na exploração e licenciamento de novos campos, na operacionalização de campos já existentes e em projetos relacionados.

26. Ao reconhecer a importância da energia renovável em suas matrizes energéticas e sua contribuição para o desenvolvimento sustentável e a segurança energética, ambos os países concordaram em promover investimentos recíprocos com vistas a alcançar suas respectivas metas de energia renovável. Manifestaram seu compromisso com o fortalecimento da Aliança Solar Internacional e da Plataforma para o Biofuturo. Ao saudar a assinatura do Acordo-Quadro para o Estabelecimento da Aliança Solar Internacional, a Índia expressou sua expectativa pela ratificação do instrumento pelo Brasil.

Mineração

27. Ambos os lados manifestaram seu desejo de promover a cooperação bilateral para o desenvolvimento de conhecimento geológico, pesquisa e exploração de recursos minerais. Concordaram haver potencial significativo para a ampliação da cooperação bilateral em atividades mineradoras e investimentos no setor. Registraram, nesse sentido, a conclusão do Memorando de Entendimento sobre Cooperação no Campo da Geologia e Recursos Minerais entre o Serviço Geológico do Brasil (CPRM) e o Serviço Geológico da Índia (Geological Survey of India).

Agricultura, Pecuária e Processamento de Alimentos

28. Ambos os líderes manifestaram interesse em promover a cooperação para o estabelecimento de parcerias mutuamente benéficas nas áreas de agricultura, pecuária e setores afins. Reconheceram a importância de se realizar reuniões regulares do Grupo de Trabalho Conjunto em Agricultura com vistas à discussão,

particularmente em nível técnico, de propostas específicas, ao avanço da cooperação em agricultura, inclusive no que se refere ao compartilhamento de melhores práticas em colheita e saúde animal, e assim obter maior sinergia.

29. Enfatizaram a importância do aprofundamento da cooperação em pesquisa agrícola entre a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e o Conselho Indiano de Pesquisa Agrícola (Indian Council of Agricultural Research - ICAR). Ao mencionar coco, leite, búfalo, cana-de-açúcar e grãos de leguminosas como temas acordados para pesquisa conjunta, no âmbito do Memorando de Entendimento sobre Cooperação nas Áreas de Recursos Genéticos, Agricultura, Pecuária, Recursos Naturais e Pesqueiros, assinado em 2016, os líderes incentivaram a pronta conclusão do plano de trabalho para pesquisa em agricultura.

30. Os dois líderes expressaram satisfação com a assinatura da Declaração Conjunta sobre Colaboração na Área de Pecuária e Produção Leiteira. Ambos os líderes manifestaram interesse na área de genoma bovino, assim como na pronta implementação do programa de treinamento de profissionais indianos em tecnologia de reprodução IVF (fertilização in-vitro) entre a EMBRAPA e o Departamento de Pecuária e Lácteos da Índia (Department of Animal Husbandry and Dairying of India). Também saudaram os planos para o estabelecimento de um centro de excelência em genoma bovino em Kalsi, Uttarakhand, na Índia, em colaboração com instituição brasileira.

31. Os líderes incentivaram a cooperação para o estabelecimento de cadeias frias e mercados finais de frutas, legumes e outros produtos perecíveis à luz das estruturas existentes na Índia, com a colaboração brasileira.

32. Os líderes saudaram a abertura do mercado indiano para exportações brasileiras de gergelim e a abertura do mercado brasileiro para exportações indianas de sementes de milho. Ambas as partes concordaram em prosseguir entendimentos com vistas ao pronto acesso a mercado para abacate, cítricos e madeira de ipê, provenientes do Brasil, e milheto, sorgo, canola e algodão, da Índia.

33. Os líderes reconheceram como critério para o estabelecimento da análise de risco os padrões científicos recomendados pelas três instituições internacionais “irmãs” do setor (Organização Mundial da Saúde Animal - OIE, Convenção Internacional para a Proteção dos Vegetais - IPPC e Codex Alimentarius). O não reconhecimento dos padrões recomendados por essas organizações enfraquece a credibilidade, aumenta a probabilidade de equívocos e compromete a segurança e a seguridade alimentares, prejudica a harmonização de regulamentos, assim como a comunicação. Por tais razões, a ciência deve ser o fundamento para a adoção de medidas, as quais devem ser embasadas em princípios sólidos de evidência científica para a análise de risco e não em enfoques aleatórios. Nesse contexto, a análise de risco assegura os mais elevados padrões de medidas regulatórias à proteção da saúde pública e do meio ambiente,

assim como evita distúrbios desnecessários ao comércio mundial.

Ciência, tecnologia e inovação

34. Ao reconhecer com satisfação a duradoura cooperação bilateral em ciência e tecnologia, os líderes concordaram que, como duas grandes economias emergentes, o Brasil e a Índia poderiam trabalhar em conjunto em áreas de tecnologias emergentes mediante o compartilhamento de boas práticas e a realização de pesquisas conjuntas em áreas de interesse mútuo, conforme definido no Programa de Cooperação Científica e Tecnológica. Saudaram a assinatura do Programa de Cooperação Científica e Tecnológica para 2020-2023. Registraram com satisfação a realização de reuniões periódicas da Comissão Mista sobre Cooperação Científica e Tecnológica.

35. Ambos os líderes saudaram o anúncio da primeira edição do Programa Agritech Brasil-Índia de Incubação Cruzada com vistas a estimular o intercâmbio de startups inovadoras e a implementação de novas tecnologias no setor agrícola.

36. O Primeiro-Ministro Modi congratulou o Presidente Bolsonaro pela abertura da nova Estação Antártica Comandante Ferraz, do Brasil, neste mês. Ambos os líderes expressaram sua satisfação com os recentes entendimentos entre o Programa Antártico Brasileiro e o Centro Nacional para Pesquisa Polar e Oceânica do Ministério de Ciências da Terra da Índia (Centre for Polar and Ocean Research of the Ministry of Earth Sciences of India), com vistas a cooperar no campo da pesquisa antártica, inclusive mediante o

intercâmbio de cientistas entre as estações antárticas brasileira e indiana.

37. Os líderes reconheceram a importância de ampliar a resiliência de infraestruturas, tanto em espaços urbanos quanto rurais. Ressaltaram, ainda, a importância da adoção de enfoques abrangentes para proteger a vida e a subsistência e para reduzir prejuízos econômicos decorrentes de desastres. O Brasil saudou os esforços da Índia para o lançamento da Coalizão para Infraestruturas Resilientes a Desastres (Coalition for Disaster Resilient Infrastructure – CDRI).

Saúde e medicina tradicional

38. Os líderes concordaram que o setor de saúde também apresenta significativo potencial para ampliação da cooperação. Nesse contexto, saudaram a conclusão do Memorando de Entendimento em Cooperação no Campo da Saúde e da Medicina. Ressaltaram a importância de promover o intercâmbio de informações e a cooperação em práticas regulatórias da saúde, com vistas a permitir o acesso a medicamentos e produtos de saúde seguros, efetivos, acessíveis e de qualidade.

39. O Primeiro-Ministro Modi saudou as iniciativas brasileiras de promoção da Yoga e do Ayurveda no Brasil. Os líderes saudaram a conclusão do Memorando de Entendimento sobre Cooperação no Campo dos Sistemas Tradicionais de Medicina e Homeopatia.

Primeira Infância

40. Ambos os líderes manifestaram satisfação com o crescente intercâmbio de experiências e de conhecimento técnico para o aprimoramento de políticas públicas na área da primeira infância. Saudaram, nesse contexto, a conclusão de memorando de entendimento para fortalecer a colaboração nesse campo entre o Brasil e a Índia.

Conectividade

41. Os líderes reconheceram o importante papel desempenhado pela conectividade na promoção do crescimento econômico e dos intercâmbios interpessoais no século XXI. Ao recordar o Acordo de Serviços Aéreos assinado em 2011 entre o Brasil e a Índia, ambos os líderes reafirmaram a importância de alcançar a conectividade aérea direta entre os dois países. Ambos enfatizaram, igualmente, a necessidade de baratear e conferir eficiência ao frete marítimo, com vistas a reduzir o custo e o prazo do transporte de bens entre o Brasil e a Índia.

Intercâmbios interpessoais, vistos e outros assuntos consulares

42. Ao ressaltar a centralidade das pessoas nas relações bilaterais entre o Brasil e a Índia, os dois líderes estimularam o intercâmbio interpessoal por meio da cooperação e da interação nas áreas de esporte, juventude, cinema, cultura, educação e turismo.

43. Os líderes ressaltaram a *importância, para ambos os países, de se estimular o turismo, facilitar vínculos comerciais e promover contatos interpessoais entre os dois países.* O Brasil implementará mecanismos para facilitar a entrada

isenta de vistos de turistas e viajantes indianos a negócios de curto prazo.

44. Os líderes registraram com satisfação a assinatura do Acordo sobre Assistência Jurídica Mútua em Matéria Penal e estimularam a pronta finalização do Acordo de Cooperação Jurídica em Matéria Civil e Comercial.

Cultura

45. Ambos os líderes registraram com satisfação as crescentes trocas culturais entre o Brasil e a Índia e saudaram a assinatura do Programa de Intercâmbio Cultural para o período 2020-24, que visa à maior promoção do intercâmbio bilateral nessa área. Instruíram suas autoridades a iniciar cooperação interinstitucional para implementar atividades do calendário cultural de cada país. Os líderes também instruíram suas equipes a estudar a elaboração de programa para celebrar de maneira adequada o Jubileu de Platina do estabelecimento das relações bilaterais entre o Brasil e a Índia em 2023.

46. Reconhecendo que a mídia e conteúdos audiovisuais públicos constituem instrumentos importantes de promoção do entendimento e da amizade mútuos, os líderes encorajaram as duas partes a avançar na cooperação nessa área, no âmbito do Acordo de Coprodução Audiovisual, de 2007, e do Memorando de Entendimento entre a Empresa Brasil de Comunicação (EBC) e a Prasar Bharati da Índia, assinado em 2016.

47. Os dois líderes saudaram as novas ações adotadas no âmbito da promoção do ensino do português

brasileiro na Índia e do ensino do idioma hindi no Brasil, bem como de avaliação de proficiência. Essas ações têm como objetivo facilitar os intercâmbios interpessoais, inclusive a admissão, em cursos de graduação e de pós-graduação, de brasileiros na Índia e de indianos no Brasil.

48. As discussões ocorreram em atmosfera calorosa e de confiança, com o objetivo de fortalecer ainda mais as relações amistosas e a cooperação multifacetada entre os dois países. O Presidente Bolsonaro agradeceu o Primeiro-Ministro Modi e o governo e o povo da Índia pela honra especial concedida a ele e ao povo da República Federativa do Brasil por ocasião das celebrações do 71º Dia da Repúblíca da Índia, bem como a calorosa hospitalidade conferida a ele e sua delegação.

75 anos da liberação do campo de concentração nazista em Auschwitz-Birkenau – 27 de janeiro de 2020

O Governo brasileiro saúda o povo judeu e o Estado de Israel por ocasião dos 75 anos da liberação do campo de concentração nazista em Auschwitz-Birkenau. O dia 27 de janeiro, Dia Internacional de Memória do Holocausto, é momento em que rememoramos uma das páginas mais hediondas da história e, ao mesmo tempo, celebramos a esperança da libertação.

Nossa vinculação ao povo judeu tem raízes históricas. A comunidade judaica no Brasil, ao longo dos séculos, deu e continua dando inestimável contribuição à formação da nacionalidade e da identidade

brasileira. No Século XX, o Brasil contribuiu para o esforço de guerra contra as potências do Eixo, por meio da atuação da Força Expedicionária Brasileira, a força militar latino-americana mais significativa a se juntar aos Aliados. Membros do nosso Serviço Exterior, como Luiz Martins de Souza Dantas e Aracy de Carvalho Guimarães Rosa, reconhecidos como "Justos entre as Nações", auxiliaram milhares de judeus a escapar do jugo nazifascista. Seus exemplos continuam a inspirar a atuação brasileira no plano internacional.

Terminada a Segunda Guerra Mundial, a diplomacia brasileira teve participação decisiva na criação do moderno Estado judeu, por meio da atuação de Oswaldo Aranha, que presidiu a sessão das Nações Unidas durante a qual foi decidida a criação do Estado de Israel.

O Governo do Presidente Jair Bolsonaro reconectou o Brasil com essa longa tradição de amizade e ação concreta, desejada pelo povo brasileiro, mas da qual outras administrações nos haviam distanciado. O Brasil iniciou e está implementando processo de profunda e produtiva reaproximação com o Estado de Israel. Ao mesmo tempo, passou a atuar, nos organismos internacionais, no sentido de evitar o tratamento discriminatório que muitas vezes ainda é imposto a Israel nesses foros.

O Brasil também procura reencontrar-se, hoje, com os valores mais profundos da civilização e cultura judaico-cristã, cujo desprezo e abandono estiveram na raiz do surgimento do regime nazista e da tragédia do holocausto.

Hoje, o Brasil, que conta mais de 100 mil cidadãos judeus, permanece mais do que nunca vigilante para que o

flagelo do anti-semitismo e de qualquer ideologia desumanizante jamais prospere. A memória dos 75 anos da libertação de Auschwitz nos chama a redobrar nossos esforços em favor da dignidade humana e da liberdade, únicos alicerces duradouros da paz.

Formação de Novo Governo do Líbano 27/01/2020

O governo brasileiro saúda a formação do novo governo no Líbano, liderado pelo primeiro-ministro Hassan Diab. Trata-se de passo importante em direção à superação dos desafios enfrentados atualmente por aquele país.

O Brasil reafirma seu compromisso de continuar a cooperar com o governo libanês em favor da prosperidade de nossos povos. Reitera, igualmente, seu apoio à busca de soluções políticas capazes de proporcionar um futuro em consonância com as legítimas aspirações da população libanesa, com a qual compartilhamos profundos e históricos laços de amizade.

Terremoto na Turquia 28/01/2020

O governo brasileiro tomou conhecimento, com grande pesar, do terremoto que atingiu o leste da Turquia no dia 25 de janeiro, causando mais de 30 mortes e deixando milhares de feridos, além de perdas materiais.

Até o momento, não há registro de brasileiros vitimados pelo abalo sísmico. O governo brasileiro expressa condolências aos familiares das vítimas fatais e manifesta, ao povo e ao governo da Turquia, sua solidariedade aos feridos.

O Itamaraty seguirá acompanhando a situação por meio da Embaixada do Brasil em Ancara, em coordenação com o Consulado-Geral do Brasil em Istambul e com a Divisão de Assistência Consular (DAC) em Brasília.

[O núcleo de assistência a brasileiros do MRE está à disposição para informações e esclarecimentos, de segunda a sexta-feira, das 9h às 19h, pelos telefones +55 61 2030 8803 e +55 61 2030 8804, e pelo e-mail dac@itamaraty.gov.br. Nos demais horários, poderá ser contatado o telefone do plantão consular da Secretaria de Assuntos de Soberania Nacional e Cidadania do Itamaraty: +55 61 98197-2284.]

Plano de paz e prosperidade do Presidente Trump para solucionar o conflito israelense-palestino 29/01/2020

O governo brasileiro saúda o plano de paz e prosperidade, apresentado ontem pelo Presidente dos Estados Unidos Donald Trump, que configura uma visão promissora para, após mais de sete décadas de esforços infrutíferos, retomar o caminho rumo à tão desejada solução do conflito israelense-palestino.

A proposta, que visa à convivência pacífica e viável, tanto do ponto de vista de segurança quanto territorial e econômico, do Estado de Israel e de um Estado palestino, constitui um documento realista e ao mesmo tempo ambicioso. Trata-se de iniciativa valiosa que, com a boa-vontade de todos os envolvidos, permite vislumbrar a esperança de uma paz sólida para israelenses e palestinos, árabes e judeus, e para toda a região.

Com efeito, a visão ali detalhada contempla aspirações tanto de palestinos quanto de israelenses, incluindo aspectos fundamentais como a erradicação do terrorismo, a existência do Estado de Israel com segurança para sua população, o estabelecimento de um Estado palestino democrático e comprometido com a paz, a viabilidade territorial, e a criação das condições econômicas indispensáveis para uma grande elevação do bem-estar do povo palestino.

O governo brasileiro exorta tanto israelenses quanto palestinos a considerar o plano com toda a seriedade e a iniciar negociações partindo das bases ali expostas.

O plano se afigura compatível com os princípios constitucionais que regem a atuação externa do Brasil, notadamente a defesa da paz, o repúdio ao terrorismo e a autodeterminação dos povos. Desse modo, o Brasil estará pronto a contribuir com o processo de construção da paz, das maneiras que se afigurarem mais adequadas.

Calendário de eventos entre 1 e 8 de fevereiro de 2020

Calendário de eventos entre 1 e 8 de fevereiro de 2020 31/01/2020

20/JAN a 7/FEV – Genebra, Suíça. 83^a sessão do Comitê para os Direitos da Criança.

3 a 7/FEV – Londres, Reino Unido. 7^a Sessão do Subcomitê de Design e Construção de Navios (SDC) da Organização Marítima Internacional (IMO).

3/FEV – Roma, Itália. Programa Mundial de Alimentos (PMA). Seminário sobre Gerenciamento de Recursos.

3/FEV – Roma, Itália. Programa Mundial de Alimentos (PMA). Segunda Consulta Informal sobre a Política de Proteção atualizada.

3 a 8/FEV – Genebra, Suíça. 146^a sessão do Comitê Executivo da OMS.

4/FEV – Roma, Itália. Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO). Reunião Informal do Comitê de Programa.

4/FEV – Genebra, Suíça. Sessão Plenária da Conferência do Desarmamento - Parte I (Continuação).

4 a 7/FEV. Genebra, Suíça. 1^a Reunião preparatória informal da VI Conferência dos Estados Partes (CSP6) do Tratado sobre o Comércio de Armas (ATT).

4 a 7/FEV – Genebra, Suíça. 46^a sessão do grupo de trabalho em comunicações, apresentadas em conformidade com o Protocolo facultativo e relacionado à Convenção sobre a exclusão de todas as formas de discriminação para o direito das mulheres.

5/FEV – Roma, Itália. Programa Mundial de Alimentos (PMA). Mesa Redonda sobre Relatórios de Avaliação.

5/FEV – Roma, Itália. Programa Mundial de Alimentos (PMA). Primeira Consulta Informal sobre a Revisão Intermediária do Plano Estratégico 2017-2021.

5/FEV – Roma, Itália. Programa Mundial de Alimentos (PMA). Consulta Informal sobre a Nota Conceitual do Plano Estratégico Nacional para a Etiópia.

5/FEV – Londres, Reino Unido. 19^a Reunião Intersessional do Comitê de Promoção e Desenvolvimento de

Mercado da Organização Internacional do Café (OIC).

5/FEV – Genebra, Suíça. Reunião de consultas multiatores promovida pelo Relator Especial sobre orientação sexual e identidade de gênero.

5/FEV – Genebra, Suíça. Consulta pública com o Sr. Victor Madrigal-Borloz, perito independente da ONU com vistas à proteção contra a violência e a discriminação baseadas em orientação sexual e identidade de gênero.

5 a 7/FEV – Genebra, Suíça. 69^a sessão executiva do Conselho de Comércio e Desenvolvimento (CNUCED).

6/FEV – Genebra, Suíça. Consulta com grupos regionais. Grupo de trabalho das Nações Unidas sobre Direitos Humanos, Empresas Transnacionais e Outras Empresas.

6/FEV – Genebra, Suíça. Reunião Informal dos Estados, no âmbito da 83^a sessão do Comitê para os Direitos da Criança.

6/FEV – Genebra, Suíça. Reunião GRULAC/DH com o grupo de trabalho sobre Empresas e Direitos Humanos.

6/FEV – Genebra, Suíça. Lançamento do “Strategic framework 2020-2024 do Global Protection Cluster (GPC).

6/FEV – Genebra, Suíça. Reunião de consultas multiatores e diálogo interativo com Grupo de Trabalho sobre empresas e direitos humanos.

6/FEV – Genebra, Suíça. Painel de discussão de alto nível promovido pelas Nações Unidas no contexto do Dia Internacional de Tolerância Zero à Mutilação Genital Feminina.

6 e 7/FEV – Genebra, Suíça. 15^a sessão do Comitê sobre a eliminação da discriminação contra a mulher /

Grupo de trabalho / Grupo de trabalho sobre as pesquisas realizadas em virtude do Protocolo facultativo da Convenção.

6 e 7/FEV – Roma, Itália. Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO). 179^a Sessão do Comitê de Finanças sobre assuntos do PMA.

6 e 7/FEV – Roma, Itália. Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA). Sétima Reunião Mundial do Fórum dos Agricultores.

7/FEV – Genebra, Suíça. Reunião GRULAC com a Presidenta do CDH.

Repatriação dos brasileiros que se encontram em Wuhan/Hubei, China, em decorrência da epidemia de coronavírus – Nota Conjunta do Ministério das Relações Exteriores e do Ministério da Defesa 02/02/2020

O governo brasileiro adota todas as medidas necessárias para trazer de volta ao Brasil os cidadãos brasileiros que se encontram na província de Hubei, especificamente na cidade de Wuhan, na China, região de origem da pandemia do coronavírus. Serão trazidos todos os brasileiros que se encontram naquela região e que manifestarem desejo de retornar ao Brasil.

Assim que chegarem ao Brasil, eles deverão ser submetidos a quarentena, de acordo com procedimentos internacionais, sob a orientação do Ministério da Saúde.

O Ministério da Defesa, por meio da Força Aérea Brasileira, trabalha na elaboração do plano de voo da aeronave, possivelmente fretada, que será enviada à China. Os detalhes da

operação, que está sendo planejada, serão informados posteriormente. A Embaixada do Brasil em Pequim entrará em contato para prestar informações e organizar os procedimentos cabíveis.

Duas brasileiras, que se encontravam em Wuhan e também possuíam nacionalidade portuguesa, já embarcaram em voo francês que transportou cidadãos da União Europeia. Elas farão quarentena em Portugal.

Visita de trabalho do Ministro dos Negócios Estrangeiros da Polônia, Jacek Czaputowicz – 4 de fevereiro de 2020 03/02/2020

O Ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo, receberá o Ministro dos Negócios Estrangeiros da Polônia, Jacek Czaputowicz, em 4 de fevereiro, para Reunião de Consultas de natureza política.

Serão discutidos temas da agenda internacional e mecanismos para aprofundar as relações bilaterais, em especial nas áreas de comércio e investimentos, cooperação tecnológica e acadêmica, defesa, liberdade religiosa, migração e cooperação política em foros internacionais.

Em 2020, Brasil e Polônia celebram os 100 anos do estabelecimento de relações diplomáticas. No Brasil, há expressiva comunidade de descendentes de poloneses, que somam aproximadamente 2 milhões de cidadãos brasileiros.

A Polônia, quinta economia da União Europeia pós-Brexit e com Produto Interno Bruto superior a US\$ 1 trilhão em paridade do poder de compra, oferece singular oportunidade para ampliação do fluxo comercial e de

investimentos de lado a lado. A corrente de comércio bilateral registrou, em 2019, US\$ 1,37 bilhão, com superávit de US\$ 218 milhões para o Brasil.

Reunião do Grupo de Trabalho do “Processo de Varsóvia” sobre questões humanitárias e de refugiados – Brasília, 4 a 6 de fevereiro de 2020 04/02/2020

Realiza-se em Brasília, de 4 a 6 de fevereiro, reunião do Grupo de Trabalho sobre Questões Humanitárias e de Refugiados, criado por ocasião da Conferência de Varsóvia, em fevereiro de 2019, para Promover um Futuro de Paz e Segurança no Oriente Médio, da qual adveio o intitulado “Processo de Varsóvia”.

A sessão de abertura do Grupo de Trabalho, no dia 4 de fevereiro, contará com as presenças do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Ernesto Araújo, do Ministro de Negócios Estrangeiros da Polônia, Jacek Czaputowicz, e do Secretário de Estado Assistente Adjunto para Populações, Refugiados e Migração dos EUA, Richard Albright.

Nos dias 5 e 6 de fevereiro, serão realizados painéis temáticos, com foco na proteção e no acesso à educação para crianças em contextos de crises humanitárias e deslocamentos forçados no Oriente Médio. Os painéis contarão com a presença de representantes de países da região e de organismos internacionais, bem como de especialistas e entidades da sociedade civil com reconhecida experiência na matéria.

Ao final do evento, adotar-se-á comunicado com resumo das

discussões, aberto à adesão dos países participantes.

Declaração Conjunta Brasil-Polônia - 4 de fevereiro de 2020 04/02/2020

A convite do Ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo, o Ministro dos Negócios Estrangeiros da Polônia, Jacek Czaputowicz, realizou visita oficial a Brasília, em 4 de fevereiro, ocasião em que ambos inauguraram a reunião do Grupo de Trabalho sobre Questões Humanitárias e de Refugiados do "Processo de Varsóvia" para paz e cooperação no Oriente Médio e mantiveram reunião de consultas.

2. Brasil e Polônia celebraram, em 2020, 100 anos de relações bilaterais. A expressiva comunidade de descendentes de poloneses no Brasil, de aproximadamente 2 milhões de cidadãos brasileiros, é vínculo humano que alicerça a relação entre os dois países.

3. As relações Brasil-Polônia estão firmemente baseadas em princípios e valores comuns. Brasil e Polônia mantêm profundos laços históricos e culturais, e compartilham valores como liberdade, democracia e economia de mercado, sempre trabalhando em prol da prosperidade de seus povos e do fortalecimento das suas identidades nacionais.

4. Os ministros ressaltaram que Brasil e Polônia desfrutam de presença crescente no cenário internacional. Os dois países reivindicam que os foros e organismos internacionais refletem a vontade das nações que os integram, respeitando suas identidades e favorecendo assim sua convivência soberana em busca da paz e prosperidade.

5. Brasil e Polônia estão na vanguarda da defesa da liberdade religiosa no mundo. Os ministros encareceram a importância das discussões havidas no evento "Rebuilding Lives, Rebuilding Communities: Ensuring a Future for Persecuted Christians", ocorrido em Nova York em setembro de 2019, à margem da 74ª sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas e manifestam sua expectativa a respeito da Aliança para a Liberdade Religiosa lançada em 24 de setembro de 2019, da qual fazem parte.

6. Brasil e Polônia assinalaram a importância que a área econômico-comercial ocupa no contexto do relacionamento bilateral e observaram a necessidade de concretizar plenamente o potencial de complementaridade das suas economias.

7. Brasil e Polônia concordam em apoiar acordos que incentivem o comércio inter-regional, promovam o crescimento, gerem empregos, contribuam para a modernização da economia e atraiam investimentos estrangeiros.

8. Os Ministros exploraram conjuntamente possibilidades de adensar a cooperação nas áreas de defesa, ciência e tecnologia e educação. Passaram em revista as negociações de atos internacionais para aprofundar a cooperação bilateral, inclusive nas áreas de dupla tributação, proteção mútua de informação sigilosa, previdência social, cooperação cultural e cooperação esportiva.

9. Os Ministros saudaram a realização, em Brasília, de reunião do Grupo de Trabalho sobre Questões Humanitárias e de Refugiados, no âmbito do "Processo de Varsóvia" para a promoção de um futuro de paz e segurança no Oriente Médio.

Sublinharam a importância do Processo de Varsóvia para dar impulso a iniciativas de promoção da paz no Oriente Médio, e saudaram a escolha de tratar, nos debates do grupo de trabalho, de questões referentes a acesso à educação e a proteção de jovens e crianças no contexto de deslocamentos e crises humanitárias no Oriente Médio. Sublinharam a importância da troca de experiências e da mobilização internacional para a promoção de esforços que busquem evitar a perda de vidas humanas em decorrência de conflitos na região, sob o risco de se dificultarem processos de reconstrução e consolidação da paz no futuro. Nesse quadro, destacaram ainda a necessidade de colocar a educação e a proteção de crianças no centro das discussões.

10. Os Ministros reiteraram que os temas de migração devem ser tratados com base nos interesses nacionais e no princípio da soberania dos Estados. Embora a migração seja um fenômeno global, cada país deve ter o direito de levar em conta suas condições específicas.

11. Ambos Ministros condenaram as recentes tentativas do regime de Nicolás Maduro de sufocar a Assembleia Nacional legítima da Venezuela e reiteraram o reconhecimento de Juan Guaidó como presidente encarregado da Venezuela. Ressaltaram a importância de que toda a comunidade internacional se una para permitir o fim do regime ditatorial venezuelano e a transição para a democracia.

Missão da OEA é impedida de entrar na Venezuela 04/02/2020

O governo brasileiro lamenta profundamente a decisão do regime ilegítimo de Nicolás Maduro de

impedir hoje o ingresso de delegação da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) ao país para realizar visita “in loco” (4 a 8/2), prevista desde julho de 2019.

O Brasil condena o ato de maneira enérgica e expressa profunda preocupação com a situação alarmante dos direitos humanos no país, que inclui violações contra todos os direitos humanos – civis, políticos, econômicos, sociais e culturais – no contexto da corrente crise política, econômica, política, social e humanitária provocada pelo regime Maduro.

Reiteramos nossa convicção de que somente o pleno restabelecimento da democracia e do Estado de Direito na Venezuela permitirá vencer a grave crise humanitária e de direitos humanos no país e fazemos apelo pela retomada da cooperação com a CIDH, pilar da promoção dos direitos humanos no hemisfério. A investigação, monitoramento e punição das violações de direitos humanos praticados pelo regime Maduro é passo fundamental e indispensável rumo a essa redemocratização.

Reiteramos nosso compromisso permanente de continuar, junto com a comunidade internacional, a promover os direitos humanos e a recuperação da democracia na Venezuela.

Repatriação de cidadãos brasileiros em decorrência do surto de coronavírus na China. Agradecimentos aos governos da China, Polônia e Espanha 08/02/2020

O governo brasileiro empenhou-se ativamente nos últimos dias para

concluir as providências logísticas e diplomáticas para trazer de volta ao Brasil, em segurança, os cidadãos brasileiros e seus familiares chineses que se encontravam em Hubei/Wuhan, na China, e que expressaram desejo de retornar ao País em decorrência da emergência sanitária gerada pelo novo coronavírus.

O governo brasileiro manifesta seu agradecimento ao governo chinês por prontamente autorizar o pouso das aeronaves brasileiras e facilitar os trâmites necessários para a retirada dos brasileiros e seus familiares.

Expressa também seu reconhecimento aos governos da Polônia e da Espanha pela solidariedade prestada ao permitir a escala das aeronaves brasileiras, nos trajetos de ida e retorno ao Brasil.

Nota Conjunta do Ministério das Relações Exteriores e do Ministério da Defesa 08/02/2020

A respeito da matéria da Folha de SP intitulada “Brasil se nega a retirar sul-americanos de epicentro do coronavírus e dá carona a poloneses”, os Ministérios das Relações Exteriores e da Defesa sublinham a desconexão entre a manchete do artigo, de teor negativo e sensacionalista, e o conteúdo informativo do texto, que por si só evidencia a complexidade da operação e a impossibilidade de atender às demandas de transporte de mais de 80 passageiros, de diversas nacionalidades.

A Operação Regresso, como reconhece a própria matéria, transportou 34 brasileiros e familiares estrangeiros, em dois aviões VC-2 da FAB à disposição da Presidência da República, desde Wuhan até a base em Anápolis-GO.

As aeronaves, como já havia sido amplamente divulgado, possuem capacidade de passageiros limitada e considerando ainda o número de tripulantes e profissionais de medicina embarcados no Brasil, para realizar exames e para acompanhar os passageiros ao longo do voo, reduziu-se significativamente o número de assentos disponíveis, o que inviabilizou o atendimento, ainda que parcial, das solicitações feitas por cidadãos de outros países.

Como o plano de voo das aeronaves incluía pouso e reabastecimento em Varsóvia, foi possível o transporte apenas de seis residentes da Polônia. Ressalte-se, a propósito, que o governo polonês solidarizou-se desde o primeiro momento com o Brasil e se dispôs prontamente a receber os aviões em seu território.

Não houve, portanto, negação discricionária quanto aos pedidos de apoio, mas tão somente impossibilidade logística de acomodação de mais de 80 pessoas, além da dificuldade prática de transportá-los a seus diversos países uma vez desembarcados no Brasil, ou de mantê-los em quarentena em território nacional.

Todos esses elementos estão claros no texto da matéria em questão, saltando aos olhos do leitor isento e bem informado a distância que separa o título do texto do artigo.

Em nenhum momento, por outro lado, o Itamaraty recebeu manifestações de desagrado dos países solicitantes. Ao contrário, todos agradeceram a disposição do governo brasileiro de ajudar e compreenderam as difíceis condições logísticas envolvidas, que impediram, afinal, o atendimento das solicitações recebidas. Ao contrário do que o artigo tenta desconstruir, o Brasil continua a ser reconhecido, no

âmbito das relações internacionais e em especial na América do Sul, como um País solidário e de elevado espírito humanitário.

O Ministério da Defesa e o Ministério das Relações Exteriores defendem a liberdade de imprensa, prezam por uma imprensa livre, mas defendem, sobretudo, o direito do cidadão de ser bem informado. A matéria em questão presta um desserviço à população.

Calendário de eventos entre 10 e 15 de fevereiro de 2020 10/02/2020

3 a 14/FEV – Bamako, Mali. Missão da ABC de prospecção para cooperação em Piscicultura.

8/FEV – Houston, Estados Unidos. Oficina de Arte e Cultura do Carnaval (para crianças).

8/FEV – Cidade do México, México. Celebração do Carnaval Brasileiro na Alameda Santa Maria la Ribera, em parceria com a prefeitura do Cuauhtémoc.

8 a 14/FEV – Bamako, Mali. Comitê de Gestão do Projeto Cotton.

9/FEV – Cidade do México, México. Abertura da semana gastronômica brasileira.

10/FEV – Genebra, Suíça. Reunião com países do Comunidade e Mercado Comum do Caribe (CARICOM) dedicada ao engajamento nas negociações de facilitação de investimentos.

10/FEV – Genebra, Suíça. Reunião Aberta Informal do Programa de Trabalho sobre Comércio Eletrônico da Organização Mundial do Comércio (OMC).

10/FEV – Roma, Itália. Organização das Nações Unidas para a Alimentação

e Agricultura (FAO). Reunião dos Países Membros das Agências da ONU Baseadas em Roma com a Enviada Especial do Secretário-Geral da ONU, Agnes Kalibata, sobre a Cúpula de Sistemas Alimentares 2021.

10/FEV – Kursk, Rússia. Celebração dos 85 anos da Universidade Estatal Médica de Kursk (que concentra principal comunidade de estudantes brasileiros na Rússia).

10 e 11/FEV – Moscou, Rússia. I Reunião do Comitê Gestor de Ciência, Tecnologia e Inovação do BRICS

10 a 12/FEV – Moscou, Rússia. Visita do Presidente da APEX-Brasil, Almirante Sergio Segovia.

10 a 14/FEV – Nova York, Estados Unidos. Grupo de Trabalho Aberto das Nações Unidas sobre Segurança Cibernética.

10 a 14/FEV – Nova York, Estados Unidos. 52^a sessão da Comissão sobre os Limites da Plataforma Continental.

10 a 14/FEV – Moscou, Rússia. 27^a edição da Feira Internacional de Alimentos, Bebidas e Insumos Alimentícios, com presença de estande do Brasil.

10 a 19/FEV – Nova York, Estados Unidos. 58^a sessão da Comissão sobre o Desenvolvimento Social.

11/FEV – Cidade do México, México. Comemoração dos 50 anos da Escola Brasil.

11/FEV – Genebra, Suíça. 48^a Sessão e workshop do “Aid for Trade” (Ajuda ao Comércio) do Comitê de Comércio e Desenvolvimento da OMC.

11 e 12/FEV – Genebra, Suíça. Reunião do Comitê de Facilitação de Comércio da Organização Mundial do Comércio.

11 e 12/FEV – Roma, Itália. Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola. 43ª Sessão do Conselho de Governadores do FIDA.

11 e 12/FEV – Paris, França. Visita do professor Rodrigo Fernandes More, candidato ao cargo de juiz do Tribunal Internacional para o Direito do Mar.

11 a 13/FEV – Nova York, Estados Unidos. 1ª sessão Regular da Junta Executiva do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF).

11 a 13/FEV – Paris, França. 13º Sessão do Comitê Intergovernamental para a Proteção e a Promoção da Diversidade das Expressões Culturais.

11 a 13/FEV – São Petersburgo, Rússia. 1ª reunião de sherpas da presidência de turno russa do BRICS.

11 a 14/FEV – Genebra, Suíça. Reunião dedicada à Iniciativa da Declaração Conjunta sobre Comércio Eletrônico da Organização Mundial do Comércio.

12/FEV – Genebra, Suíça. Encontro do Amigos da Facilitação de Investimentos para o Desenvolvimento da Organização Mundial do Comércio.

13/FEV – Genebra, Suíça. Reunião do Grupo de Ottawa da Organização Mundial do Comércio.

13/FEV – Genebra, Suíça. Grupo de Trabalho de Embaixadores da Organização da Propriedade Intelectual dedicada aos Resultados preliminares de 2019 e Processo de Inteligência Artificial.

13/FEV – Roma, Itália. Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura. Sexta Reunião do Comitê Diretivo do Ano Internacional da Sanidade Vegetal.

13 e 14/FEV – Roma, Itália. Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola. Primeira Consulta sobre a

Décima Segunda Reposição de Recursos do FIDA

13 e 14/FEV – Cidade do México, México. Seminário Regional em preparação para a Conferência de Exame do Tratado sobre a Não Proliferação das Armas Nucleares.

14/FEV – Nova York, EUA. 1ª sessão Regular da Junta Executiva da Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres.

Assinatura do Acordo de Complementação Econômica Nº 74 e do Acordo Automotivo entre o Brasil e o Paraguai - Nota Conjunta do Ministério das Relações Exteriores e do Ministério da Economia 11/02/2020

Foi assinado nesta terça-feira (11/2), em Assunção, o Acordo de Complementação Econômica Nº 74 (ACE-74), entre Brasil e Paraguai.

O ACE-74 constitui importante marco para o aprofundamento da integração entre Brasil e Paraguai, em temas da agenda econômico-comercial, como facilitação de comércio e cooperação aduaneira, em complemento aos entendimentos existentes no âmbito do MERCOSUL. A conclusão do ACE com o Paraguai completará a rede de acordos bilaterais desse tipo já existentes entre o Brasil e os países do MERCOSUL no âmbito da Associação Latino-Americana de Integração (ALADI): ACE-2 com o Uruguai e ACE-14 com a Argentina.

Na mesma oportunidade, foi assinado, como o Primeiro Protocolo Adicional ao ACE, Acordo Automotivo entre Brasil e Paraguai. O Acordo Automotivo firmado entre os dois países conferirá maior estabilidade,

segurança jurídica e previsibilidade para os investimentos e o comércio bilateral de produtos do setor. A assinatura do instrumento constitui um importante marco no relacionamento bilateral e contribuirá para fazer avançar a adequação do setor automotivo à União Aduaneira do MERCOSUL.

O Acordo terá vigência por prazo indeterminado ou até a adequação do setor automotivo ao regime geral do MERCOSUL. Pelo instrumento, o Brasil concederá livre comércio imediato para produtos automotivos paraguaios. O Paraguai, por sua vez, concederá livre comércio imediato para os produtos automotivos brasileiros taxados com tarifas entre 0% e 2% e aplicará margens de preferência tarifária crescentes para os demais produtos automotivos, até a liberalização total do setor ao final de 2022.

Em matéria de regra de origem, o Acordo estabelece Requisitos Específicos de Origem para cada produto automotivo, em linha com as condições negociadas recentemente no acordo bilateral com a Argentina e no acordo entre o MERCOSUL e a União Europeia. O Acordo prevê, também, condições de acesso preferenciais, com Índice de Conteúdo Regional (ICR) reduzido, para uma cota de automóveis e para outra cota de veículos com motorizações alternativas.

No caso das autopeças paraguaias produzidas sob o regime de maquila, estabeleceu-se que gozarão de livre acesso ao mercado brasileiro até 31 de dezembro de 2023, desde que cumpram com as regras de origem do Acordo, com ICR mínimo de 50%. A partir de 2024, o acesso de autopeças produzidas sob o regime de maquila ao Brasil ocorrerá com cotas previstas no Acordo. Foram definidas, ainda,

condições diferenciadas de acesso para autopeças com ICR reduzido, inclusive as produzidas em regime de maquila, por um período de sete anos, no caso do Paraguai, e de quatro anos, no caso do Brasil.

Quanto à cobrança de taxas consulares, tema de grande importância para o setor produtivo brasileiro, o Paraguai comprometeu-se a isentar os produtos automotivos originários do Brasil a partir do oitavo ano da entrada em vigor do Acordo.

O Acordo estabelece, ainda, que cada parte continuará a aplicar suas tarifas nacionais atualmente vigentes na importação de produtos automotivos de terceiros parceiros comerciais, até que se acorde, no âmbito do MERCOSUL, a implementação da Tarifa Externa Comum (TEC) para os produtos do setor.

Com relação à importação de veículos usados, o Paraguai comprometeu-se a revisar sua política nacional de importação de tais produtos nos termos do que vier a ser acordado no âmbito do regime automotivo do MERCOSUL, levando-se em conta, também, normas ambientais, de saúde pública e de segurança.

Após a assinatura do ACE e do Acordo Automotivo, os instrumentos serão enviados para depósito junto à ALADI. Em seguida, terá início o processo de internalização de ambos os instrumentos no ordenamento jurídico brasileiro.

O comércio de produtos automotivos entre Brasil e Paraguai tem crescido consideravelmente na última década, sobretudo em função das exportações brasileiras de automóveis e das importações brasileiras de autopeças (principalmente de chicotes elétricos). Em 2019, a corrente de comércio somou US\$ 650 milhões, com exportações no valor de US\$ 415

milhões e importações no valor de US\$ 235 milhões, o que resultou em superávit de US\$ 180 milhões para o Brasil.

Visita ao Brasil do Ministro de Relações Exteriores, Comércio Internacional e Culto da Argentina, Felipe Solá - Brasília, 12 de fevereiro de 2020 12/02/2020

O Ministro de Relações Exteriores, Comércio Internacional e Culto da Argentina, Felipe Solá, realiza visita a Brasília, no dia 12 de fevereiro de 2020, ocasião em que será recebido pelo Ministro Ernesto Araújo. Trata-se da primeira visita do Chanceler argentino ao país.

Na ocasião, serão passados em revista temas das agendas bilateral e regional, bem como questões internas do MERCOSUL e dos relacionamentos externos do bloco.

Calendário de eventos entre 18 e 22 de fevereiro de 2020 18/02/2020

10 a 19/FEV – Nova York, Estados Unidos. 58ª sessão da Comissão sobre o Desenvolvimento Social.

10 a 28/FEV – Genebra, Suíça. 75ª sessão do Comitê sobre a Eliminação da Discriminação Contra a Mulher.

17/FEV – Genebra, Suíça. Reunião do Órgão de Apelação da Organização Mundial do Comércio (OMC).

17/FEV – Genebra, Suíça. Reunião do grupo de Lima sobre a 43ª sessão do Conselho dos Direitos Humanos e eleição dos membros do Conselho de Administração da OIT.

17/FEV – Genebra, Suíça. Painel de alto nível “Human Commonalities in Divine Laws”, promovido pela Missão do Egito.

17 e 18/FEV – Genebra, Suíça. 12ª Cúpula de Genebra sobre os direitos humanos e a democracia.

17 a 21/FEV – Genebra, Suíça. 24ª sessão do Comitê Consultivo do Conselho dos Direitos Humanos.

17 a 21/FEV – Londres, Reino Unido. 7º Subcomitê sobre Prevenção e Resposta à Poluição (PPR) da Organização Marítima Internacional (IMO).

17/FEV a 06/MAR – Genebra, Suíça. 67ª sessão do Comitê dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais.

18/FEV – Genebra, Suíça. Reunião bilateral com Belarus no contexto de seu processo de acesso à Organização Mundial do Comércio (OMC).

18/FEV – Paris, França. Apresentação “Rio de Janeiro 2020 – 1ª Capital Mundial da Arquitetura da UNESCO”.

18/FEV – Roma, Itália. Programa Mundial de Alimentos (PMA). Reunião do Bureau da Junta Executiva do PMA.

18/FEV – Roma, Itália. Programa Mundial de Alimentos (PMA). Reunião dos Países Membros da Lista C com o Diretor Executivo do PMA, David Beasley.

18/FEV – Genebra, Suíça. Workshop sobre Promoção do Desenvolvimento Sustentável nos Países Exportadores de Café coorganizado pela da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD) e Organização Internacional do Café (ICO).

18/FEV – Genebra, Suíça. Consultas Temáticas sobre a Revisão da

Arquitetura de Consolidação da Paz das Nações Unidas.

18/FEV – Genebra, Suíça. Briefing de emergência sobre a resposta da Federação Internacional da Cruz Vermelha (IFRC) ao novo surto de coronavírus.

18 e 19/FEV – Genebra, Suíça. Reunião organizada pela Missão Permanente da Arábia Saudita: “Protegendo a Juventude do Extremismo”.

18/FEV e 20/FEV – Genebra, Suíça. Reunião do Órgão de Revisão de Políticas Comerciais da Organização Mundial do Comércio (OMC) – União Europeia.

19/FEV – Houston, Estados Unidos. Oficina de Ritmos Brasileiros e Espetáculo do “Strings & Beats of Brazil”.

19/FEV – Genebra, Suíça. Reunião do Grupo Trilateral e outros Países sobre Condição de Mercado.

19/FEV – Genebra, Suíça. Reunião do Brasil dedicada ao envolvimento dos países do Grupo Africano nas Negociações da Facilitação de Investimentos.

19 e 20/FEV – Genebra, Suíça. Reunião do Comitê de Peritos da União do Classificação Internacional de Patentes (IPC) da Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI).

20/FEV – Genebra, Suíça. Reunião de consultas do Comitê Permanente sobre Programa e Finanças (SCPF) da Organização Internacional para as migrações (OIM).

20/FEV – Genebra, Suíça. Quarta Reunião do Grupo de Trabalho da Organização Internacional para as migrações (OIM) sobre a Resolução 1383.

20/FEV – Roma, Itália. Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO). Plenária do Grupo Regional da América Latina e Caribe (GRULAC).

20 a 21/FEV – Moscou, Rússia. Reunião do Comitê de Altos Funcionários de Energia do BRICS.

21/FEV – Genebra, Suíça. Encontro a nível de Representantes Permanentes da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) e o Representante Permanente da União Europeia.

21/FEV – Genebra, Suíça. Reunião do Bureau do Comitê Executivo do Alto Comissariado das Nações Unidas para os refugiados (ACNUR).

21 e 22/FEV – Johanesburgo, África do Sul. Noite gastronômica brasileira-sul-africana no “Marabi Jazz Club”.

Ataque a igreja protestante no Burkina Faso 19/02/2020

O governo brasileiro condena veementemente o ataque que deixou pelo menos 24 mortos e 18 feridos em uma igreja protestante na localidade de Pansi, no norte do Burkina Faso, durante as celebrações religiosas dominicais do passado dia 16 de fevereiro.

Ao transmitir suas condolências às famílias das vítimas e os votos de pronta recuperação aos feridos, o Brasil expressa sua solidariedade ao povo e ao governo do Burkina Faso e reitera seu firme repúdio a qualquer forma de terrorismo, independentemente de sua motivação.

Calendário de eventos entre 22 e 29 de fevereiro de 2020 21/02/2020

10 a 28/FEV – Genebra, Suíça. 75^a sessão do Comitê sobre a Eliminação da Discriminação Contra a Mulher.

17/FEV a 06/MAR – Genebra, Suíça. 67^a sessão do Comitê dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais.

21 e 22/FEV – Johanesburgo, África do Sul. A Embaixada promove noite gastronômica brasileira-sul-africana (Marabi Jazz Club).

23 a 28/FEV – Paris e Lille, França. Missão oficial do presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, e delegação.

24/FEV – Roma, Itália. Programa Mundial de Alimentos (PMA). Plenária do Grupo Regional da América Latina e Caribe (GRULAC) com o Diretor Regional do Programa Mundial de Alimentos, Miguel Barreto.

24/FEV – Paris, França. Cerimônia de abertura da 52^a sessão do Grupo de Peritos Intergovernamental sobre a Evolução do Clima (GIEC).

24/FEV – Genebra, Suíça. 43^a sessão do Conselho de Direitos Humanos. Discurso da Ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos (MMDH), Damares Alves, no segmento de alto nível da 43^a sessão do Conselho de Direitos Humanos.

24/FEV – Genebra, Suíça. 43^a sessão do Conselho de Direitos Humanos. Painel de alto nível sobre Transversalidade dos Direitos Humanos – 30 anos da Convenção sobre os Direitos Humanos. Discurso da Ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos (MMDH), Damares Alves.

24/FEV – Genebra, Suíça. 43^a sessão do Conselho de Direitos Humanos. Reunião de trabalho entre a Ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos (MMDH), Damares Alves, e

os Ministros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).

24 e 25/FEV – Roma, Itália. Programa Mundial de Alimentos (PMA). Primeira Sessão Ordinária da Junta Executiva.

24 e 25/FEV – Roma, Itália. Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO). 9^a Sessão do Fórum de Resposta Rápida sobre o Sistema de Informação do Mercado Agrícola (AMIS).

24 e 26/FEV – Genebra, Suíça. Segmento de Alto Nível da Conferência do Desarmamento.

24 e 28/FEV – Genebra, Suíça. Segunda reunião do Grupo de Peritos Governamentais (GGE, na sigla em inglês) em Cibersegurança.

24 a 29/FEV – Roma, Itália. Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO). Segunda Reunião do Grupo de Trabalho sobre o Quadro Mundial de Biodiversidade Pós-2020.

24/FEV a 20/MAR – Genebra, Suíça. 43^a sessão do Conselho de Direitos Humanos.

25/FEV – Genebra, Suíça. 43^a sessão do Conselho de Direitos Humanos. Encontro entre a Ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos (MMDH), Damares Alves e a Senhora Michelle Bachelet, Alta Comissária dos Direitos Humanos da ONU.

25/FEV – Genebra, Suíça. 43^a sessão do Conselho de Direitos Humanos. Painel de alto nível do Conselho de Direitos Humanos – 25 anos da Conferência de Pequim sobre a mulher. Discurso da Ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos (MMDH), Damares Alves.

25/FEV – Genebra, Suíça. 43^a sessão do Conselho de Direitos

Humanos. Evento paralelo da Comunidade dos países da língua portuguesa, sobre o 30º Aniversário da Convenção sobre o Direito das Crianças. Participa a Ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos (MMDH), Damares Alves.

25/FEV – Genebra, Suíça. 43ª sessão do Conselho de Direitos Humanos. Abertura de mostra fotográfica em comemoração do dia Internacional das Doenças Raras. Promovido por Brasil e Chipre.

25/FEV – Genebra, Suíça. 43ª sessão do Conselho de Direitos Humanos. Evento paralelo sobre a situação dos Direitos Humanos na Venezuela. Organizado pelos países Membros do Grupo de Lima.

25/FEV – Genebra, Suíça. 43ª sessão do Conselho de Direitos Humanos. Evento paralelo sobre liberdade de religião, co-patrocinado pelo Brasil, Polônia e Reino Unido, intitulado “Understanding the past to protect the victims of today: building on recent initiatives on freedom and belief”.

25/FEV – Genebra, Suíça. 5ª Conferência anual de doadores da Convenção sobre a proibição do uso, armazenamento, produção e transferência de minas antipessoais e sobre sua destruição (Convenção de Ottawa).

25/FEV – Genebra, Suíça. Negociação sobre subsídios à pesca - Reunião aberta do Grupo Negociador de Regras da Organização Mundial do Comércio para discussão de propostas revisadas no pilar de Sobrepesca e Sobrecapacidade.

25/FEV – Genebra, Suíça. Encontro do Amigos da Facilitação de Investimentos para o Desenvolvimento (FIFDs, na sigla em inglês) da Organização Mundial do Comércio.

25/FEV – Genebra, Suíça. Reunião informal do Comitê de Barreiras Técnicas ao Comércio da Organização Mundial do Comércio.

25/FEV – Genebra, Suíça. Sessão de Treinamento em Barreiras Técnicas ao Comércio da Organização Mundial do Comércio e agenda eletrônica.

25/FEV – Genebra, Suíça. Abertura da mostra “coleção de autógrafos” no Consulado-Geral do Brasil.

25 a 28/FEV – Genebra, Suíça. 82ª sessão do Comitê dos Transportes Interiores.

25 a 28/FEV – Genebra, Suíça. Reunião técnica da Organização Internacional do Trabalho, sobre a consecução do trabalho decente nas cadeias globais de suprimento.

26/FEV – Genebra, Suíça. Reunião do Comitê de Compras Governamentais da Organização Mundial do Comércio.

26/FEV – Genebra, Suíça. Reunião informal da Declaração Conjunta sobre Regulamentação Doméstica em Serviços da Organização Mundial do Comércio.

26/FEV – Genebra, Suíça. Sessão sobre a ferramenta online “ePing” da iniciativa conjunta da Organização Mundial do Comércio, Organização da Nações Unidas e Centro de Comércio Internacional.

26/FEV – Genebra, Suíça. Negociações com o Reino Unido à luz do Artigo XXVIII do Acordo de Marraquexe da Organização Mundial do Comércio.

26/FEV – Genebra, Suíça. Negociação sobre subsídios à pesca – Reunião de grupo reduzido com a facilitadora para o pilar de Sobrepesca e Sobrecapacidade da Organização Mundial do Comércio.

26/FEV – Roma, Itália. Programa Mundial de Alimentos (PMA). Dia da Alimentação Escolar na África.

26 e 27/FEV – Genebra, Suíça. Reunião do Comitê de Barreiras Técnicas ao Comércio da Organização Mundial do Comércio.

26 a 28/FEV – Moscou, Rússia. 23º Encontro do Grupo de Contato dos BRICS para Assuntos de Economia e Comércio (CGETI).

27/FEV – Londres, Reino Unido. Reunião do Grupo de Trabalho da Organização Internacional do Café (OIC) sobre o Futuro do Acordo Internacional do Café.

27/FEV – Moscou, Rússia. VII Concerto do Ciclo de Música Clássica de Câmara Brasileira.

27/FEV – Helsinque, Finlândia. Abertura da Exposição Ville Virkkilä – Family Treasures, do artista finlandês que viveu e produziu suas esculturas em Penedo/RJ, na Livraria Internacional Arkadia.

27/FEV – Genebra, Suíça. Discussão de mesa-redonda sobre Comércio e Sustentabilidade ambiental.

27/FEV – Genebra, Suíça. Reunião do Grupo informal de membros latino-americanos (GRULAC) da Organização Mundial do Comércio.

27/FEV – Genebra, Suíça. Reunião sobre Facilitação de Investimentos para o Desenvolvimento da Organização Mundial do Comércio.

27/FEV – Genebra, Suíça. Diálogo organizado pelo Instituto Internacional para o Desenvolvimento Sustentável sobre a negociação sobre subsídios à pesca.

27 e 28/FEV – Montego Bay, Jamaica. IV Reunião Ministerial da Parceria das Américas para Energia e Clima (ECPA).

28/FEV – Londres, Reino Unido. Reunião do Comitê Administrativo "Plus" da Organização Internacional do Açúcar.

28/FEV – Genebra, Suíça. Reunião do Órgão de Solução de Controvérsias da Organização Mundial do Comércio.

28/FEV – Genebra, Suíça. Reunião do Brasil dedicada ao envolvimento da República de Moçambique nas Negociações da Facilitação de Investimentos.

28/FEV – Genebra, Suíça. Reunião do Brasil dedicada ao envolvimento do Fórum Econômico Mundial nas Negociações da Facilitação de Investimentos.

Levantamento da suspensão das exportações de carne bovina in natura do Brasil pelos Estados Unidos 21/02/2020

Hoje, 21 de fevereiro, o Serviço de Inspeção e Inocuidade Alimentar dos EUA anunciou a retirada da suspensão das exportações de carne bovina in natura do Brasil. A reabertura do mercado norte-americano às exportações de carne bovina “in natura” do Brasil, resultado de extenso processo de diálogo, troca de informações e inspeções técnicas, constitui um passo importante para projetar, no mercado internacional, a qualidade do produto brasileiro e do sistema de inspeção sanitária do País.

A reabertura do mercado norte-americano para as exportações brasileiras de carne bovina é exemplo concreto da solidez e do caráter mutuamente benéfico da parceria entre os governos dos dois países.

Declaração do Grupo de Lima 01/03/2020

Os governos de Bolívia, Brasil, Canadá, Chile, Colômbia, Costa Rica, Guatemala, Honduras, Panamá, Paraguai, Peru e Venezuela, membros do Grupo de Lima, condenam os atos de violência cometidos por grupos paramilitares da ditadura de Nicolás Maduro contra o presidente encarregado Juan Guaidó, o povo que o acompanhava e membros da imprensa que cobriam a atividade na cidade de Barquisimeto, estado de Lara.

Essa nova agressão deixou mais de uma dúzia de feridos, inclusive um menor de idade que foi baleado. Isso se converteu em padrão sistemático de violação de direitos humanos pelo regime, por isso reiteramos que essa situação é intolerável para a região, contraria os valores democráticos e não contribui para a solução da grave crise pela qual está passando o país.

Mais uma vez reafirmamos que o mecanismo para resolver a crise pela qual a Venezuela está passando é uma eleição presidencial livre e justa.

Declaración del Grupo de Lima

Los gobiernos de Bolivia, Brasil, Canadá, Chile, Colombia, Costa Rica, Guatemala, Honduras, Panamá, Paraguay, Perú y Venezuela, miembros del Grupo de Lima, condenan los actos de violencia cometidos por grupos paramilitares de la dictadura de Nicolás Maduro, contra el Presidente Encargado Juan Guaidó, el pueblo que lo acompañaba y miembros de la prensa que cubrían la actividad en la ciudad de Barquisimeto, estado Lara.

Esta nueva agresión dejó más de una docena de heridos, incluyendo un

menor de edad que recibió un disparo. Esto se ha convertido en un patrón sistemático de violación de DDHH por parte del régimen, por eso reiteramos que para la región es intollerable esta situación, va en contra de los valores democráticos y no contribuye con una solución a la grave crisis por la que transita el país.

Una vez más reafirmamos que el mecanismo para resolver la crisis que atraviesa Venezuela es una elección presidencial libre y justa.

Visita do Ministro das Relações Exteriores de Angola, Manuel Domingos Augusto – Brasília, 2 de março de 2020 02/03/2020

O Ministro das Relações Exteriores da República de Angola, Manuel Augusto Domingos, visita hoje Brasília, retribuindo a visita do Ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo, a Luanda, em dezembro de 2019.

O Brasil foi o primeiro país a reconhecer a independência de Angola, em 1975. Desde então, as relações bilaterais são intensas nas áreas política, econômica, cultural e de cooperação. A partir de 2019, os encontros de autoridades brasileiras e angolanas demonstram forte convergência nas agendas nacionais de combate à corrupção e de abertura da economia, prioridades dos Presidentes Jair Bolsonaro e João Lourenço.

Na reunião a ser mantida entre os Ministros das Relações Exteriores, serão discutidos temas da atual agenda bilateral, com ênfase na ampliação da pauta comercial e de investimentos; no reforço das iniciativas de cooperação, em especial nas áreas de saúde, segurança, defesa e agricultura; e no diálogo sobre a agenda internacional, Ásia com destaque para a Comunidade

dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).

Calendário de eventos entre 2 a 7 de março de 2020 02/03/2020

17/FEV a 06/MAR – Genebra, Suíça. 67^a sessão do Comitê dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais.

24/FEV a 20/MAR – Genebra, Suíça. 43^a sessão do Conselho de Direitos Humanos.

29/FEV a 4/MAR – Toronto, Canadá. Convenção “Prospectors and Developers Association of Canada” (PDAC, sigla em inglês).

02/MAR – Genebra. Reunião de Chefes de Delegação do Comitê de Negociações Comerciais da Organização Mundial do Comércio (OMC).

02 a 06/MAR – Genebra. Negociação sobre subsídios à pesca – Reuniões abertas do Grupo Negociador de Regras da Organização Mundial do Comércio (OMC).

02 a 06/MAR – Nova York, EUA. 51^a sessão da Comissão de Estatística.

02/MAR – Genebra, Suíça. Diálogo interativo com Relator Especial sobre meio-ambiente, liberdade religiosa, dívida externa e venda de crianças, no âmbito da 43^a sessão do Conselho de Direitos Humanos.

02/MAR – Londres, Reino Unido. Reunião do Subcomitê sobre Sistemas e Equipamentos de Navios (SSE) da Organização Marítima Internacional (IMO).

02/MAR – Genebra, Suíça. Reunião da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho sobre “As consequências humanitárias e riscos das armas nucleares”.

02 a 05/MAR – Paris, França. Mobile Learning Week da UNESCO – “Inteligência artificial e inclusão”.

02 a 06/MAR – Genebra, Suíça. 84^a sessão do Comitê dos Direitos da Criança.

02 a 06/MAR – Genebra, Suíça. Pré-sessão do Grupo de Trabalho para a 77^a sessão do Comitê para a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher.

02 a 27/MAR – Genebra, Suíça. 128^a sessão do Comitê de Direitos Humanos.

02 a 27/MAR – Genebra, Suíça. Reunião com os Estados-Membros do Comitê de Direitos Humanos, no âmbito da 128^a sessão.

03/MAR – Genebra, Suíça. Sessão Plenária da Conferência do Desarmamento, Parte I.

03/MAR – Genebra, Suíça. Lançamento do plano “20250 Joint Response Plan” (JRP), para a crise humanitária dos rohingya.

03/MAR – Roma, Itália. Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO). 25^a Reunião do Comitê Gestor da Parceria de Avaliação do Desempenho Ambiental da Pecuária (LEAP).

03/MAR – Genebra, Suíça. Evento sobre a situação humanitária na República Democrática do Congo, organizado pelo Escritório para a Coordenação de Assuntos Humanitários (OCHA).

03/MAR – Genebra, Suíça. Diálogo interativo com Relator Especial sobre venda de crianças, sobre albinismo, direito à alimentação e direitos culturais, no âmbito da 43^a sessão do Conselho de Direitos Humanos.

03 e 04/MAR – Genebra, Suíça. Reunião do Conselho Geral da

Organização Mundial do Comércio (OMC).

04/MAR – Genebra, Suíça. Sessão do 25º Aniversário do Acordo de Regras de Origem da Organização Mundial do Comércio (OMC).

04/MAR – Genebra, Suíça. Diálogo interativo com Relator Especial sobre o terrorismo, com Relator Especial sobre privacidade, Relator Especial sobre os defensores dos direitos humanos, no âmbito da 43ª sessão do Conselho de Direitos Humanos.

04 e 05/MAR – Genebra, Suíça. 77ª Sessão do Comitê de Coordenação da I Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI) dedicada à escolha do Diretor Geral.

05/MAR – Genebra, Suíça. 43ª sessão do Conselho de Direitos Humanos. Diálogo interativo com Relator Especial sobre moradia adequada.

05/MAR – Genebra, Suíça. 43ª sessão do Conselho de Direitos Humanos. Diálogo interativo com Relator Especial sobre moradia. Relatório do IGWG sobre as empresas transnacionais. Relatório sobre reuniões intersessionais da agenda 2030. Relatórios temáticos.

05/MAR – Paris, França. Reunião do grupo preparatório à 209ª sessão do Conselho Executivo da UNESCO.

05/MAR – Genebra. Reunião aberta da Declaração Conjunta sobre Regulamentação Doméstica em Serviços da Organização Mundial do Comércio (OMC).

05/MAR – Genebra. Reunião do Grupo de Ottawa da Organização Mundial do Comércio (OMC).

05 e 06/MAR – Genebra. Reunião do Comitê de Regras de Origem da Organização Mundial do Comércio.

06/MAR – Genebra, Suíça. 43ª sessão do Conselho de Direitos Humanos. Debate geral.

06/MAR – Genebra, Suíça. 43ª sessão do Conselho de Direitos Humanos. Debate anual: Direitos das Pessoas com Deficiência.

06/MAR – Genebra. Reunião de Chefes de Delegação do Grupo Negociador de Regras da Organização Mundial do Comércio (OMC) – Negociação sobre subsídios à pesca.

06/MAR – Genebra. Evento dedicado ao dia Internacional da Mulher na Organização Mundial do Comércio (OMC)

06/MAR – Helsinque, Finlândia. Evento de Promoção da Cachaça, com palestra do Professor Jairo Martins, degustação de cachaça e workshop de caipirinha, no Centro Cultural Brasil-Finlândia.

06/MAR – Roma, Itália. Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO). Dia Internacional da Mulher: “Eu sou da Geração da Igualdade: Concretizando os Direitos das Mulheres”.

07/MAR – Houston, EUA. “Bumba-Meu-Boi: The magical Brazilian Bull”, espetáculo em homenagem à inclusão do Complexo Cultural do Bumba-Meu-Boi na Lista do Patrimônio Cultural Imaterial da Unesco.

Anúncio de formação de governo de transição no Sudão do Sul 02/03/2020

O governo brasileiro saúda o estabelecimento, no último dia 22 de fevereiro, do Governo de Transição no Sudão do Sul, com base no Acordo Revitalizado sobre a Resolução do Conflito no país, assinado em 2018. O

Brasil espera que os anseios de reconciliação e diálogo manifestados pelas partes continuem a pautar a transição política no país, a fim de que o processo que ora se inicia possa conduzir à formação de um governo democrático e representativo dos interesses e das aspirações do povo sul-sudanês.

Ao congratular a Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento (IGAD) e a União Africana pela bem sucedida mediação no processo de paz sul-sudanês, o governo brasileiro reitera seu apoio aos esforços voltados à estabilidade e ao desenvolvimento do Sudão do Sul.

Falecimento do Embaixador Javier Pérez de Cuéllar 05/03/2020

O governo brasileiro tomou conhecimento, com pesar, do falecimento do embaixador Javier Pérez de Cuéllar, ocorrido na noite de ontem, dia 4 de março, em Lima, Peru, com a idade de 100 anos.

Como secretário geral das Nações Unidas (1982-1991), trabalhou, com grande dedicação, para a promoção da paz mundial. Foi, também, presidente do Conselho de Ministros e Ministro das Relações Exteriores do Peru.

No exercício de suas funções públicas, Pérez de Cuéllar muito contribuiu para a amizade entre Brasil e Peru, cujos laços de cooperação têm-se pautado, cada vez mais, pelas aspirações comuns de nossos povos à democracia e à promoção do desenvolvimento econômico e social.

O governo brasileiro solidariza-se com o povo peruano e apresenta ao governo do Peru e à família do embaixador Pérez de Cuéllar suas sentidas condolências.

Declaração Conjunta entre os Governos do Brasil e dos Estados Unidos da América sobre a 5ª Reunião da Comissão Mista Brasil-EUA de Cooperação Científica e Tecnológica Brasília, 6 de março de 2020 06/03/2020

Realizou-se, no Ministério das Relações Exteriores, em Brasília, em 6 de março de 2020, a 5ª Reunião da Comissão Mista Brasil-EUA de Cooperação Científica e Tecnológica (5ª Comista), prevista no Acordo de Cooperação em Ciência e Tecnologia, de 1984, cuja última reunião foi realizada em maio de 2015.

A delegação brasileira que participou da 5ª Comista foi chefiada pelo Ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), Marcos Pontes, e a delegação norte-americana pelo Subsecretário de Comércio para Padrões e Tecnologia e diretor do Instituto Nacional de Padrões e Tecnologia dos EUA, Walter Copan. Representantes de mais de 30 instituições e agências brasileiras e americanas participaram da 5ª Comista. Foram realizadas reuniões entre representantes dos dois países, nas quais foram tratados temas que compreendem desde observação da Terra e educação em ciência, tecnologia, engenharia e matemática (STEM, na sigla em inglês) até manufatura avançada e pesquisa em física de partículas.

O Brasil e os EUA, as duas maiores democracias do Hemisfério Ocidental, possuem sólidas relações políticas, econômicas e de fraternidade entre os dois povos. A parceria bilateral em ciência, tecnologia e inovação tem raízes profundas e consolidadas em valores e princípios comuns, que incluem liberdade de investigação científica, concorrência baseada na

meritocracia, transparência, responsabilidade e reciprocidade. Essa parceria visa a proteção da propriedade intelectual, a garantia de um ambiente inclusivo na área de pesquisa, a promoção da pesquisa científica com base em critérios de precisão, integridade e segurança, e a redução de burocracias. Os dois países ambicionam enfrentar desafios comuns, gerar impactos sociais favoráveis propiciados pela pesquisa e promover avanços em ciência, tecnologia e inovação que efetivamente beneficiem nossas populações.

O Brasil e os EUA se comprometeram a fortalecer a cooperação bilateral em ciência, tecnologia e inovação, especialmente nas áreas de pesquisa e desenvolvimento em saúde, incluindo a cooperação no combate ao coronavírus (COVID-19); manufatura avançada; monitoramento hidrológico; oceanografia; educação com ênfase em STEM; ciência aberta; monitoramento e redução de riscos de desastres naturais; metrologia; e física de partículas. Brasil e EUA já possuem amplos programas na área científica. Juntos, nossos países fortalecerão parcerias entre o setor privado e centros de pesquisa e desenvolvimento, desenvolverão novos modelos de cooperação entre agências de fomento à pesquisa e apoiarão projetos conjuntos de pesquisa.

Ambos países saudaram a entrada em vigor do Acordo de Salvaguardas Tecnológicas (AST), assinado entre o Brasil e os EUA durante a visita do Presidente Jair Bolsonaro a Washington, em março de 2019. O AST é um marco histórico da cooperação espacial entre o Brasil e os EUA, ao permitir o lançamento de satélites e veículos lançadores espaciais de origem norte-americana a

partir do Brasil. O AST criará novas e amplas oportunidades comerciais para o Brasil e os EUA na área de tecnologia espacial avançada, incluindo satélites. Ambos países também acordaram em aprofundar, por meio de mecanismos apropriados, cooperação no setor espacial, incluindo atividades relacionadas à ciência espacial.

Durante a 5ª Comista, os dois países adotaram um Plano de Trabalho em Ciência e Tecnologia para o período de 2020 a 2023, que estabelece as prioridades comuns descritas acima. Também foram firmados acordos de cooperação na área de cooperação científica em Física de Partículas de Alta Energia entre o Fermilab (Laboratório de pesquisa científica do Departamento de Energia dos EUA) e a FAPESP e outro acordo na mesma área entre o Fermilab e a UNICAMP.

Calendário de eventos entre 7 a 14 de março de 2020 06/03/2020

24/FEV a 20/MAR – Genebra, Suíça.
43ª sessão do Conselho de Direitos Humanos.

02 a 27/MAR – Genebra, Suíça. 128ª sessão do Comitê de Direitos Humanos.

02 a 27/MAR – Genebra, Suíça. Reunião com os Estados-Membros do Comitê de Direitos Humanos, no âmbito da 128ª sessão.

03 a 07/MAR – Nova Délhi, Índia. “AAHAR – The International Food & Hospitality Fair”.

08/MAR – Varsóvia, Polônia. Concerto “One Week in Rio”, do duo de violonistas poloneses “Woch & Guzik”, no contexto das celebrações do centenário das relações diplomáticas Brasil-Polônia.

09/MAR – Genebra, Suíça. Reunião regular do Comitê de Orçamento, Finanças e Administração da Organização Mundial do Comércio.

09/MAR – Genebra, Suíça. Reunião do Quad Plus com o Presidente do Sessão Especial do Comitê de Agricultura da Organização Mundial do Comércio sobre resultados em algodão para a MC-12 (Décima Segunda Conferência Ministerial da OMC).

09/MAR – Genebra, Suíça. Reunião informal do Comitê de Agricultura da Organização Mundial do Comércio a respeito da Decisão de Bali sobre Administração de Quotas-Tarifárias.

09/MAR – Genebra, Suíça. Sessão Informal do 41º IGC (Comitê Intergovernamental) sobre Recursos Genéticos, Conhecimentos Tradicionais e Folclore da Organização Mundial da Propriedade Intelectual.

09 a 13/MAR – Genebra, Suíça. 66ª Pré-sessão do Grupo de Trabalho da Comissão de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais.

09 a 13/MAR – Genebra, Suíça. Fórum Global sobre Segurança no Trânsito, realizado pelo Comitê de Transporte Terrestre.

09/MAR – Genebra, Suíça. 43ª sessão do Conselho de Direitos Humanos. Diálogo interativo com Relator Especial sobre Myanmar, Comissão de Inquérito sobre o Sudão do Sul, Relator Especial sobre a República Islâmica do Irã e Comissão de inquérito sobre o Burundi.

09 a 11/MAR – Genebra, Suíça. 33ª sessão da Aliança Global das Instituições Nacionais de Direitos Humanos.

10/MAR – Genebra, Suíça. Reunião do Comitê de Salvaguardas da Organização Mundial do Comércio

10/MAR – Genebra, Suíça. Sessão Plenária da Conferência do Desarmamento – Parte I

10/MAR – Genebra, Suíça. 43ª sessão do Conselho de Direitos Humanos. Diálogo interativo com a Comissão de Inquérito sobre Burundi, Comissão de inquérito sobre República Árabe da Síria e atualização oral da Alta Comissária para Direitos Humanos sobre a Venezuela, seguida de debate geral.

10 e 11/MAR – Genebra, Suíça. Sessão do Grupo de Trabalho do Acordo de Lisboa da OMPI (Organização Mundial da Propriedade Intelectual).

10 a 12/MAR – Genebra, Suíça. Fórum Mundial para Harmonização dos Regulamentos de Veículos, realizado pelo Comitê de Transporte Terrestre.

10 a 12/MAR – Genebra, Suíça. Comitê Permanente do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR).

11/MAR – Genebra, Suíça. 43ª sessão do Conselho de Direitos Humanos. Diálogo interativo com Relator Especial sobre minorias, relatórios do Fórum sobre questões minoritárias e sobre o Fórum Social. Relatório sobre a contribuição do Conselho de Direitos Humanos para a prevenção. Relatório anual do presidente do Comitê de Coordenação dos Procedimentos Especiais.

11 e 12/MAR – Genebra, Suíça. Reunião de Chefes de Delegação do Grupo Negociador de Regras da Organização Mundial do Comércio – Negociação sobre subsídios à pesca.

11 e 13/MAR – Genebra, Suíça. Reunião do Órgão de Revisão de Políticas Comerciais da Organização Mundial do Comércio – Austrália.

12/MAR – Genebra, Suíça. Sessão Informal do 43º SCT (Comitê Permanente de Marcas, Desenhos Industriais e Indicações Geográficas) da OMPI (Organização Mundial da Propriedade Intelectual

12/MAR – Genebra, Suíça. Reunião “Strategic Heritage Plan”, realizada pelo Conselho Consultivo.

12 e 13/MAR – Genebra, Suíça. Resultados da Reunião Periódica Anual: Itália, El Salvador, Gâmbia, Bolívia, Fiji, San Marino, Cazaquistão, Angola, Irã, Madagascar, Iraque, Eslovênia, Egito e Bósnia e Herzegovina.

12 e 13/MAR – Genebra, Suíça. Reuniões sobre Facilitação de Investimentos para o Desenvolvimento da Organização Mundial do Comércio.

12 a 15/MAR – Hyderabad, Índia. Exposição e Conferência Internacional sobre Aviação Civil (“Wings India 2020”).

13/MAR – Genebra, Suíça. 43ª sessão do Conselho de Direitos Humanos. Debate sobre Discriminação Racial.

13 e 14/MAR – Houston, EUA. Recital com os pianistas Diego Caetano e Kawai Shigeru.

Atentado à Embaixada dos Estados Unidos na Tunísia 06/03/2020

O governo brasileiro condena veementemente o ataque terrorista ocorrido hoje, 6 de março, em frente à embaixada dos Estados Unidos na Tunísia, que resultou na morte de um policial e em oito feridos.

Ao reiterar seu repúdio a todo ato de terrorismo, independentemente de sua motivação, o governo brasileiro manifesta condolências aos familiares da vítima, votos de plena recuperação aos feridos e solidariedade aos povos e aos governos da Tunísia e dos Estados Unidos.

Declaração Conjunta do Presidente Jair Bolsonaro e do Presidente Donald J. Trump 08/03/2020

Hoje, o Presidente Jair Bolsonaro e o Presidente Donald J. Trump reafirmaram a aliança estratégica entre o Brasil e os Estados Unidos, aprofundando a parceria entre os seus dois países. Os dois líderes concentraram-se no aumento da prosperidade econômica, no fortalecimento da democracia e na promoção da paz e da segurança.

O Presidente Bolsonaro e o Presidente Trump reiteraram o apoio de seus países à democracia na região, incluindo apoio ao presidente interino da Venezuela, Juan Guaidó, e à Assembleia Nacional da Venezuela democraticamente eleita, em seu trabalho para restaurar a ordem constitucional na Venezuela. Os dois líderes também discutiram o apoio aos esforços da Bolívia para a realização de eleições livres e justas.

O Presidente Bolsonaro e o Presidente Trump reiteraram seu compromisso com a paz e a prosperidade no Oriente Médio, e o Presidente Bolsonaro elogiou a visão dos EUA para a coexistência pacífica entre o Estado de Israel e um Estado palestino.

Como líderes das duas maiores economias do hemisfério, o Presidente Bolsonaro e o Presidente Trump destacaram os potenciais benefícios da ampliação das relações econômicas

bilaterais para trabalhadores e empresas brasileiros e norte-americanos. Com esse propósito, instruíram seus negociadores de comércio a aprofundar discussões para um pacote bilateral de comércio este ano, visando à intensificação da parceria econômica entre os seus dois países.

Os dois líderes também discutiram acelerar a participação do Brasil no programa de Operadores Econômicos Autorizados, que agilizará o comércio entre os dois países ao garantir a segurança dos bens importados, com objetivo de entrada no programa em 2021.

O Presidente Trump reiterou o apoio dos Estados Unidos ao início do processo de acesso do Brasil à Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) e exorta seus parceiros na OCDE a trabalhar em conjunto com os Estados Unidos para esse objetivo, que ajudará o crescimento da economia brasileira e o aumento de sua competitividade.

Os dois líderes registraram que suas equipes estão avançando em outras áreas de cooperação bilateral, inclusive a colaboração em pesquisa e desenvolvimento militar e a assinatura de um memorando de entendimento no âmbito do programa América Cresce, para estimular o desenvolvimento econômico no hemisfério. Eles também enalteceram outras áreas de cooperação em curso, tais como os setores aeroespacial, de ciência e tecnologia, saúde e inovação.

Os dois presidentes também discutiram a Iniciativa Um Trilhão de Árvores, um esforço que visa ao replantio, combate à degradação e melhor proteção de um trilhão de árvores em todo o mundo até 2050, por meio de ações coletivas de todos os setores da sociedade. Os dois

líderes também saudaram a assinatura do Plano de Trabalho Brasil-Estados Unidos para Ciência e Tecnologia 2020-2023 como um instrumento fundamental para a pesquisa conjunta e promoção de novas tecnologias.

Tentativa de assassinato do primeiro-ministro do Sudão 11/03/2020

O governo brasileiro condena a tentativa de assassinato do primeiro-ministro do Sudão, Abdalla Hamdok, em atentado perpetrado em 9 de março, em Cartum.

Ao manifestar seu repúdio a todo ato de terrorismo, independentemente de sua motivação, o Brasil expressa sua solidariedade com o povo sudanês e reitera seu apoio ao governo civil de transição no Sudão.

Declaração presidencial do PROSUL sobre ações conjuntas para enfrentar a pandemia do coronavírus 17/03/2020

Os Chefes de Estado e Altos Representantes da República Federativa do Brasil, da República do Chile, da República da Colômbia, da República do Equador, da República do Paraguai e da República do Peru, bem como do Estado Plurinacional da Bolívia, em sua qualidade de Estado observador, participaram de uma videoconferência presidida pelo Chile, na qualidade de Presidente Pro Tempore do PROSUL, na segunda-feira, 16 de março de 2020. Nesse contexto, os líderes e altos funcionários;

Preocupados com a expansão da cepa de coronavírus (COVID-19) e sua propagação vertiginosa na região; e

considerando que o novo vírus foi classificado pelo Diretor-Geral da Organização Mundial da Saúde (OMS) como uma pandemia global, sendo que este exortou os países a aumentar as ações de mitigação, prevenção de contágio, bem como as ações voltadas ao cuidado com as pessoas.

Analizando as consequências sanitárias, sociais e econômicas da pandemia, seu impacto no contexto regional e os esforços que a luta contra o COVID-19 exigirá a médio e longo prazo, que deverão concentrar-se no bem-estar dos cidadãos.

Reconhecendo que a atenção a essa situação exigirá esforços de médio e longo prazo focados no bem-estar dos cidadãos.

Conscientes do desafio representado pela nova pandemia e da conveniência de se coordenarem ações e de fortalecer a cooperação regional para enfrentar esse desafio de forma concertada, ágil, efetiva e eficiente; **DECLARAMOS NOSSA VONTADE DE:**

1. Adotar critérios para a tomada de decisões no gerenciamento da emergência causada pelo coronavírus, compartilhando diagnósticos confiáveis e informações epidemiológicas sobre o vírus.
2. Promover a elaboração e implementação de políticas, planos e ações que facilitem o trânsito e o retorno dos nacionais dos Estados da região a seus países de residência ou origem, para os quais devem trabalhar em estreita coordenação os ministérios do Interior, Relações Exteriores, Saúde, Transporte e outras instituições competentes, dentro de um marco de concertação e com pleno respeito à soberania e ao sistema jurídico vigente em cada país.
3. Trocar periodicamente informações sobre a evolução de medidas com impacto no transporte aéreo, terrestre e marítimo, especialmente no que se refere à suspensão de voos e outras medidas que restrinjam ou afetem a mobilidade das pessoas.
4. Evitar que as medidas adotadas possam ter um impacto negativo sobre a livre circulação de bens, especialmente aqueles necessários ou indispensáveis aos cuidados de saúde.
5. Trocar informações sobre experiências, campanhas e materiais que contribuam para a criação de políticas públicas e a adoção de medidas de mitigação para impedir a propagação da epidemia e ajudar a combater notícias falsas e especulações que gerem inquietação social.
6. Estabelecer medidas de coordenação com vistas a compras conjuntas de insumos médicos, no âmbito da Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), especialmente no que diz respeito a insumos para diagnóstico e para as equipes de saúde.
7. Coordenarmo-nos com os organismos financeiros regionais, como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o Banco de Desenvolvimento da América Latina (CAF), medidas de auxílio econômico para enfrentar a crise.
8. Manter contato permanente, por meio de canais oficiais, para a avaliação das medidas acordadas e/ou para a formulação de outras medidas necessárias, criando um Grupo Ad Hoc para acompanhamento e coordenação

dos temas tratados nesta declaração.

Declaração presidencial do PROSUL sobre ações conjuntas para enfrentar a pandemia do coronavírus

[Repetição da nota nº 43 para inclusão da República Oriental do Uruguai]

Os Chefes de Estado e Altos Representantes da República Federativa do Brasil, da República do Chile, da República da Colômbia, da República do Equador, da República do Paraguai e da República do Peru, bem como do Estado Plurinacional da Bolívia, em sua qualidade de Estado observador, e da República Oriental do Uruguai, convidada especialmente para esta ocasião, participaram de uma videoconferência presidida pelo Chile, na qualidade de Presidente Pro Tempore do PROSUL, na segunda-feira, 16 de março de 2020. Nesse contexto, os líderes e altos funcionários;

Preocupados com a expansão da cepa de coronavírus (COVID-19) e sua propagação vertiginosa na região; e considerando que o novo vírus foi classificado pelo Diretor-Geral da Organização Mundial da Saúde (OMS) como uma pandemia global, sendo que este exortou os países a aumentar as ações de mitigação, prevenção de contágio, bem como as ações voltadas ao cuidado com as pessoas.

Analizando as consequências sanitárias, sociais e econômicas da pandemia, seu impacto no contexto regional e os esforços que a luta contra o COVID-19 exigirá a médio e longo prazo, que deverão concentrar-se no bem-estar dos cidadãos.

Reconhecendo que a atenção a essa situação exigirá esforços de médio e longo prazo focados no bem-estar dos cidadãos.

Conscientes do desafio representado pela nova pandemia e da conveniência de se coordenarem ações e de fortalecer a cooperação regional para enfrentar esse desafio de forma concertada, ágil, efetiva e eficiente;
DECLARAMOS NOSSA VONTADE DE:

1. Adotar critérios para a tomada de decisões no gerenciamento da emergência causada pelo coronavírus, compartilhando diagnósticos confiáveis e informações epidemiológicas sobre o vírus.
2. Promover a elaboração e implementação de políticas, planos e ações que facilitem o trânsito e o retorno dos nacionais dos Estados da região a seus países de residência ou origem, para os quais devem trabalhar em estreita coordenação os ministérios do Interior, Relações Exteriores, Saúde, Transporte e outras instituições competentes, dentro de um marco de concertação e com pleno respeito à soberania e ao sistema jurídico vigente em cada país.
3. Trocar periodicamente informações sobre a evolução de medidas com impacto no transporte aéreo, terrestre e marítimo, especialmente no que se refere à suspensão de voos e outras medidas que restrinjam ou afetem a mobilidade das pessoas.
4. Evitar que as medidas adotadas possam ter um impacto negativo sobre a livre circulação de bens, especialmente aqueles necessários ou indispensáveis aos cuidados de saúde.

5. Trocar informações sobre experiências, campanhas e materiais que contribuam para a criação de políticas públicas e a adoção de medidas de mitigação para impedir a propagação da epidemia e ajudar a combater notícias falsas e especulações que gerem inquietação social.
6. Estabelecer medidas de coordenação com vistas a compras conjuntas de insumos médicos, no âmbito da Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), especialmente no que diz respeito a insumos para diagnóstico e para as equipes de saúde.
7. Coordenarmo-nos com os organismos financeiros regionais, como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o Banco de Desenvolvimento da América Latina (CAF), medidas de auxílio econômico para enfrentar a crise.
8. Manter contato permanente, por meio de canais oficiais, para a avaliação das medidas acordadas e/ou para a formulação de outras medidas necessárias, criando um Grupo Ad Hoc para acompanhamento e coordenação dos temas tratados nesta declaração.

Nota à Imprensa 19/03/2020

Como resultado de gestões conjuntas do Itamaraty, do Ministério do Turismo e da ANAC junto ao governo peruano e a companhias aéreas, informamos sobre a realização de voos especiais a Lima, amanhã, 20 de março, com o objetivo de repatriar brasileiros que se encontram retidos no Peru em decorrência do surto de coronavírus.

A Embaixada do Brasil em Lima coordena a operação no local, em conjunto com a LATAM e a Gol.

Declaração dos Presidentes do MERCOSUL sobre coordenação regional para a contenção e mitigação do coronavírus e seu impacto 19/03/2020

Os Chefes de Estado e Altos Representantes da República Federativa do Brasil, da República do Paraguai, da República Oriental do Uruguai e da República Argentina, no marco de uma reunião virtual convocada pela Presidência Pro Tempore paraguaia do Mercosul,

CONSIDERANDO

Que a pandemia causada pelo COVID-19 não respeita fronteiras, exigindo coordenação regional eficiente e permanente, com base em boas práticas baseadas em evidências científicas e em diretrizes e orientações emitidas pelas organizações competentes.

Que os Estados Partes tomaram medidas de prevenção e contenção que buscam minimizar a propagação da doença e adotar planos estratégicos capazes de responder a situações causadas pelo movimento de pessoas e de bens, pelo trânsito e transporte, pela produção e comércio, economia e finanças públicas, bem como em outros setores.

Que é necessário criar espaços multissetoriais de coordenação regional, que tratem desse problema com uma perspectiva estratégica e solidária, colocando os cidadãos no centro dos esforços coletivos,

DECLARAM SUA VONTADE DE

1. Facilitar o retorno de cidadãos e residentes dos Estados Partes no

- MERCOSUL para seus locais de origem ou residência, para o que realizarão um intercâmbio periódico de listas de pessoas que manifestaram vontade de retornar. Os Ministérios das Relações Exteriores e os responsáveis por imigração e transporte realizarão tarefas de coordenação para tornar efetiva essa medida. No caso de Estados que possuem companhias aéreas nacionais em atividade, os respectivos governos administrarão as operações de retorno, de acordo com suas possibilidades.
2. Levar em consideração as especificidades próprias das comunidades residentes nas áreas de fronteira no processo de planejamento e execução de medidas aplicáveis à circulação de bens, serviços e pessoas, a fim de reduzir seu impacto nas referidas comunidades.
 3. Notificar os demais Estados Partes das medidas que foram adotadas ou serão adotadas para as fronteiras. Os Ministérios das Relações Exteriores podem estabelecer um sistema de compilação, organização e difusão.
 4. Identificar e promover a remoção de obstáculos que dificultem ou impeçam a circulação de bens e serviços e estudar medidas cuja adoção leve à agilização do trânsito e transporte de insumos e produtos de primeira necessidade, incluindo os necessários para alimentação, higiene e cuidados com a saúde.
 5. Avaliar a conveniência, oportunidade e possibilidade de redução das tarifas aplicadas aos produtos e insumos destinados à prevenção de doenças e assistência à saúde, no contexto da emergência sanitária causada pelo Covid-19.
 6. Providenciar para que os Ministros das Relações Exteriores, Saúde, Interior/Segurança organizem reuniões virtuais periódicas por setor, nas quais compartilharão informações, boas práticas e coordenarão ações em áreas de interesse comum.
 7. Convocar organizações multilaterais de crédito, em particular o BID, CAF e FONPLATA, para avaliar conjuntamente linhas de ação que contribuam para enfrentar efetivamente os desafios decorrentes do combate à disseminação do coronavírus e suas consequências nos Estados Partes da MERCOSUL.

Reeleição de Luis Almagro como Secretário-Geral da Organização dos Estados Americanos (OEA) 20/03/2020

O Governo brasileiro registra, com satisfação, a reeleição de Luis Almagro como Secretário-Geral da Organização dos Estados Americanos, para mandato de cinco anos (2020-2025). A reeleição se deu por 23 votos a 10 no pleito realizado hoje, em Washington, durante a 54ª Assembleia-Geral Extraordinária da OEA.

Luis Almagro é diplomata e político uruguai, com sólido conhecimento e comprovada experiência em temas hemisféricos. Ao longo de seu primeiro mandato como Secretário-Geral (2015-2020), teve atuação fundamental na promoção da democracia no continente.

A candidatura de Almagro foi apoiada pelo Brasil desde o início do governo do Presidente Jair Bolsonaro.

O Governo brasileiro aproveita a oportunidade para reafirmar sua disposição de seguir trabalhando, em estreita cooperação com a Secretaria-Geral da OEA, em prol da defesa da democracia, da segurança, dos direitos humanos e do desenvolvimento nas Américas.

Repatriação de brasileiros retidos no Peru - Nota conjunta do Ministério das Relações Exteriores e do Ministério da Defesa
24/03/2020

Duas aeronaves C-130 (Hércules) da Força Aérea Brasileira decolaram, nesta terça-feira (24) de manhã, do Rio de Janeiro e de Belém, rumo a Cuzco (Peru), a fim de resgatar brasileiros que se encontram isolados naquela cidade.

A operação, determinada pelo Presidente da República Jair Bolsonaro, é uma ação coordenada entre o Ministério da Defesa e o Ministério das Relações Exteriores.

O primeiro C-130 da FAB, que decolou do Rio de Janeiro, faz escala em Porto Velho antes de pousar em Cuzco.

Já o segundo C-130 da FAB decolou, nesta terça-feira, de Belém para Porto Velho. Na quarta-feira (25) de manhã, irá para Cuzco.

As aeronaves têm previsão de chegada ao Brasil na quinta-feira (26) à noite, após, aproximadamente, 16 horas de voo.

A operação resgatará os brasileiros identificados pela Embaixada do Brasil e que não puderam retornar por outros meios.

Vale ressaltar que também estão previstos voos comerciais partindo de

Cuzco e de Lima. Os brasileiros interessados em embarcar nesses voos devem seguir as orientações da Embaixada, publicadas no perfil: <https://www.facebook.com/Embajadadebrasilperu/>

O Itamaraty segue em contato com as autoridades peruanas e companhias aéreas sobre a retirada dos brasileiros retidos no Peru e recomenda que os interessados acompanhem as informações no endereço eletrônico acima.

Comunicado conjunto Brasil-Chile para facilitação do trânsito de seus nacionais
25/03/2020

Num espírito de colaboração e reafirmando os laços sólidos e históricos que unem a República Federativa do Brasil e a República do Chile, ambos governos vêm coordenando esforços para facilitar o retorno de cidadãos brasileiros e chilenos a seus respectivos países, no contexto da desarticulação do tráfego aéreo devido à pandemia internacional do coronavírus.

Para enfrentar essa situação excepcional, os governos do Brasil e do Chile acordaram:

- 1) Os cidadãos chilenos e estrangeiros residentes em trânsito internacional podem entrar no Brasil, desde que não saiam da área internacional do aeroporto;
- 2) Os cidadãos brasileiros e estrangeiros residentes em trânsito internacional podem entrar no Chile, desde que não saiam da área internacional do aeroporto;
- 3) Com base na cooperação e na reciprocidade, ambos governos manterão a coordenação para ampliar as facilidades aplicáveis aos casos em

que sejam necessárias para eventuais voos de repatriação por eles organizados, com vistas ao retorno de seus nacionais ao território de seus respectivos países.

Chegam ao Brasil vôos da FAB com nacionais repatriados do Peru - Nota conjunta do Ministério das Relações Exteriores e do Ministério da Defesa 25/03/2020

Pousaram, na tarde desta quarta-feira (25), em Porto Velho (RO), as duas aeronaves C-130 (Hércules) da Força Aérea Brasileira, que realizaram o resgate de 66 brasileiros que se encontravam retidos em Cuzco, no Peru.

Na capital rondoniense, os aviões cumpriram pouso técnico, sem desembarque de passageiros, e seguiram para São Paulo.

Determinada pelo Presidente da República, Jair Bolsonaro, a Operação é uma ação coordenada entre o Ministério da Defesa e o Ministério das Relações Exteriores.

O governo brasileiro, por meio da rede diplomática e consular do Itamaraty, segue acompanhando a situação dos viajantes brasileiros no exterior e está trabalhando para permitir a repatriação de todos.

Cúpula extraordinária dos líderes do G20 - Declaração sobre COVID-19 26/03/2020

A pandemia sem precedentes do COVID-19 é um lembrete poderoso de nossa interconectividade e vulnerabilidade. O vírus não respeita fronteiras. O combate a esta pandemia exige uma resposta global com espírito de solidariedade, que seja

transparente, robusta, coordenada, de larga escala e baseada na ciência. Estamos fortemente comprometidos a apresentar uma frente unida contra essa ameaça comum.

Estamos profundamente tristes com a trágica perda de vidas e o sofrimento enfrentado pelas pessoas em todo o mundo. Enfrentar a pandemia e seus impactos interligados nas áreas de saúde, social e econômica é nossa prioridade absoluta. Expressamos nossa gratidão e apoio a todos os profissionais de saúde na linha de frente, enquanto continuamos a combater a pandemia.

O G20 está comprometido a fazer o que for necessário para superar a pandemia, juntamente com a Organização Mundial da Saúde (OMS), o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Grupo Banco Mundial, a Organização das Nações Unidas (ONU) e outras organizações internacionais, trabalhando dentro de seus mandatos existentes. Estamos determinados a não poupar esforços, individuais ou coletivos, para:

- Proteger vidas;
- Salvaguardar os empregos e a renda das pessoas;
- Restaurar a confiança, preservar a estabilidade financeira, reativar o crescimento e recuperar-se mais forte;
- Minimizar interrupções no comércio e nas cadeias de suprimentos globais;
- Prestar ajuda a todos os países que precisem de assistência;
- Coordenar medidas de saúde pública e financeiras.

Luta contra a pandemia

Comprometemo-nos a tomar todas as medidas de saúde necessárias e buscar garantir financiamento adequado para conter a pandemia e proteger as

pessoas, especialmente as mais vulneráveis. Compartilharemos informações oportunas e transparentes; trocaremos dados epidemiológicos e clínicos; compartilharemos materiais necessários para pesquisa e desenvolvimento; e fortaleceremos os sistemas de saúde em todo o mundo, inclusive por meio do apoio à plena implementação do Regulamento Sanitário Internacional da OMS (RSI 2005). Expandiremos a capacidade manufatureira para atender às crescentes necessidades de suprimentos médicos e garantiremos que tais insumos sejam disponibilizados a preço acessível de forma ampla e equitativa, onde forem mais necessários e o mais rapidamente possível. Ressaltamos a importância da comunicação responsável com o público durante esta crise global de saúde. Encarregamos nossos Ministros da Saúde de se reunirem, conforme necessário, para compartilhar as melhores práticas nacionais e desenvolver um conjunto de ações urgentes do G20 para combater conjuntamente a pandemia até a sua reunião ministerial em abril.

Apoiamos totalmente e nos comprometemos a fortalecer ainda mais o mandato da OMS na coordenação da luta internacional contra a pandemia, incluindo a proteção dos profissionais de saúde da linha de frente e a entrega de suprimentos médicos, em especial kits de diagnóstico, tratamentos, medicamentos e vacinas. Reconhecemos a necessidade de ações urgentes de curto prazo para intensificar os esforços globais para combater a crise do COVID-19. Trabalharemos rapidamente juntos e com as partes interessadas para reduzir a lacuna de financiamento no Plano Estratégico de Preparo e Resposta da OMS. Comprometemo-nos ainda a fornecer, voluntariamente, recursos

immediatos ao Fundo de Resposta de Solidariedade COVID-19 da OMS, à Coalizão de Preparo e Inovação para Epidemias (CEPI) e à GAVI, a Aliança Global pra as Vacinas. Apelamos a todos os países, organizações internacionais, setor privado, filantropia e indivíduos a contribuírem para esses esforços.

Para salvaguardar o futuro, comprometemo-nos a fortalecer as capacidades nacionais, regionais e globais para responder a possíveis surtos de doenças infecciosas, aumentando substancialmente nossos gastos com preparação para epidemias. Isso aumentará a proteção de todos, especialmente grupos vulneráveis que são desproporcionalmente afetados por doenças infecciosas. Comprometemo-nos ainda a trabalharmos juntos para aumentar o financiamento de pesquisa e desenvolvimento para vacinas e medicamentos, alavancar tecnologias digitais e fortalecer a cooperação científica internacional. Reforçaremos nossa coordenação, inclusive com o setor privado, em direção ao rápido desenvolvimento, fabricação e distribuição de diagnósticos, medicamentos antivirais e vacinas, aderindo aos objetivos de eficácia, segurança, equidade, acessibilidade e acessibilidade.

Rogamos à OMS, em cooperação com organizações relevantes, que avalie lacunas na preparação para pandemia e relate os resultados em uma reunião conjunta de Ministros de Finanças e Saúde nos próximos meses, com o objetivo de estabelecer uma iniciativa global sobre preparação e resposta a pandemia. Essa iniciativa se beneficiará de programas preexistentes para alinhar prioridades na preparação global e funcionará como uma plataforma universal, eficiente e sustentável de financiamento e coordenação para acelerar o

desenvolvimento e a entrega de vacinas, diagnósticos e tratamentos.

Salvaguardando a economia global

Comprometemo-nos a fazer o que for preciso e a usar todas as ferramentas políticas disponíveis para minimizar os danos econômicos e sociais decorrentes da pandemia, restaurar o crescimento global, manter a estabilidade do mercado e fortalecer a resiliência.

Atualmente, estamos adotando medidas imediatas e vigorosas para apoiar nossas economias; proteger trabalhadores, empresas - especialmente micro, pequenas e médias empresas - e os setores mais afetados; e amparar os vulneráveis com proteção social adequada. Estamos injetando mais de 4.8 trilhões de dólares na economia global, como parte de medidas econômicas e fiscais específicas e de esquemas de garantia para combater os impactos sociais, econômicos e financeiros da pandemia.

Continuaremos a administrar apoio fiscal ousado e em larga escala. A ação coletiva do G20 ampliará seu impacto, garantirá coerência e aproveitará sinergias. A magnitude e o alcance dessa resposta recuperarão a economia global e estabelecerão uma base sólida para a proteção dos empregos e a recuperação do crescimento. Solicitamos que nossos Ministros das Finanças e governadores de Bancos Centrais se oordenem regularmente para desenvolver um plano de ação coordenado pelo G20 em resposta ao COVID-19 e trabalhem em estreita colaboração com organizações internacionais para fornecer rapidamente a assistência financeira internacional apropriada.

Apoiamos as medidas extraordinárias adotadas pelos Bancos Centrais, consistentes com seus mandatos.

Banco Centrais atuaram para apoiar o fluxo de crédito para famílias e empresas; promover a estabilidade financeira; e aumentar a liquidez nos mercados globais. Congratulamo-nos com a extensão das linhas de swap que nossos bancos centrais estabeleceram. Também apoiamos medidas regulatórias e de supervisão adotadas para garantir que o sistema financeiro continue apoiando a economia e saudamos a coordenação de tais medidas anunciada pelo Conselho de Estabilidade Financeira (FSB).

Saudamos também as medidas adotadas pelo FMI e pelo Banco Mundial para apoiar países necessitados, fazendo máximo uso de todos os instrumentos disponíveis como parte de uma resposta global coordenada, e solicitamos que atualizem regularmente o G20 sobre os impactos da pandemia, sua resposta e recomendações de políticas. Continuaremos a responder aos riscos de vulnerabilidade por dívida decorrentes da pandemia em países de baixa renda. Também pedimos à Organização Internacional do Trabalho (OIT) e à Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) que monitorem o impacto da pandemia no emprego.

Respondendo às interrupções do comércio internacional

Tendo em conta as necessidades de nossos cidadãos, trabalharemos para garantir o fluxo transfronteiriço de suprimentos médicos vitais, produtos agrícolas essenciais e outros bens e serviços e trabalharemos para solucionar as interrupções nas cadeias globais de suprimentos, para apoiar a saúde e o bem-estar de todas as pessoas.

Comprometemo-nos a continuar trabalhando juntos para facilitar o comércio internacional e coordenar as respostas de maneira a evitar

interferências desnecessárias no tráfego e no comércio internacional. As medidas de emergência destinadas a proteger a saúde serão específicas, proporcionais, transparentes e temporárias. Encarregamos nossos Ministros do Comércio de avaliar o impacto da pandemia no comércio.

Reiteramos nosso objetivo de criar um ambiente de comércio e investimento que seja livre, justo, não discriminatório, transparente, previsível e estável, e de manter nossos mercados abertos.

Aprimorando a cooperação global

Trabalharemos rápida e decisivamente com organizações internacionais na linha de frente, especialmente a OMS, o FMI, o Banco Mundial e os bancos multilaterais e regionais de desenvolvimento, a fim de adotar um pacote financeiro robusto, coerente, coordenado e rápido e de solucionar quaisquer lacunas em seus instrumentos de políticas. Estamos prontos para fortalecer as redes de segurança financeira global. Conclamamos todas essas organizações a intensificar ainda mais a coordenação de suas ações, inclusive com o setor privado, para apoiar os países emergentes e em desenvolvimento que enfrentem choques decorrentes da COVID-19 nas áreas de saúde, econômica e social.

Estamos profundamente preocupados com os sérios riscos enfrentados por todos os países, particularmente países em desenvolvimento e de menor desenvolvimento relativo, notadamente na África e pequenos Estados insulares, onde os sistemas de saúde e as economias podem ser menos capazes de lidar com o desafio, bem como com o especial risco que correm os refugiados e os deslocados. Fortaleceremos a capacitação e a assistência técnica, especialmente às

comunidades em risco. Estamos prontos para mobilizar o financiamento ao desenvolvimento e à assistência humanitária.

Encarregamos nossos funcionários de alto nível pertinentes de coordenar estreitamente o apoio aos esforços globais para combater os impactos da pandemia, inclusive por meio de medidas proporcionais de gerenciamento de fronteiras que estejam de acordo com regulamentos nacionais, e de fornecer assistência sempre que necessário para repatriar cidadãos.

Valorizamos os esforços para salvaguardar a saúde de nosso povo por meio do adiamento de grandes eventos públicos, em particular a decisão do Comitê Olímpico Internacional de reagendar os Jogos Olímpicos para data não posterior ao verão de 2021. Felicitamos a determinação do Japão de sediar os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de Tóquio 2020 em sua totalidade como um símbolo da resiliência humana.

Estamos prontos para reagir prontamente e tomar qualquer outra ação que possa ser necessária. Expressamos nossa disposição de nos reunirmos novamente, conforme a situação exigir. Ação internacional, solidariedade e cooperação internacional são mais do que nunca necessárias para lidar com essa pandemia. Estamos confiantes de que, trabalhando em conjunto, vamos superar isso. Protegeremos a vida humana, restabeleceremos a estabilidade econômica mundial e estabeleceremos bases sólidas para um crescimento forte, sustentável, equilibrado e inclusivo.

Declaração dos Ministros de Comércio e Investimentos do G20 - 30 de março de 2020 30/03/2020

Nós, Ministros do Comércio e de Investimentos do G20 e países convidados, estamos profundamente entristecidos com a devastadora tragédia humana causada pela propagação do COVID-19. A pandemia é um desafio global e requer uma resposta global coordenada. Os Líderes do G20, após sua Reunião Extraordinária realizada em 26 de março de 2020, comprometeram-se a "apresentar uma frente unida contra essa ameaça comum". Agora, mais do que nunca, é o momento de a comunidade internacional intensificar a cooperação e a coordenação para proteger a vida humana e lançar as bases para uma forte recuperação econômica e um crescimento sustentável, equilibrado e inclusivo após essa crise.

Começamos a monitorar e avaliar o impacto da pandemia no comércio, de acordo com a tarefa que nos foi confiada por nossos Líderes.

Estamos trabalhando ativamente para garantir o contínuo fluxo transfronteiriço de suprimentos e equipamentos médicos vitais, produtos agrícolas essenciais, bem como outros bens e serviços essenciais para apoiar a saúde de nossos cidadãos. De modo compatível com exigências nacionais, tomaremos medidas imediatas que se façam necessárias para facilitar o comércio desses bens essenciais. Apoaremos a disponibilidade de suprimentos médicos e farmacêuticos essenciais e o acesso a eles a um preço acessível, de forma equitativa, onde forem mais necessários e da forma mais rápida possível, inclusive estimulando a produção adicional por meio de incentivos e investimentos direcionados, de acordo com as

circunstâncias nacionais. Nós nos protegeremos contra lucros e aumentos injustificados de preços.

Estamos preocupados com o impacto da COVID-19 nos países em desenvolvimento e de menor desenvolvimento relativo vulneráveis, notadamente na África, e nos pequenos Estados insulares. Também estamos preocupados com os tremendos desafios que confrontam os trabalhadores e as empresas, especialmente os mais vulneráveis. Garantiremos que nossa resposta coletiva apoie as micro, pequenas e médias empresas e reconhecemos a importância de fortalecer o investimento internacional.

Concordamos que as medidas de emergência projetadas para combater a COVID-19, se necessárias, devem ser específicas, proporcionais, transparentes e temporárias, e que não devem criar barreiras desnecessárias ao comércio ou causar a interrupção das cadeias globais de suprimentos e que sejam compatíveis com as regras da OMC.

Implementaremos essas medidas mantendo o princípio da solidariedade internacional, considerando a evolução das necessidades de outros países por suprimentos de emergência e assistência humanitária. Enfatizamos a importância da transparência no atual ambiente e nosso compromisso de notificar à OMC quaisquer medidas comerciais adotadas, as quais permitirão que as cadeias globais de suprimentos continuem funcionando nesta crise, além de acelerar a recuperação que se seguirá.

À medida que combatemos a pandemia, individual e coletivamente, e buscamos mitigar seus impactos no comércio e no investimento internacional, continuaremos a trabalhar juntos para oferecer um

ambiente comercial e de investimentos que seja livre, justo, não discriminatório, transparente e previsível e para manter nossos mercados abertos.

Asseguraremos a tranquila e contínua operação das redes de logística que servem como espinha dorsal das cadeias globais de suprimentos. Exploraremos formas de manter abertas as redes de logística pelas vias aérea, marítima e terrestre, bem como formas de facilitar o movimento essencial de profissionais de saúde e empresários através das fronteiras, sem comprometer os esforços para impedir a propagação do vírus.

Continuaremos a monitorar e avaliar o impacto da pandemia no comércio. Conclamamos as organizações internacionais a preparar uma análise aprofundada do impacto do COVID-19 no comércio mundial, no investimento e nas cadeias globais de valor. Continuaremos a trabalhar com eles para adotar enfoques coordenados, coletar e compartilhar boas práticas para facilitar o fluxo de bens e serviços essenciais.

Nós nos reuniremos novamente conforme necessário e instruímos o Grupo de Trabalho de Comércio e Investimento do G20 a tratar atentamente dessas questões e a identificar propostas de ações adicionais que possam ajudar a aliviar o amplo impacto da COVID-19, bem como ações de longo prazo que devam ser tomadas para apoiar o sistema multilateral de comércio e acelerar a recuperação econômica. A próxima presidência italiana do G20 (2021) está comprometida a continuar prestando a máxima atenção ao ambiente de comércio internacional nas discussões acerca de ações de longo prazo.

Proposta de Moldura Institucional para a Transição Democrática na Venezuela 01/04/2020

O governo brasileiro, após tomar conhecimento da proposta de uma Moldura Institucional para a Transição Democrática na Venezuela, apresentada em 31/3, pelo governo dos Estados Unidos da América, expressa sua coincidência com os objetivos da proposta e a apoia como instrumento capaz de contribuir para o restabelecimento da democracia na Venezuela.

2. De maneira convergente com a proposta, o governo brasileiro considera que somente a realização de eleições presidenciais livres, justas e transparentes poderá pôr fim à grave crise política, econômica e humanitária por que passa a Venezuela. Considera, igualmente, que a saída de Nicolás Maduro é condição inicial para o processo, uma vez que ele carece de qualquer legitimidade para ser parte numa transição autêntica.

3. Vários dos elementos presentes na proposta têm sido defendidos pelo Brasil individualmente e também pelo Grupo de Lima, de que o país faz parte.

4. A renúncia concomitante do ditador Nicolás Maduro e do Presidente Encarregado Juan Guaidó e o estabelecimento de um Conselho de Estado, eleito pela legítima Assembleia Nacional, com o mandato de organizar eleições livres e justas, sob observação internacional, constituiria importante passo em direção a uma solução definitiva para a crise na Venezuela. No entendimento brasileiro, a garantia de participação no processo de transição de todas as forças políticas comprometidas com a democracia, o

repúdio ao crime organizado, a libertação de presos políticos, a restauração das imunidades parlamentares, a restruturação do Conselho Nacional Eleitoral e o restabelecimento de uma Corte Suprema de Justiça legítima são indispensáveis para a reconstrução do Estado de Direito e de um ambiente democrático na Venezuela.

5.O Governo brasileiro está pronto a trabalhar com a comunidade internacional de modo a apoiar o processo de transição democrática na Venezuela, pelo qual tanto anseiam os próprios venezuelanos e os amantes da liberdade em toda a região.

Comunicado do Grupo de Lima 02/04/2020

Os Governos de Bolívia, Brasil, Canadá, Chile, Colômbia, Costa Rica, Guatemala, Honduras, Panamá, Paraguai, Peru e Venezuela, membros do Grupo de Lima, reiteram seu compromisso de contribuir para o retorno da democracia e do Estado de Direito na Venezuela, bem como o chamamento feito em sua última Reunião Ministerial, celebrada no Canadá, para que a comunidade internacional envie uma mensagem clara e inequívoca no sentido de dar um fim à crise de que padece o povo venezuelano, agravada nas últimas semanas em decorrência da pandemia do COVID-19.

Reafirmamos nossa convicção de que são os próprios venezuelanos que devem liderar o retorno à democracia na Venezuela e cremos que, dada a grave crise, é urgente o acompanhamento internacional para encontrar uma saída pacífica nessa direção. Nesse sentido, apoiamos a proposta do Presidente Encarregado Juan Guaidó, a partir da Assembleia

Nacional de Venezuela, de constituir um Governo de Emergência Nacional que inclua todos os setores políticos e sociais do país. Esse Governo delegaria a um Conselho de Estado as decisões fundamentais para garantir a atenção à emergência, a mitigação da pandemia, a assistência humanitária internacional e a ajuda financeira internacional; para conduzir a aprovação das normas para a reconciliação nacional, baseadas no respeito aos direitos humanos; e para a celebração de eleições gerais democráticas, com organismos eleitorais renovados e independentes e observação internacional.

Apreciamos também a importante proposta dos Estados Unidos - Moldura Institucional para a Transição Democrática na Venezuela - para a formação de um Governo de Transição e ressaltamos sua coincidência com o objetivo do Grupo de Lima de garantir o retorno à democracia na Venezuela mediante a realização de eleições presidenciais e parlamentares livres, justas e transparentes. Igualmente apreciamos os esforços empreendidos por outros atores da comunidade internacional com o mesmo propósito; assim como por aqueles que levam assistência humanitária à população venezuelana e aos milhões de venezuelanos deslocados de seu país; por aqueles que contribuem com recursos efetivos para mitigar o impacto da pandemia de COVID19, em especial o importante papel assumido pela Organização Pan-americana de Saúde (OPAS); e por aqueles que lutam diariamente pelo respeito aos direitos humanos na Venezuela.

Os países do Grupo de Lima acompanhamos com extrema preocupação a situação enfrentada pela Venezuela, e instamos a comunidade internacional a trabalhar

de forma conjunta para apoiar os venezuelanos, de maneira que encontrem uma saída pacífica que atenda com caráter de urgência à grave crise e à emergência que enfrentam e que conduza ao reestabelecimento do Estado de Direito e da ordem constitucional e democrática na Venezuela. Para isso, contem com todo o apoio dos países do Grupo de Lima.

Iniciativa do MERCOSUL no combate ao novo coronavírus - Nota conjunta do Ministério das Relações Exteriores e do Ministério da Economia 03/04/2020

O Conselho do Mercado Comum, órgão superior do MERCOSUL, integrado pelos chanceleres e ministros da Economia dos quatro países membros, aprovou, em 30/03, a destinação imediata de cerca de US\$ 6 milhões do seu fundo de desenvolvimento – FOCEM – para iniciativa de combate à COVID-19 nos quatro países do bloco. No Brasil, a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) receberá US\$ 1,3 milhão.

Adicionalmente, foi aprovado um fundo reserva de US\$ 10 milhões também destinado ao combate à pandemia.

Os recursos serão empregados na aquisição de insumos, equipamentos, roupas de proteção, kits de diagnóstico, no aumento da produção de kits de diagnóstico, bem como no desenvolvimento e produção de um teste para sorodiagnóstico.

A iniciativa está em consonância com a "Declaração dos Presidentes do MERCOSUL sobre coordenação regional para a contenção e mitigação do coronavírus e seu impacto", de 18 de março de 2020.

Repatriação dos integrantes da representação diplomática e das repartições consulares do Brasil na Venezuela – Nota conjunta do Ministério das Relações Exteriores e do Ministério da Defesa 17/04/2020

Os integrantes da representação diplomática e das repartições consulares brasileiras na Venezuela, incluindo diplomatas e demais servidores do Itamaraty, adidos militares e civil e familiares, totalizando 38 pessoas, regressam nesta sexta-feira (17) a Brasília, Distrito Federal, em voo da Força Aérea Brasileira procedente de Caracas.

A aeronave C 130 Hércules da FAB transporta também um grupo de 12 brasileiros em repatriação.

A operação, determinada pelo Presidente da República Jair Bolsonaro, é ação coordenada entre o Ministério das Relações Exteriores e o Ministério da Defesa.

Comunicado Conjunto Brasil-EUA – Fortalecimento da Parceria Econômica e Comercial Bilateral 17/04/2020

No dia 9 de abril, o Ministro das Relações Exteriores do Brasil e o Representante Comercial dos Estados Unidos (USTR), acompanhados de outros altos funcionários, discutiram em teleconferência as relações comerciais Brasil-EUA. No dia 16 de abril, representantes de alto nível do USTR e dos ministérios brasileiros de Relações Exteriores, Economia e Agricultura trataram da implementação de uma ambiciosa agenda econômica e comercial entre

Brasil e Estados Unidos, conforme acordado pelos Presidentes Jair Bolsonaro e Donald Trump na reunião que mantiveram em Mar-A-Lago, no dia 7 de março de 2020. Essa visão compartilhada e os objetivos estabelecidos pelos dois Presidentes apontam na direção de um engajamento estratégico e transformador para a parceria econômica e comercial bilateral.

Ambos os países concordaram em acelerar o diálogo comercial em curso sob a Comissão de Relações Econômicas e Comerciais Brasil-EUA (ATEC) com vistas a concluir, em 2020, um acordo em matéria de regras comerciais e transparência, incluindo facilitação de comércio e boas práticas regulatórias. Os dois lados também acordaram realizar consultas nacionais, de acordo com os procedimentos de cada país, para recolher subsídios sobre os melhores caminhos para expandir o comércio e desenvolver o relacionamento econômico bilateral.

A Comissão ATEC permanecerá como foro para o contínuo engajamento, por meio de reuniões e contatos frequentes, com o objetivo de avançar na agenda de curto prazo, bem como no trabalho preparatório para uma parceria mais profunda.

Cooperação internacional leva à prisão de Gilberto Aparecido dos Santos, o Fuminho - Nota conjunta do Ministério da Justiça e Segurança Pública, do Ministério da Defesa e do Ministério das Relações Exteriores 19/04/2020

O governo brasileiro agradece aos governos dos Estados Unidos, por meio da “Drug Enforcement Administration” (DEA), e de

Moçambique pela cooperação com a Polícia Federal brasileira que levou à prisão de Gilberto Aparecido dos Santos, o “Fuminho”, foragido da justiça brasileira.

A operação e os seus resultados positivos comprovam a importância da ação conjunta dos governos no combate ao crime organizado.

Declaração Conjunta Brasil-México 25/04/2020

Brasil e México somam esforços para repatriar de forma conjunta seus nacionais afetados pela contingência COVID-19.

O Ministério das Relações Exteriores do Brasil e a Secretaria de Relações Exteriores do México comunicam que, entre 24 e 25 de abril de 2020, realizaram uma bem-sucedida operação humanitária conjunta de repatriação recíproca que beneficiou 250 nacionais de ambos os países, que foram afetados por diversas medidas implementadas no contexto da contingência de saúde COVID-19.

Para enfrentar a complexa conjuntura decorrente da pandemia, essa iniciativa conjunta constitui um sólido sinal de vontade e espírito de colaboração que permitiu que 159 brasileiros que se encontravam retidos no México e no Panamá e 91 mexicanos que se encontravam no Brasil retornassem aos seus respectivos países de origem.

As repatriações foram feitas por voo fretado contratado pelo governo brasileiro para a rota Cidade do México-Panamá-São Paulo-Panamá-Cidade do México, com o apoio do governo do México e do governo do Panamá e em estrita observância das

disposições sanitárias e em matéria de segurança desses três países.

Em um espírito de cooperação regional, Brasil e México reforçam seus laços bilaterais e reafirmam seu compromisso de continuar prestando assistência e proteção consular a seus nacionais no exterior, principalmente àqueles afetados pelas atuais restrições de viagens e cancelamentos de voos comerciais derivados do COVID -19.

Intervenção do Ministro Ernesto Araújo por ocasião da reunião informal do Conselho de Segurança das Nações Unidas relativa aos 75 anos do fim da 2ª Guerra Mundial – 8 de maio de 2020 08/05/2020

Obrigado senhor presidente, prezados colegas e amigos,

Começo congratulando o ministro Urmas Reinsalu da Estônia por organizar esta reunião, no dia que marca o 75º aniversário do fim da Segunda Guerra Mundial na Europa e no momento em que enfrentamos, talvez, o maior desafio à comunidade das nações desde aqueles dias trágicos.

Por que se lutou a Segunda Guerra Mundial? As pessoas lutaram pela dignidade humana, contra o racismo e contra o antisemitismo. E as pessoas lutaram por liberdade. Não devemos nos esquecer disto. Liberdade não vem de graça. Liberdade requer disposição permanente para lutar, para protegê-la e promovê-la. Esperemos nunca mais precisar lutar pela liberdade em guerras totais como aquela, embora devamos lutar pela liberdade todos os dias.

Aqui, hoje, celebramos a paz – a Paz que vem da luta, a luta justa e

necessária. Muitos milhões de indivíduos derramaram seu sangue pela liberdade naquele momento, dentre os quais muitos brasileiros, visto que o Brasil teve importante participação no esforço de guerra, enviando 25.000 soldados para lutar na Itália com os Aliados contra as forças nazistas. Ter ajudado a liberar a Itália e, portanto, a Europa da tirania nazifascista talvez seja o maior orgulho do Brasil.

Há setenta e cinco anos a liberdade e a democracia prevaleceram contra o totalitarismo graças ao sacrifício de pessoas reais: de americanos, russos, britânicos, poloneses, estonianos, canadenses, franceses, chineses, brasileiros e muitos outros. Mas outra forma de totalitarismo, depois da Guerra, lançou sua sombra por muito tempo sobre metade da humanidade. Essa forma de totalitarismo, durante as décadas seguintes, tentou manipular as Nações Unidas a seu favor. Essa forma de totalitarismo tentou sequestrar e perverter essa nobre iniciativa que é a Organização das Nações Unidas. Infelizmente, a ideologia no centro dessa forma de totalitarismo não está morta. Ao longo dos anos, essa ideologia sempre trabalhou com o mesmo princípio de sequestro e perversão. Tentaram sequestrar e perverter causas e conceitos nobres, como direitos humanos, justiça, proteção ambiental. Não permitamos que a saúde seja mais uma vítima a ser sequestrada por essa ideologia e pervertida para servir a objetivos totalitários.

Vamos libertar todas essas boas e nobres causas, como direitos humanos, justiça e meio ambiente. Vamos libertá-las da manipulação e da escravização pelas ideologias totalitárias.

Estamos comprometidos a trabalhar de maneira construtiva em fóruns internacionais. Mas creio que devemos evitar a palavra "multilateralismo" ao falar de instituições internacionais ou de multilaterais. Palavras terminadas em "ismo" normalmente designam ideologias: Fascismo, Nazismo e Comunismo. Não vamos fazer do "multilateralismo" uma ideologia. O oposto de todas as ideologias não é outra ideologia. O oposto de todas as ideologias é a liberdade. Note que não dizemos "liberdadismo". Dizemos liberdade. Portanto, não tornemos o multilateralismo outro sistema de pensamento que nega a realidade e que tenta impor-se à realidade. Vamos fazer das instituições multilaterais uma plataforma para trabalhar pela verdade e pela liberdade.

A pandemia do COVID é provavelmente a maior crise desde a Segunda Guerra Mundial. Não vamos deixar outra forma de totalitarismo emergir agora, como a que emergiu após a Segunda Guerra Mundial. De fato, uma nova ordem certamente emergirá desta crise, só não sabemos ainda o formato que assumirá.

Essa nova ordem a emergir terá mais liberdade ou menos liberdade. Terá mais dignidade humana ou menos dignidade humana. E a opção que todos preferimos, o caminho que todos desejamos percorrer, o caminho em direção a mais liberdade e mais dignidade humana, é o caminho das nações.

Nações não são o problema. As nações são os bons moços nesta foto. Nações, agindo em coordenação, obviamente, por meio desta ONU e de outros foros. A Organização das Nações Unidas deve, portanto, ser um espaço de coordenação entre nações independentes, e não um instrumento

para substituí-las.

Os países aqui reunidos devem fazer uso deste espaço para identificar os desafios enfrentados atualmente pela humanidade. Se a Organização das Nações Unidas ignorar os desafios reais de hoje e, em vez disso, optar por jargões politicamente corretos, seu papel estará diminuído.

A ONU não deve ser um esforço para encontrar uma base comum entre liberdade e totalitarismo, e muito menos para promover o totalitarismo sub-repticiamente.

A liberdade e a democracia devem estar no centro das ações da ONU. E a fonte da democracia são as pessoas. Pessoas organizadas nos Estados-nação, com sua soberania, orgulhosas de si mesmas.

O Brasil, hoje, coloca-se inequivocamente em favor da democracia e da soberania. A soberania do povo livre. Não caiamos no equívoco de vilipendiar aqueles que defendem a soberania, não desprezemos os que defendem o sentimento nacional. Sem nações soberanas, não há liberdade. Esse postulado não deriva da lógica abstrata, e sim da história, do sacrifício real de milhões de pessoas, da natureza das coisas, da essência do ser humano.

Portanto, o sentimento nacional não é o problema do mundo atual. Ao contrário, o problema é a erosão da soberania, que deixa as nações sujeitas à perda de liberdade.

No Brasil, estamos empenhados em colocar o "demos", o povo, de volta à democracia, conforme o preceito de nossa Constituição de que todo poder emana do povo. Esse é o caminho para

a liberdade. E o Brasil hoje, assim como fizemos na Segunda Guerra Mundial, defende a liberdade.

Obrigado.

Centenário do estabelecimento das relações diplomáticas Brasil – Polônia – Nota Conjunta 27/05/2020

Os presidentes do Brasil e da Polônia, Jair Bolsonaro e Andrzej Duda, em conversa telefônica, congratularam-se pelo centenário do estabelecimento das relações diplomáticas entre os dois países. Na ocasião, confirmaram o desejo de aprofundar a cooperação bilateral em prol da prosperidade de seus povos e do fortalecimento da posição internacional de ambos os países.

Há 100 anos, a formalização do relacionamento bilateral reforçava os laços de amizade que uniam os povos das duas nações. A partir das últimas décadas do século XIX, fluxos sucessivos de imigrantes poloneses já chegavam ao Brasil, aportando significativa contribuição ao desenvolvimento do País e dando origem à segunda maior comunidade de descendentes de poloneses no mundo.

Recentemente, Brasil e Polônia têm estreitado, ainda mais, a colaboração em torno da comunhão de valores e da defesa da liberdade, da democracia e da economia de mercado. Os encontros de alto nível entre autoridades dos dois países têm sido cada vez mais frequentes, conferindo lastro político a iniciativas nos planos bilateral e multilateral. O diálogo entre os dois países tem-se intensificado em áreas como defesa, cultura, educação e esportes.

A conversa dos presidentes abrangeu também as consequências globais da pandemia, especialmente no contexto da coordenação econômica em foros como o G20 e a Iniciativa Três Mares, e à luz de novas conexões da economia global. Os líderes do Brasil e da Polônia enfatizaram que ambos os países estão abertos a intensificar as relações econômicas e de investimento bilaterais, o que contribuirá para a superação da crise.

No plano internacional, Brasil e Polônia colaboram estreitamente no âmbito do "Processo de Varsóvia" e no contexto das Nações Unidas promovem iniciativas como a "Aliança para a Liberdade Religiosa" e a "Parceria para as Famílias", que refletem o apreço mútuo pela liberdade e os valores que embasam a formação de nossas sociedades.

Declaração Conjunta dos Governos da República Federativa do Brasil e dos Estados Unidos da América relativa à Cooperação em Saúde 31/5/2020

O povo brasileiro e o povo norte-americano solidarizam-se na luta contra o coronavírus. Hoje, como demonstração dessa solidariedade, anunciamos que o governo dos EUA entregou dois milhões de doses de hidroxicloroquina (HCQ) para a população do Brasil. Os Estados Unidos também enviarão em breve 1000 ventiladores para o Brasil.

A HCQ será usada como profilático para ajudar a defender enfermeiros, médicos e profissionais de saúde do Brasil contra o vírus. Ela também será utilizada no tratamento de brasileiros infectados.

Além disso, como continuação da colaboração de longa data dos dois países em questões de saúde, também estamos anunciando um esforço de pesquisa conjunto Brasil-Estados Unidos, que incluirá testes clínicos controlados randomizados. Esses testes ajudarão em avaliações adicionais sobre a segurança e a eficácia da HCQ tanto para a profilaxia quanto para o tratamento precoce do coronavírus.

Seguindo adiante, o Brasil e os Estados Unidos continuarão em estreita coordenação na luta compartilhada contra a pandemia do coronavírus e na resposta regional em curso para salvaguardar a saúde pública, limitar ainda mais a disseminação do coronavírus, avançar no desenvolvimento inicial de uma vacina e salvar vidas. Tendo o Presidente Bolsonaro e o Presidente Trump conversado duas vezes desde março, os dois países estão bem posicionados para continuar seu trabalho conjunto no enfrentamento da pandemia do coronavírus, bem como em outros assuntos de importância estratégica.

Recordam que a nomeação dos membros do CNE é de competência da Assembleia Nacional, órgão legítimo e democraticamente eleito, de acordo com a Constituição da República Bolivariana da Venezuela.

Reafirmam o entendimento de que somente com a realização de eleições parlamentares e presidenciais livres, justas e críveis, com um CNE independente e um Tribunal Supremo imparcial, bem como com plena liberdade de imprensa e participação política de todos os venezuelanos, estarão asseguradas as condições necessárias para a superação da crise venezuelana.

Reiteram, de acordo com a XVIII Reunião Ministerial do Grupo de Lima, realizada no Canadá, que continuarão a buscar consensos junto a outros atores internacionais de forma a mobilizar uma resposta da comunidade internacional que contribua para a urgente restauração da democracia e do Estado de Direito na Venezuela.

Comunicado do Grupo de Lima 16/06/2020

Os Governos de Bolívia, Brasil, Canadá, Chile, Colômbia, Costa Rica, Guatemala, Honduras, Panamá, Paraguai, Peru, Santa Lúcia e Venezuela, membros do Grupo de Lima, rechaçam e desconhecem a designação ilegal dos membros do Conselho Nacional Eleitoral (CNE) da Venezuela em decorrência de sentença do Tribunal Supremo de Justiça, que viola abertamente a Constituição venezuelana e solapa as garantias mínimas necessárias para qualquer processo eleitoral e o retorno da democracia na Venezuela.

ARTIGOS

"Szef MSZ o zarzutach wobec Brazylii: Polowanie na czarownice" (Diário Rzeczypospolita, 07/09/2019) [Polonês] 17.02.20

<https://www.rp.pl/Publicystyka/190909453-Szef-MSZ-o-zarzutach-wobec-Brazylii-Polowanie-na-czarownice.html>

Minister spraw zagranicznych Brazylii odpiera zarzuty dotyczące pożarów w Amazonii.

Kartezjusz pisał, że „zdrowy rozsądek to rzecz ze wszystkich na świecie najlepiej rozzielona”, dodając: „Nie jest prawdopodobne, aby się wszyscy mylili w tej mierze; raczej świadczy to, iż zdolność dobrego sądzenia i rozróżniania prawdy od fałszu (a to, ściśle biorąc, nazywamy zdrowym rozsądkiem lub rozumem) jest z natury równa u ludzi. Tak więc rozbieżność mniemań nie pochodzi stąd, aby jedni byli roztropniejsi od drugich, ale jedynie stąd, iż prowadzimy myśli nasze rozmaitymi drogami i nie rozważamy tych samych rzeczy”. Podążmy więc za tą lekcją Kartezusza i zastosujmy ją do dyskusji o pożarach w Amazonii.

Po pierwsze, należy zachować spokój. Prezydent Jair Bolsonaro w swoim orędziu telewizyjnym 23 sierpnia wypowiadał się ze spokojem, aby wyjaśnić sytuację i przedstawić fakty takimi, jakie one są. To ciekawe, swoją drogą, że czasy, w których żyjemy, pomimo niewiarygodnej obfitości informacji są tak podatne na medialne wypaczenia, co prowadzi do emocjonalnych uniesień opartych na kompletnie fałszywych danych.

Pożary w Amazonii są zjawiskiem częściowo naturalnym, a częściowo wywołanym przez człowieka i mają miejsce co roku, zwłaszcza w okresie

suszy, od czerwca do października. Liczba zdarzeń tego typu w 2019 r. (do 23 sierpnia) jest wyższa o 84 proc. w porównaniu z poprzednim rokiem; jest ona natomiast niższa, na przykład, o 47 proc. w porównaniu z takim samym okresem z 2005 roku i bardzo zbliżona – a w rzeczywistości nawet nieco niższa – do średniej z ostatnich 22 lat. W Boliwii liczba pożarów w 2019 r. jest o 115 proc. wyższa względem roku 2018, a w Peru – o 105 proc. Gujana Francuska natomiast zanotowała w tym roku wzrost zidentyfikowanych pożarów o 120 proc.

Podobnie to wygląda, jeśli chodzi o rozległość obszarów dotkniętych pożarami. Dane z 2019 r. dla Brazylii przewyższają liczby z roku 2018, ale są niższe od średniej historycznej. Wszystkie te dane są dostępne na stronie internetowej Brazylijskiego Instytutu Badań Kosmicznych (INPE).

Ta sytuacja w oczywisty sposób nas martwi i obecny rząd Brazylii nie jest bierny. W przeciwieństwie do rządów z okresu 2003–2016, które wobec o wiele większych pożarów nie zrobiły prawie nic, organizujemy ogólną operację, w ramach której mobilizujemy armię i inne organy aparatu bezpieczeństwa wewnętrznego. I, oprócz gaszenia pożarów, już zaczynamy identyfikować niektóre przypadki podpalenia.

Sytuacja jest poważna, ale pozostaje pod całkowitą kontrolą. Niektórzy w Europie jednak malują obraz katastrofy naturalnej, który zwyczajnie nie jest zgodny z faktami i który łatwo się rozsypuje w obliczu danych. Osoby te używają jako argumentów fotografii wykonanych wiele lat temu, ignorując niestety dane satelitarne dostarczone przez urządzenia najnowszej generacji. W XXI w. wracamy do pewnego rodzaju

dzikiego myślenia, które jest natychmiastową reakcją na informacje dostarczane przez zmysły, zamiast poddać je chłodnej analizie umysłu. Prawdę mówiąc, myślenie społeczności uznawanych niegdyś za „dzikie” jest, w wielu kwestiach, bardziej zaawansowane niż myślenie pewnych współczesnych radykalnych ekologów, którzy żyją w ponurym świecie pełnym demonicznych sił i używają języka demagogii, będąc jednocześnie niezdolnymi do dostrzeżenia rzeczywistości w całym jej bogactwie. „Dzicy” wiedzą, że nagłe odczucia nie odzwierciedlają rzeczywistości w pełni. Nie zawsze jednak wiedzą o tym ekolodzy.

Co ciekawe, dzisiejsi wyznawcy dzikiego myślenia jawną się jako „adepci nauki” i oskarżają swoich przeciwników o antynaukową ciemnotę. Ale to oni wolą opierać swoje działania na przypadkowych obrazach i pewnych prymitywnych stereotypach, zamiast przeanalizować dane i dogłębnie zbadać problem pożarów lasów łącznie z ich wielorakimi przyczynami. Tutaj należy zacytować François Rabelaisa: „Nauka bez sumienia jest jedynie zgubą duszy”.

Oprócz przedstawiania sytuacji bez zachowania faktycznych proporcji próbuje się podburzać ludzi, obarczając rząd brazylijski winą za obecną sytuację, zapominając jednocześnie, że podobne zjawiska występują w sąsiednich krajach zarządzanych przez inne władze. Czy wzrost liczby pożarów w Gujanie Francuskiej, na przykład, spowodowany jest zaniedbaniami rządu francuskiego? Czy Francja zachęca do wylesiania Gujany Francuskiej? Oczywiście, że nie. Dlaczego, w związku z tym, traktować w inny sposób podobną sytuację w

Brazylii? Jest to przecież podejście bardzo niekartezjańskie.

Rząd brazylijski dostrzega problem pożarów i mobilizuje wszystkie swoje zasoby, aby stawić mu czoła. Jesteśmy również zdeterminowani, aby zidentyfikować tę część pożarów, która została wywołana wskutek działalności przestępcozej związanej z nielegalną wycinką lasów, i ukarać winnych. Prezydent Bolsonaro podkreślił, że jego polityka zero tolerancji dla przestępcości obejmuje, rzecz jasna, przestępstwa przeciwko środowisku. Należy walczyć z ogniem wodą; walczyć, stosując się do prawa – nie za pomocą agresywnych słów wobec Brazylii, przestarzałych sloganów czy zdjęć sprzed 20 lat.

Wróćmy do słów Kartezjusza: „Nie dosyć bowiem mieć umysł bystry, ale główna rzecz jest dobrze go zażywać”. Prezydent Bolsonaro i my, jego zespół, używamy naszych umysłów – i naszych działań – mając na względzie ochronę Amazonii i wypełnianie naszych zobowiązań wewnętrznych oraz międzynarodowych ze spokojem, niezależnością i zdrowym rozsądkiem.

ENTREVISTAS

President Bolsonaro, PM Modi share views on the idea of a nation" (The Hindu, Índia, 25/01/2020) [Inglês] 25/01/2020

Suhasini Haidar

NEW DELHI, JANUARY 25, 2020
02:14 IST

UPDATED: JANUARY 24, 2020
23:30 IST

India and Brazil are expected to sign a number of agreements including a Strategic Partnership action plan and a Bilateral Investment Treaty when Brazilian President Jair Bolsonaro meets with Prime Minister Narendra Modi on Saturday. In a written interview, Brazilian Foreign Minister Ernesto Araújo, who is part of the delegation, says the two countries share more than a common worldview; their leaders share values on nationalism and sovereignty as well.

– What are your hopes and expectations from the visit of President Bolsonaro to India as the Chief Guest for Republic Day?
– Brazil considers India one of the main partners in our new international strategy and in our new foreign policy as a whole. Our countries share common values. Brazil and India are two of the biggest democracies in the world. There is also a convergence between our worldview and that of Prime Minister Modi, that you should build a nation true to its values and traditions, proud of itself. We think that this is the basis for a thriving economy. Many people around the world think that there is an incompatibility between having an efficient, liberal and productive economy, and being a nation true to its values, an organic nation. We believe the opposite; we believe that these

things are compatible.

– India and Brazil have shared some common foreign policy postures: on strategic autonomy, on the reform of the UNSC, a balance with the U.S., distance from China's BRI etc. Is it time for a common platform projecting a more 'South-South centric' worldview?

– I would not exactly call it a "South-South centric" worldview. We believe that through a more profound relationship, our countries may leverage their positions in all international fora, in the United Nations and the Security Council as well as in many other instances. An excellent relationship with the U.S. — a situation India has attained as well — is crucial for the international projection we aspire for Brazil. Previous doctrines in our foreign policy envisaged an international projection for Brazil in opposition to the United States or disregarding the role the U.S. could play in our partnership. We have changed that approach.

We are also deepening our relations with China, a very important partner for the Brazilian economy, above all as a market for our agricultural exports. Regarding the Belt and Road Initiative (BRI), we believe that the great extent of valuable Chinese investments in Brazil do not need to bind us to a comprehensive framework such as the BRI in order to maintain a fruitful relation with China.

– Both Mr. Bolsonaro and Mr. Modi have come under some international criticism for religious politics and their 'nationalistic' views ...

– President Bolsonaro and Prime Minister Modi share a close standpoint with regard to sovereignty and their idea of nation. Both leaders have appraised the concept of nationality. I

believe those common values create an even more fertile soil for what we can do along with India, in a way we have never accomplished before. This official visit is the first step towards that aim: we have the opportunity to sign an unprecedented number of agreements — not only in quantity but also in quality — in many different fields. We can also feel the enthusiasm on both sides about our cooperation and particularly regarding the Action Plan to strengthen the Strategic Partnership.

– One point of divergence has been the situation in Venezuela, where New Delhi and Brasilia recognise different governments. During the visit, would your government hope to convince the Indian government to withdraw support for President Maduro?

– The Brazilian government expects to exchange views with the Indian authorities on each country's regional scenario. It is not our intention to persuade India to address this issue in one way or another. We just expect India to look at the situation with new eyes. Because the population faces a despotic regime of the worst kind that has deliberately wrecked the country's economy and institutions.

Brazil believes there is hope to restore democracy in Venezuela and stop the current genocide of its population, through the legitimate government of (Opposition candidate) President Juan Guaidó.

– You have been publicly skeptical of climate science, particularly in the context of last year's Amazon fires. What kind of discussions do you hope to have on climate change negotiations with India?

– President Bolsonaro himself, other Brazilian authorities and I have tried to demonstrate that the image initially portrayed by certain leaders was not

accurate. One has to bear in mind that the environmental portfolio, particularly the alleged deforestation of the Amazon, unfortunately conceals hidden agendas of certain governments and several NGOs which are detrimental to the Brazilian agribusiness, whose competitiveness and commitment to sustainability stand beyond doubt for all to see. In a democracy, we have to discuss and scrutinize all scientific approaches to each issue, and there are several experts that present reasonable doubts about man-made global warming. They should be heard, not demonised. That course of action does not mean disregarding international commitments. President Bolsonaro has vowed to keep Brazilian multilateral participation in this pivotal area. Brazil, as India, is a major player in environmental issues.

O Brasil grande de novo" (Brasil sem Medo, 14/02/2020) 14/02/2020

Em entrevista concedida ao BSM no Palácio do Itamaraty, o ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo, fala sobre os principais desafios da nova política externa brasileira

No final de 2018, a indicação de Ernesto Araújo para chefiar o Ministério das Relações Exteriores pegou a mídia e o establishment de surpresa. Quem, afinal de contas, era aquele diplomata que ousava falar de temas como o globalismo, a matriz civilizacional judaico-cristã, a retomada do bilateralismo, os males da ideologização e até, pasmem, a obra de Olavo de Carvalho? Em pouco mais de um ano à frente do MRE, Ernesto mostrou a que veio. Nesta entrevista exclusiva a Silvio Grimaldo e Paulo Briguet, editores do BSM, ele faz um balanço de seu mandato até agora e aborda os temas que estão na

pauta geopolítica de 2020.

Assista o vídeo da entrevista em: <https://brasilsemmedo.com/intervista-ernesto/>

Violence: Nigeria requires uncompromising political will" (Guardian Nigeria, 16/02/20) [Inglês] 17/02/2020

By Bridget Chiedu Onochie, Abuja

For Nigeria to combat the menace of Boko Haram and other cases of extreme violence, the Brazilian Minister for External Relations, Ernesto Araujo, has said a strong political will is crucial.

Araujo who visited the country recently on bilateral talks on defense, legal, trade and investment, noted that fighting extreme violence does not require any form of compromise with the culprits.

"Some countries, sometimes, face similar challenges and they have the temptation of compromising. There should be no compromise," he said.

The Minister also identified the need for intelligence gathering to combat the insurgents in a very creative way. "They hide their activities in many ways. So, there is need for permanent sharing of intelligence among border countries to identify the way they are and the way they recruit people."

Speaking on how Brazil intends to assist Nigeria in combating the activities of the Boko Haram Sect, he said one of the first steps is to tackle cross border drug trafficking.

According to him, his country has realised that drug trafficking activities across the Atlantic comes from Indian

countries into Brazil, from Brazil to Africa and from Africa to Europe.

He said: "This drug trafficking helps feed terrorism and Boko Haram in the Sahel and elsewhere. So, we want to address that bilaterally through security cooperation.

"We want to have more coordination to fight corridor drug trafficking from the Gulf of Guinea especially. We are putting whatever we can into it. More people in Brazil have realised that criminal activities, today, are all connected.

"Before now, we had a doctrine that tended to see drug trafficking separately from terrorism and terrorism separate from organised crime and separate from corruption. But now, we see all these as a whole, and it is clear that we have to be partners in the fight, because we are on the two sides of the problem across the South Atlantic."

Canciller de Brasil: "Estamos listos para una propuesta de acuerdo comercial con Guatemala" (Prensa Libre, Guatemala, 21/02/2020) [Espanhol] 21/02/2020

La posibilidad de un acuerdo de inversiones y por aparte de un acuerdo con Mercosur, así como impulsar el etanol o alianzas para producción de café fueron parte de los temas que el canciller de dicho país, Ernesto Araujo, trató en su visita a Guatemala.

Por Rosa María Bolaños

Araujo se reunió con el canciller guatemalteco Pedro Brolo este miércoles 19 de febrero, con quien intercambio opiniones acerca del interés de Brasil en esas aristas entre

otros temas políticos, seguridad y la postura en la situación política que enfrentan Venezuela y Nicaragua. En el extracto de esta entrevista Araujo habla de inversiones, comercio y posibilidades de acuerdos bilaterales o con el bloque del Mercosur.

- ¿Qué propuesta comercial hace Brasil a Guatemala y qué sectores tienen interés en venir al país?
- Hemos desarrollado en Brasil un modelo de acuerdo de inversiones un poco distinto del modelo clásico utilizado en otros países y que muchas veces son un modelo un poco intervencionista respecto de la regulación nacional.

El modelo es más enfocado en la facilitación de inversiones con una perspectiva de encontrar cuáles son las eventuales dificultades que los inversores pueden encontrar y dentro de los marcos regulatorios nacionales encontrar soluciones para eso. Es una perspectiva un poco distinta a los acuerdos clásicos donde hay a veces un problema y (las partes) se van hacia una corte (ya que) se generan a veces juzgados que no se pueden implementar. Tenemos esa concepción de un modelo de acuerdo de inversiones que es muy respetuoso de las reglamentaciones nacionales. Al mismo tiempo es un acuerdo que estimula la inversión y que da una seguridad de que el inversor tiene acceso a la solución para eventuales problemas y más que eso genera un atractivo para los países. Muchas veces hay inversores que no tienen a un determinado país en su mapa de inversiones, pero cuando hay un acuerdo (comercial o de inversiones) se dan cuenta que hay una posibilidad, entonces se genera un ciclo virtuoso donde las inversiones generan más interés.

Es necesario que las empresas del sector privado ejecuten las

oportunidades que se crean. Un acuerdo de inversiones es para facilitar, pero no es determinante, sino que eso lo determina el interés de cada empresa para verificar las oportunidades.

Lo que queremos es trabajar en dos dimensiones. Una, en un acuerdo de inversiones y otra, es traer a las empresas brasileñas para que identifiquen las oportunidades de inversión y hagan sus proyectos.

- ¿Han identificado en la actualidad algún sector?

– En eso tenemos que profundizar, pero luego de esta visita que nos da una dimensión muy clara de las posibilidades, vamos a analizar eso en Brasil con el sector privado. Vemos muy claramente la agroindustria y agricultura en general, así como los biocombustibles con posibilidades concretas.

- Guatemala es alta productora y exportadora de etanol ¿la intención es traer inversión brasileña para ampliar la producción?

– Exacto, me parece que hay mucho campo para eso en vista de la producción y capacidad que ya existe, pero también Brasil ha adquirido una capacidad tecnológica muy alta y que quizás sea más pertinente para la realidad de Guatemala respecto de otros modelos tecnológicos que son más para países desarrollados. También es una cuestión de actuar en conjunto para promover el mercado mundial de biocombustibles. Ya hemos hablado con Estados Unidos, por ejemplo, con Brasil son de los grandes productores mundiales. También con India, que se ha interesado mucho en ingresar a ese mercado.

Hay que promover y la demanda de biocombustible a nivel mundial y que otros países incrementen su demanda de una manera más concreta. Por ejemplo, si Estados Unidos crea una

exigencia de mezcla de 10% a 15% de etanol en la gasolina sería un mercado estupendo para el sector, por el tamaño de la economía.

– Brasil también es alto productor de etanol. ¿Cómo trabajar juntos?

– Sí, creo que es el primer productor más grande si se toma en cuenta el etanol de caña de azúcar. Estados Unidos produce etanol de maíz. Lo que queremos es que más productores se unan al mercado, solamente cuando haya una seguridad de oferta habrá una seguridad de demanda. Hoy es muy limitada a pocos países la producción y ellos mismos quieren más competencia porque eso va a generar que se transforme el etanol en un commodity mundial.

Hace algunos años parecía que el mundo iba hacia eso, pero ha cambiado y ha bajado un poco el interés por el biocombustible, ahora queremos retomar eso con mucho énfasis.

– Aparte del etanol ¿qué otros productos han detectado de interés para inversores o compradores brasileños?

– Tenemos un sector de interés común muy grande que es el café. Brasil es el más grande exportador y Guatemala está entre los principales (exportadores). Necesitamos mayor coordinación en eso también para permitir una situación de precios más interesante para los productores, algo que hablamos con el canciller Brolo. Brasil siempre ha estado muy presente en las grandes producciones de café, pero menos presente en lo que llamamos el café orgánico, por medio de pequeñas producciones con una calidad diferenciada, quizás ahí podamos también cooperar específicamente en ese sector de café orgánico de Guatemala.

Aún tenemos que identificar otros sectores que interesen a Guatemala

para tener tecnología brasileña e inversión para la producción. Hay un sector muy específico que es de nuestro interés de exportar a Guatemala como la carne vacuna o bovina (para la cual) todavía no tenemos acceso. Brasil es muy competitivo en ese caso, tenemos acceso en casi todos los países del mundo con mucha competencia y calidad, ese es un sector que nos interesaría mucho.

– ¿Hay posibilidades de un acuerdo comercial con Guatemala aparte del acuerdo de inversiones?

– Sí, queremos trabajar, tenemos una propuesta de un acuerdo Mercosur-Guatemala que nos gustaría desarrollar. Estamos listos para eso, hay interés de los otros miembros de Merco Sur y Brasil, pero si fuera un modelo distinto estaríamos listos para considerarlo.

En Mercosur estamos hablando de eso, de flexibilidades para que se negocien acuerdos a velocidades distintas, por ejemplo. Pero lo que queremos es ir hacia un tipo de instrumento claro, ya sea un acuerdo de TLC (Tratado de Libre Comercio) clásico u otro tipo de instrumento de facilitación de comercial.

Hay interés de los socios del Mercosur, y si hay interés de Guatemala podríamos empezar en ese formato muy pronto, pero si vamos hacia otra cosa estaríamos listos para pensar en otro modelo. Ojalá pueda ser este año, tenemos prisa de hacer las cosas. Poder empezar una negociación este año sería excelente.

– ¿Hay planes para traer a Guatemala alguna delegación de empresarios?

– Al volver a Brasil vamos a empezar a armar una visita desde nuestra agencia desde nuestra agencia de promoción de exportaciones e inversiones. Es muy importante que vengan los empresarios, a veces tienen

ideas que los gobiernos no tienen y hacen las cosas más rápido y más eficientemente.

Intercambio comercial

En el 2019 Guatemala exportó a Brasil productos por US\$32 millones, e importó US\$321.7, una balanza deficitaria de US\$289.7 millones para nuestro país, según datos del Banco de Guatemala.

El Ministerio de Economía no posee datos de inversión extranjera directa brasileña en Guatemala. Consultado al respecto a la posibilidad de implementar el uso de la mezcla de etanol y gasolina en Guatemala, el ministro de Energía y Minas, Alberto Pimentel dijo que el ministerio “ya estableció una mesa de diálogo para analizar esa posibilidad tomando en cuenta que somos productores y exportadores de alcohol etílico, pero por el momento, no podemos emitir opinión sobre ese tema”. La mesa en mención aún desarrolla su labor “por lo que todavía no hay conclusiones que nos permitan dar una postura definitiva sobre la conveniencia de promover una mezcla de alcohol etílico con los combustibles”, añadió el funcionario.

INDICE REMISSIVO

A

África – 13, 14, 71, 88 e 89

África do Sul – 68 e 69

ALADI – 30, 31, 32, 65 e 66

Alemanha – 21

América do Sul – 34 e 64

Angola – 6, 72 e 87

Argentina – 4, 6, 19, 30, 31, 32, 33, 38, 65, 66, 67 e 82

Armas Nucleares – 73

Ásia – 72

Assunção – 4, 9, 30, 31, 33 e 65

B

Bolívia – 4, 19, 34, 35, 36, 37, 38, 72, 78, 79, 81 e 97

BRICS – 28, 47, 64, 65, 68 e 71

C

Canadá – 21, 34, 35, 36, 38, 72, 73, 91 e 97

Chile – 7, 20, 40 e 84

China – 5, 20, 59, 62, 63 e 100,

Coreia do Sul – 20

D

Desarmamento – 41, 48, 58, 69, 73 e 77

Desenvolvimento Sustentável – 71

Direitos Humanos – 18, 35, 36, 38, 39, 41, 59, 62, 67, 69, 70, 72 – 74, 76 – 78, 84, 91 e 94

E

Energia – 4, 28, 29, 30, 42, 44, 47, 48, 50, 51, 52, 68, 71 e 76

Equador – 38, 79 e 81

Espanha – 5, 19, 62 e 63

Estados Unidos – 6, 7, 13, 17, 20, 21, 38, 41, 57, 65, 67, 68, 71, 75, 78, 79, 90 – 93, 96, 97, 103 e 104

F

França – 21, 65, 67, 69, 73 e 74

Fronteiras – 20, 38, 40, 82, 83, 85, 88 e 90

G

Guerra – 4, 7, 17, 18, 19, 56, 94, 95 e 96

H

Haiti – 38

Honduras – 34 – 36, 38, 72, 91 e 97

I

India – 4, 20, 25, 29, 42, 43 – 45, 48, 50, 51 – 56, 78, 100, 101 - 103

Investimentos – 5, 7, 21, 27, 28, 42, 44, 45, 47, 50 – 52, 60, 61, 64 – 66, 68, 70 – 72, 78 e 90

Israel – 20, 21, 38, 56 – 58 e 78

Itália – 18, 21, 41, 42, 58, 59, 64, 65, 67 - 69, 71, 73, 74, 78 e 94

J

Japão – 21 e 88

L

Líbano – 5 e 57

M

Meio Ambiente – 18, 28, 45, 48, 53 e 94

MERCOSUL – 6, 7, 30, 31 – 33, 45, 51, 65 – 67, 82, 83 e 92

México – 7, 19, 38, 64, 65, 93 e 94

Moçambique – 71 e 93

Montevidéu – 31 - 33

N

Nações Unidas – 4, 7, 17 – 19, 36, 38, 40 – 42, 47, 48, 56, 58, 59, 61, 64, 65, 67 – 70, 73 – 75, 77, 85 e 94 – 96

Nuclear – 48, 65 e 73

O

OMC – 64, 67, 68, 73, 74, 77 e 89

Oriente Médio – 34, 37, 60 – 62 e 78

P

Paraguai – 4, 5, 9, 19, 30 – 32, 34, 38, 65, 66, 72, 79, 81, 82, 91 e 97

Paz – 5, 18, 38, 39, 48, 49, 57, 58, 60 – 62, 68, 75, 78, 82, 88, 90 e 94

Peru – 6, 7, 19, 34, 35, 38, 41, 72, 75, 79, 81, 82, 84, 85, 91, 97 e 98

Portugal – 19 e 60

Propriedade Intelectual – 29, 65, 68, 74, 76, 77 e 78

R

Rússia – 64, 65, 68 e 71

S

Segurança Alimentar – 41 e 42

T

Terrorismo – 4, 12 – 14, 34, 38, 39 – 41, 49, 58, 68, 74, 78 e 79

Turquia – 57

U

União Europeia – 15, 17, 21, 60, 66 e 68

Uruguai – 4, 20, 30 – 32, 38, 65 e 81 - 83

V

Venezuela – 5, 7, 12, 13, 34 – 39, 62, 70, 72, 77, 78, 90 - 92, 97, 101 e 103

Capa e Projeto Gráfico

Karina Barreira

Vivian Fernandes

Diagramação

Conselheiro Pedro Frederico de Figueiredo Garcia

Seleção, Revisão Temática e Gramatical

Conselheiro Pedro Frederico de Figueiredo Garcia

Formato

20 x 26 cm

Mancha

15,5 x 21,5 cm

Tipologia

Times New Roman

Papel

Supremo 250 g/m²,

Plastificação fosca (capa)

e 75g/m² (miolo)

Número de páginas 108

CEP 70170-900, Brasília, DF

Telefones: (61) 2030-9279 / 9037

Fax: (61) 2030-6591

Impresso pela Gráfica do Ministério das Relações Exteriores

**Departamento de
Comunicações e Documentação**

Endereços para correspondência

pesquisa.cdo@itamaraty.gov.br

Arquivo Central - DCA

Ministério das Relações Exteriores,

Anexo II, 1º subsolo, Sala 10